

**HOMENAGEM AOS FUNDADORES**  
**DA**  
**ACADEMIA DE MARINHA**



**ACADEMIA DE MARINHA**  
**50 ANOS**

2019

## FICHA TÉCNICA:

*Título*

HOMENAGEM AOS FUNDADORES DA ACADEMIA DE MARINHA

*Edição*

Academia de Marinha

*Coordenador*

Artur Teodoro de Matos

*Assessor de edição*

José dos Santos Maia

*Publicação e Distribuição*

Academia de Marinha

Edifício da Marinha

Rua do Arsenal

1149-001 Lisboa

*Impressão e Acabamento*

Página Ímpar Lda.

*Tiragem*

200 exemplares

*ISBN*

978-972-781-150-2

*Depósito Legal*

455602/19

*Data de edição*

Maio 2019

# ÍNDICE

1. PREFÁCIO .....	5
2. NOTA INTRODUTÓRIA .....	11
3. BIOGRAFIA DOS FUNDADORES	
<i>Virgínia Robertes Rau</i> .....	20
<i>António Marques Esparteiro</i> .....	44
<i>Armando Zuzarte Cortesão</i> .....	70
<i>Avelino Teixeira da Mota</i> .....	106
<i>Humberto dos Santos Leitão</i> .....	130
<i>Joaquim Alberto Iria Júnior</i> .....	152
<i>Jorge Maia Ramos Pereira</i> .....	168
<i>Luís Mendonça de Albuquerque</i> .....	192
<i>Manuel Maria Sarmento Rodrigues</i> .....	212
<i>Octávio Lixa Filgueiras</i> .....	232
4. COLABORADORES DO VOLUME	
<i>Ana Leal de Faria</i> .....	259
<i>Álvaro Garrido</i> .....	259
<i>António Costa Canas</i> .....	259
<i>Artur Teodoro de Matos</i> .....	260
<i>Carlos Manuel Baptista Valentim</i> .....	260
<i>Fernando David e Silva</i> .....	260
<i>Francisco Contente Domingues</i> .....	261
<i>Francisco Roque de Oliveira</i> .....	261
<i>Jorge Semedo de Matos</i> .....	261
<i>José Manuel Malhão Pereira</i> .....	262
<i>Manuel Lobato</i> .....	262
<i>Maria de Fátima Reis</i> .....	263





Armando Cortesão na «Casa das Rosas», São João do Campo  
Fonte: Coleção particular de Maria Teresa Cortesão

# ARMANDO ZUZARTE CORTESÃO (1891-1977)

VIDA, EXÍLIO E MAPAS<sup>1</sup>

*Francisco Roque de Oliveira*

Quando são passados mais de 40 anos sobre a morte de Armando Cortesão, não apenas parece assente que se tratou do mais importante historiador português da cartografia antiga do século XX, como também de um dos raros especialistas de projecção internacional que ensaiaram uma análise historiográfica geral deste campo de estudos que emergiu com uma identidade disciplinar e uma actividade prática próprias a partir da década de 1930<sup>2</sup>.

Num olhar forçosamente abreviado sobre uma longa vida dedicada ao estudo dos mapas antigos – tema que, ainda assim, esteve longe de ser exclusivo nas suas preocupações de investigador, como também veremos –, dois aspectos há que se impõem aos demais e que tentaremos ilustrar nesta breve resenha biobibliográfica. Desde logo, um alinhamento precoce e deliberado com o legado historiográfico do visconde de Santarém, o qual, por sua vez, teve na base um entendimento muito coerente sobre a relação entre os estudos cartográficos, a história das descobertas e o projecto colonial português transposto do liberalismo para os sucessivos regimes que o foram actualizando até 1974. Por outro lado, destaca-se em Armando Cortesão uma invulgar capacidade para transformar em oportunidades os múltiplos constrangimentos que decorreram de quase 20 anos de expatriado político na Europa. Tal pragmatismo traduziu-se na construção de uma extensa rede de afinidades, pedra angular de uma obra marcada pela divulgação de fontes primárias<sup>3</sup> e amparada por uma crítica erudita em permanente diálogo com a historiografia europeia e americana da sua principal área de especialidade.

---

<sup>1</sup> Investigação realizada no âmbito do Projecto «Saberes geográficos e Geografia institucional: influência e relações recíprocas entre Portugal e o Brasil no século XX» (FCT/CAPES 8513/14-7 – 2016-2019). Agradeço a Carlos Kessel, Daniel Paiva, José Manuel Garcia, Maria Dulce de Faria, Maria Teresa Cortesão e Rui Silvestre de Andrade a colaboração prestada em diferentes fases deste trabalho.

<sup>2</sup> HARLEY, 1987, pp. 13-14, 23-24

<sup>3</sup> MARQUES, 1987, pp. 51-52.

## Africa Nostra

Armando de Freitas Zuzarte Cortesão nasceu em São João do Campo, nas proximidades de Coimbra, a 31 de Janeiro de 1891, sendo o quinto filho de Norberta Cândida Zuzarte e do médico e filólogo António Augusto da Silva Cortesão. Era o irmão mais novo do historiador e poeta Jaime Cortesão, em diversos sentidos a verdadeira figura titular do seu percurso historiográfico. Concluídos os estudos secundários no Liceu de Coimbra, frequentou a Escola Nacional de Agricultura da mesma cidade, de onde transitou para o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Aí defendeu, em 1913, a dissertação de licenciatura intitulada *A teoria da mutação e o melhoramento das plantas: (Estudo trematológico)*, que representa um dos estudos pioneiros na área da Genética realizados em Portugal<sup>4</sup>.

Este trabalho seria publicado no mesmo ano no Porto pela «Renascença Portuguesa», movimento cultural recém-constituído que teve em Jaime Cortesão um dos seus principais animadores e que concretizou um extenso programa de vulgarização científica, onde couberam diversos assuntos de Ciência Agronómica<sup>5</sup>. Em 1914, Armando Cortesão faz sair o opúsculo *A Estação Experimental de Svalöf*, dedicado aos progressos no melhoramento de plantas realizados nesse consagrado instituto sueco<sup>6</sup>, logo seguido da tradução de *Les Théories de l'évolution* de Yves Delage e Marie Godsmith, publicada em Lisboa pela casa Aillaud-Bertrand (1915) – no mesmo quadro temporal, note-se, em que ocorreram as primeiras edições portuguesas de *A Origem do Homem* (1910) e de *A Origem das Espécies* (1913) de Darwin<sup>7</sup>.

Dos anos de estudante em Coimbra e Lisboa – e tirando partido da compleição física invulgar que lhe dava o seu 1,93m de altura –, veio também a prática regular de diversas actividades desportivas, com destaque para o remo, na Associação Naval de Lisboa, e para o atletismo, onde Armando Cortesão representará o Club Internacional de Foot-Ball (CIF). Foi mesmo um dos seis atletas que integraram a comitiva portuguesa que participou nos Jogos da V Olimpíada, em Estocolmo, em Julho de 1912. Campeão nacional dos 800 e dos 1000 metros, Cortesão apurou-se para a meia-final dos 800 metros e correria a prova dos 400 metros na Suécia. Assinalada pela morte trágica do maratonista Francisco Lázaro, essa estreia de uma delegação portuguesa nos Jogos Olímpicos marcá-lo-ia para sempre. No ano seguinte, revalidaria o título de campeão nacional nos 800 metros e sagrar-se-ia recordista nacional nos 100 e nos 200 metros pelo CIF, título que lhe pertenceu até 1925<sup>8</sup>. Pela mesma altura, Armando Cortesão casa com Maria Helena de Lima O'Connor Shirley, mãe dos seus dois primeiros filhos, Nuno Manuel e Eduardo Luís

<sup>4</sup> PEREIRA, 2001, pp. 69-70; GAGO, 2009, pp. 24-32; FIOLEAIS, 2013, pp. 138.

<sup>5</sup> SAMUEL, 1990, pp. 85-91; SANTOS, 1993, pp. 72-73.

<sup>6</sup> ANDRADE, 2014, p. 18.

<sup>7</sup> PEREIRA, 2001, pp. 75-76; FIOLEAIS, 2013, pp. 130-131.

<sup>8</sup> PEIXOTO, 2012, pp. 27-28; CARDOSO, 2012, pp. 32-33; ANDRADE, 2014, pp. 18-19.

Cortesão, que se notabilizará como professor de Psiquiatria no curso de Medicina dos Hospitais Cívicos de Lisboa e na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Voltará a casar com Carlota Adelaide de Sousa Nunes, mãe do seu filho Armando José Cortesão, e com Pamela Joan Radford<sup>9</sup>.

Entre a conclusão da licenciatura em Agronomia e o início da década de 1930, a actividade profissional de Armando Cortesão e o essencial dos textos que publicou são consagrados aos assuntos coloniais. Em 1914, foi enviado pela Direcção-Geral das Colónias em missão de estudos às colónias inglesas e holandesas das Antilhas e à colónia alemã dos Camarões, tendo como objectivo inquirir sobre a cultura, a patologia e a tecnologia do cacau. O deflagrar da I Guerra Mundial fez abreviar a missão, que acabou por se centrar em Trinidad e Tobago e compreendeu estadas menos demoradas na Guiana Holandesa e em Georgetown, capital da Guiana Inglesa. O regresso a Lisboa far-se-á por Londres, onde Armando Cortesão realiza um inquérito sobre as dificuldades de escoamento do cacau de São Tomé em Inglaterra, as quais depressa notou estarem em boa parte associadas à campanha movida pelos principais chocolateiros ingleses contra a suposta utilização de mão-de-obra escrava naquela colónia portuguesa<sup>10</sup>. Intercaladas num relatório eminentemente técnico sobre a cultura do cacau, estas observações sobre o caso do *cacau escravo* de São Tomé davam eco às pressões que a Anti Slavery and Aborigenes Protection Society exercia sobre o Foreign Office a propósito do sistema de trabalho *indígena*, ao mesmo tempo que anunciavam aquela que viria a ser uma das preocupações recorrentes de Armando Cortesão, centrada na legitimação imperial face aos desafios decorrentes da internacionalização das questões coloniais no período entre-guerras<sup>11</sup>.

No final desse ano, Armando Cortesão seria colocado em São Tomé, onde passou a integrar os respectivos serviços agrícolas. Aí ensaiou a constituição de uma Estação Agronómica e empenhou-se na modernização da cultura cacauceira, muitas vezes em confronto com práticas agrícolas enraizadas e envolvido em agrestes polémicas públicas com os interesses instalados nas culturas de exportação do arquipélago são-tomense<sup>12</sup>. Nas memórias das Exposições Internacionais de Borracha e Outros Produtos Tropicais de 1921 (Londres) e 1924 (Bruxelas), assim como nas páginas da *Revista Agronómica*, do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, do *Jornal de S. Thomé*, do *Diário de Notícias* de Lisboa, da *Revue de botanique appliquée et d'agriculture coloniale* (Paris) e de *L'Agronomie coloniale* (Paris), por exemplo, estão registados alguns dos textos que escreveu sobre os assuntos da cultura do cacau em São Tomé, mas também sobre a palmeirado--azeite da Guiné Portuguesa.

<sup>9</sup> *The London Gazette*, 1959, p. 8255; ANDRADE, 2014, pp. 15-16.

<sup>10</sup> CORTESÃO, 1915, pp. 251-252.

<sup>11</sup> Ver CORTESÃO, 1927, pp. 93-94; JERÓNIMO, 2009, pp. 122-138; JERÓNIMO, 2015, pp. 237-238.

<sup>12</sup> ANDRADE, 2014, pp. 21-24.



Entre 1915 e 1917, período durante o qual vem a assumir o cargo de director dos Serviços Agronómicos de São Tomé, Armando Cortesão superintende o envio de plantas tropicais para o Jardim Botânico de Coimbra, conforme o testemunha a correspondência trocada com o respectivo director, Júlio Augusto Henriques, mentor de um moderno projecto científico que buscou demonstrar a utilidade das matérias-primas vegetais e permitiu a reorganização das colecções de botânica da Universidade de Coimbra<sup>13</sup>. Cortesão participa também nos trabalhos da missão geodésica a São Tomé chefiada pelo então capitão-de-mar-e-guerra Gago Coutinho, que realizou duas campanhas no território entre o início de 1916 e Maio de 1918<sup>14</sup>. Gago Coutinho creditará essa colaboração no título do importante mapa topográfico e cadastral da ilha de São Tomé na escala 1:50.000, publicado pela Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias em 1920, onde modestamente assina em último lugar: «Carta Geográfica, Missão Geodésica de S. Tomé e Príncipe. Reconhecimento da Ilha de S. Tomé 1916 a 1918. Com coordenação de cartas anteriores, estudos e plantas por E. Campos, M. Guedes, A. Cortezão, Poças Leitão, B. Faro, A. Azancot, Álvaro Martha, H. Macedo, Gago Coutinho, etc.»<sup>15</sup>.

Esta folha de serviços na administração colonial colocou-o em condições de desempenhar o cargo de chefe de repartição do Ministério das Colónias ao regressar a Lisboa em 1920. Nessas funções, realiza diversas viagens à Guiné, com destaque para a missão que decorreu entre Abril e Agosto de 1922, da qual existe copioso relatório manuscrito só comparável àquele que se conhece sobre a missão de 1914 às Índias Ocidentais<sup>16</sup>. Depois de cerca de quatro anos dedicados aos Serviços Agrícolas do Ministério, Armando Cortesão passou a dirigir a Agência Geral das Colónias (AGC), organismo encarregue de executar a propaganda interna e externa dos interesses coloniais do novel regime republicano, que pressentia a crescente pressão exercida por outras potências sobre parcelas das suas possessões ultramarinas após a I Guerra Mundial. Criada na sequência do ensaio da Agência Geral de Angola, aquando do Alto Comissariado de Norton de Matos (1920-1924), e – sobretudo – à imagem da Agence Générale des Colonies francesa, estabelecida em 1919, a AGC dirigida por Armando Cortesão desdobrar-se-á em acções propagandísticas, de que o lançamento mensal do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, a partir de Julho de 1925, constituiu um dos primeiros sinais<sup>17</sup>.

Com a organização ou a participação em feiras, exposições, conferências e congressos coloniais, tal como com a divulgação de múltiplas publicações especializadas e a

<sup>13</sup> MIRANDA et al., 2013, p. 34; AMARAL; MARTINS; MIRANDA, 2013, p. 144; ANDRADE, 2014, pp. 23-24.

<sup>14</sup> PINTO, 2011, p. 54

<sup>15</sup> CORTESÃO, 1935: I, p. XXXVII; ANDRADE, 2014, pp. 25-26.

<sup>16</sup> CORTESÃO, 1914, fls. 1-34; CORTESÃO, 1922, fls. 36-83. Ver CORTESÃO, 1928, p. 3.

<sup>17</sup> CORTESÃO, 1925, pp. 2-9; MOTA, 1978, p. 92; COSTA, 2011, pp. 85-91; PEREIRA, 2016, pp. 191-203.

promoção regular de concursos de literatura colonial destinados ao grande público, Armando Cortesão liderou durante pouco mais de seis anos, na qualidade simultânea de agente geral das Colónias e de director do *Boletim*, a primeira experiência de propaganda colonial de Estado em Portugal<sup>18</sup>. Esta actividade seria interrompida em 1932, no momento que antecipa a afirmação definitiva do Estado Novo e quando o governo de Oliveira Salazar, através do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, prescreve para a AGC um papel instrumental na construção de uma mentalidade imperial que passa a ser consubstancial ao próprio regime<sup>19</sup>.

O texto da sua comunicação à XXII sessão do Instituto Colonial Internacional, que decorreu em Lisboa em Abril de 1933, intitulado «A Guiné Portuguesa e a crise», ainda é divulgado nas páginas do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, mas encerrará a presença regular de Armando Cortesão nesta publicação oficial. Em qualquer caso, veremos que Cortesão se manteria sempre interventivo em relação ao valor e à importância da «coisa colonial», verberando em especial contra as pretensões revisionistas ítalo-alemãs suscitadas pela partilha colonial imposta pelo Tratado de Versalhes<sup>20</sup>. Fazendo-o, nunca se desprendeu demasiado de um conceito de política colonial reactiva face aos supostos riscos de «internacionalização» das colónias portuguesas em África decorrentes da política dos mandatos e do escrutínio da Sociedade das Nações, tal como o interpretou na passagem dos anos 20 para os anos 30<sup>21</sup>.

### Em Madrid, com a República

Pressentindo o seu afastamento da AGC, Armando Cortesão encontrou refúgio no projecto de redacção de uma «História da administração colonial portuguesa», que terá começado a gizar por volta de 1931. Este empreendimento nunca chegou a ver a luz do dia, embora as quase 40 páginas de «Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde» que faz sair no *Boletim da Agência Geral das Colónias* em Outubro desse ano tivessem sido concebidas como um introito ao mesmo<sup>22</sup>. Em parágrafos breves que acabam publicados em finais de 1932 no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, Cortesão distrai-se ainda a discorrer sobre as «maravilhosas sensações» das caçadas nos trópicos, animando os leitores a experimentar «a verdadeira volúpia que se sente em face dum búfalo, dum elefante ou dum rinoceronte carregando á desfilada sôbre nós»<sup>23</sup>. Mas o que

<sup>18</sup> BETTHENCOURT, 1999, p. 474; J. L. GARCIA, 2008, pp. 131-133; COSTA, 2011, pp. 91-94.

<sup>19</sup> ROSAS, 1994, pp. 285-287; PAULO, 1999, pp. 307-308.

<sup>20</sup> CORTESÃO, 1930, pp. 6-8; ROSAS, 1994, p. 283.

<sup>21</sup> GARCIA, 2007, pp. 231-239; P. A. OLIVEIRA, 2014, pp. 474-478.

<sup>22</sup> CORTESÃO, 1935: I, p. XXXVII; ANDRADE, 2014, pp. 77-78

<sup>23</sup> CORTESÃO, 1932, p. 27.

a sua bibliografia regista a partir deste começo da década de 30 é o aparecimento sistemático de títulos dedicados à história da cartografia, rasgados pela publicação em *O Instituto* (Coimbra) de um estudo cujo objecto e fôlego prenunciam a obra que está para vir – «Os Homens (Cartógrafos Portugueses do século XVI)» (1932) –, e de um trabalho mais breve sobre «Um novo atlas de Fernão Vaz Dourado», dado quase em simultâneo na revista *Seara Nova* e no *Boletim da Agência Geral das Colónias* (1932)<sup>24</sup>.

O estudo dedicado à dinastia de cartógrafos Homem veio a ser refundido e muito ampliado nos dois volumes de *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, obra publicada pela Seara Nova em 1935 e que fixou Armando Cortesão como o principal especialista português nos estudos dos mapas antigos. Se a força das circunstâncias o levaram a deixar definitivamente de parte a redacção de «uma obra de carácter científico» sobre a história da administração colonial portuguesa, a progressiva imersão que então se impusera nas matérias afins à história dos descobrimentos geográficos europeus fizera-lhe constatar a evolução paralela da história da cartografia e a «pobreza de estudos nacionais» sobre a matéria, excepção feita aos ensaios fundadores do visconde de Santarém, no século XIX, e pouco mais<sup>25</sup>.

A primeira versão deste livro terá sido entregue à Imprensa da Universidade de Coimbra em Janeiro de 1933, mas a Introdução ao 1.º volume apenas aparece assinada em Madrid em Março de 1935, depois de frustrada a publicação pela Imprensa da Universidade e também pela Imprensa Nacional de Lisboa. Cortesão trilhava os caminhos do exílio político em Espanha desde Outubro de 1933, e era manifesto que essa circunstância pesara sobremaneira na falta de amparo encontrado junto das instituições portuguesas às quais propusera a edição da obra. Tendo aproveitado os cerca de dois anos entretanto transcorridos para investigar nos arquivos espanhóis, e assim ampliar quanto possível a massa documental analisada, consolava-se com a máxima de Pangloss, a personagem do *Candide* de Voltaire: «À quelque chose malheur est bon». Fazendo-o, reiterava também o seu estatuto de herdeiro directo de Santarém, citando para o efeito o que este escrevera ao ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães desde o seu exílio francês, em 1842: «¿Que teria sido de mim sem o estudo, sem os livros, sem a verdadeira filosofia que êles inspiram na adversidade?»<sup>26</sup>.

O capítulo da vida de exilado que Armando Cortesão inaugura nos finais de 1933 na Espanha republicana tanto decidiu o lançamento definitivo do seu empreendimento historiográfico, como a confirmação do homem de acção que fazia do combate político matéria permanente do seu percurso. Conhecemos hoje o essencial sobre

<sup>24</sup> LOURENÇO, 2012, pp. 137-138.

<sup>25</sup> CORTESÃO, 1935: I, pp. XXIX-XXXIV.

<sup>26</sup> CORTESÃO, 1935: I, p. XL.

as rocambolescas condições da sua fuga para Espanha, ocorrida na sequência da descoberta das suas ligações à oposição republicana ao Estado Novo e, em particular, à edição clandestina do jornal *A Verdade*, que o próprio Armando Cortesão conseguia fazer imprimir em Coimbra desde Julho de 1933. Armando Cortesão era, a um tempo, director, administrador e principal articulista deste jornal cuja distribuição também supervisionava. *A Verdade* ambicionava congregar o conjunto da oposição republicana, ao mesmo tempo que servia de fonte informativa sobre a actualidade portuguesa para a imprensa estrangeira, incluindo para tanto sínteses noticiosas em francês e inglês. O essencial da colaboração é mantida no anonimato, mas chega a explicitar o contributo de Bernardino Ribeiro, Afonso Costa e Jaime Cortesão, exilados desde a frustrada revolução de Fevereiro de 1927 que visara o derrube da ditadura e que atirara para o exílio em Espanha e França cerca de uma centena de refugiados políticos<sup>27</sup>.

Se os principais cúmplices de Armando Cortesão na aventura de *A Verdade* e na travessia da fronteira sobre um açude do rio Águeda, junto a Escalhão (Figueira de Castelo Rodrigo), acabaram nas prisões políticas do Porto, do Aljube, de Peniche – e, finalmente, deportados para a fortaleza de Angra do Heroísmo –, as redes do exílio republicano em Espanha lograram resgatá-lo na aldeia raiana de La Fregenada, conduzindo-o para Madrid, onde se concentrava o núcleo oposicionista que o seu irmão Jaime liderava e tinha a seu cargo a representação dos exilados portugueses junto do governo da II República Espanhola, até algumas semanas antes encabeçado pelo socialista Manuel Azaña<sup>28</sup>. Aí surgirá pouco depois a série espanhola de *A Verdade*, publicada até Fevereiro de 1934, quando a sua tiragem é suspensa, minada pelas dissensões entre os republicanos exilados e do interior e pela vulnerabilidade material do exílio português<sup>29</sup>.

É de crer que boa parte dos artigos das séries portuguesa e espanhola de *A Verdade* que visavam a política colonial de Armindo Monteiro e as concessões feitas neste domínio à Inglaterra fossem da lavra de Armando Cortesão<sup>30</sup>. Por outro lado, sabemos da sua própria pena que, em Setembro de 1934, escreveu para a revista *Leviatán* – dirigida pelo socialista Luis Araquistain e instrumento doutrinário da ala radical do Partido Socialista Obrero Español liderada por Francisco Largo Caballero<sup>31</sup> – um longo artigo de 10 páginas intitulado «A Ditadura Portuguesa e Salazar, agente da Companhia de Jesus»<sup>32</sup>. Este enunciado, que parece decalcado do

<sup>27</sup> VILAÇA, 2002, pp. 449-459; TORGAL, 2009, p. 574; CLÍMACO, 2017, pp. 35-49, 248-256.

<sup>28</sup> VILAÇA, 2002, pp. 461-467; VILAÇA, 2003, pp. 192-200; GOMES, 2015, pp. 133-164; CLÍMACO, 2017, pp. 179-80.

<sup>29</sup> VILAÇA, 2003, pp. 180-183; CLÍMACO, 2017, pp. 248-256.

<sup>30</sup> VILAÇA, 2002, pp. 452-453; VILAÇA, 2003, p. 183; CLÍMACO, 2017, p. 250.

<sup>31</sup> CHECA GODOY, 1989, pp. 73-74; «Documentación», 1984, pp. 59-60.

<sup>32</sup> Carta de Armando Cortesão a Jaime Cortesão, Madrid, 24.IX.1934, BNP/E25/332, pp. [1-2].

verbo anti-jesuítico de Afonso Costa<sup>33</sup>, dá a medida da contundência que Armando Cortesão colocava na sua escrita política e que não poucas críticas havia suscitado nas próprias hostes da oposição do interior enquanto fora o redactor-chefe invisível, mas quase óbvio, de *A Verdade*. Outra particularidade tornara esta publicação um caso indissociável do espírito historiográfico do seu principal artesão: o propósito antecipado de servir como testemunho de um tempo singular, traduzido na realização de uma tiragem à parte em papel de linho de alguns exemplares «que um dia figurarão nos arquivos históricos portugueses como elementos de alto interesse para o estudo deste período da ditadura»<sup>34</sup>.

Num contexto já marcado pelo acosso que a generalidade dos exilados portugueses sofre por parte das autoridades espanholas depois do afastamento de Azaña da chefia do governo e – sobretudo – na sequência das apreensões dos arsenais de armas reunidos pelos mesmos emigrados políticos republicanos em Espanha que acabaram sendo associados à Revolta das Astúrias, em Outubro de 1934<sup>35</sup>, Armando Cortesão escreve ao seu irmão dizendo-lhe que as perseguições em curso o haviam levado a esconder-se há dias – «Não sei o que hei de fazer! Estou no sítio *para* onde me escreveste e se às vezes fôsse preciso telefonar-me, fá-lo *para* 43655, em francês ou inglês». Nessa carta, instrui-nos sobre os projectos que Jaime Cortesão já então acalentaria de ir para o Brasil, juntando ao que sabemos sobre os estudos de mapas antigos que Armando Cortesão fazia à época a confirmação do seu desespero pessoal: «Não seria possível agregares-me? Poderia fazer duas ou três conferências: 1ª) Importância da cartografia na ciência náutica portuguesa; 2ª) Influência da cartografia portuguesa na cartografia estrangeira; 3ª) A carta do Brasil na cartografia portuguesa. Ou se não fôssem conferências poderia fazer outra coisa qualquer, ou simplesmente ajudar-te. Quando houver oportunidade, se houver, pensa também um pouco em mim, que bem preciso»<sup>36</sup>.

### Passaporte para Londres

Quando a vitória da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, permitiu a fugaz recomposição do exílio político português nesse país que seria irreversivelmente comprometida com a eclosão da Guerra Civil, já Armando Cortesão se encontra refugiado em Londres, onde permanecerá até ao final da II Guerra Mundial. Exilado em Biarritz, é de novo Jaime Cortesão quem urge o irmão a obter um visto de saída em Rouen: «Confidencialissimo: Há aqui um consul, o de Rouen, Anahory, que tem passado recentemente passaportes aos emigrados que os

<sup>33</sup> TORGAL, 2009, pp. 574-584

<sup>34</sup> *A Verdade*, N.º 7, Novembro 1933, in CLÍMACO, 2017, p. 254.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, 1985, pp. 191-209; OLIVEIRA, 2016; CLÍMACO, 2017, pp. 265-270.

<sup>36</sup> Carta de Armando Cortesão a Jaime Cortesão, s/l, 7.XI.1934, BNP/E25/335, p. [1].

desejam. Mas ha que pagar-lhe, porque ele não recebe nada do Estado. Queres que tente um para ti? Se assim for, manda os retratos e o dinheiro – 180 fr. Infelizmente estou por tal forma esgotado com as despesas de Portugal e daqui que não é possível adeantar-te o dinheiro. Assim envies as coisas a tempo, porque estão a fazer-lhe uma sindicância ou coisa parecida»<sup>37</sup>. Jaime Cortesão referia-se a Israel Abraham Anahory, que foi cônsul de Portugal em Rouen entre 1925 e 1935, quando seria afastado compulsivamente das suas funções pelo governo de Lisboa pela concessão de passaportes a refugiados políticos portugueses, aos quais se viria a juntar como redactor do jornal *Unir*, publicado em Paris pela Frente Popular Portuguesa liderada por Jaime Cortesão e pelos antigos presidentes do ministério Afonso Costa e José Domingos dos Santos<sup>38</sup>.

Em finais de 1935, resolvida que fora a sua passagem e instalação em Inglaterra, Armando Cortesão pede indicações ao seu irmão Jaime para uma viagem de estudo aos arquivos de Paris que então prepara. Este aconselha-o a instalar-se num espartano hotel do Quartier Latin conhecido dos bolseiros portugueses, perto das bibliotecas de Sainte-Geneviève e da Sorbonne e apenas a 10 minutos da Biblioteca Nacional, «onde podes comer um almoço modesto, mas sofrível por c. 10 fr.»<sup>39</sup>. A possibilidade de realizar pesquisas históricas em Paris havia estado sempre presente na mente de Armando Cortesão, mas fora tendo de compensar a impossibilidade de pesquisa directa nos arquivos parisienses ditada pela sua precária situação em Espanha com pedidos de documentação por via postal nem sempre bem-sucedidos<sup>40</sup>.

No curso desse ano, fora ainda em França que o mesmo Jaime Cortesão diligenciara pessoalmente junto de académicos de prestígio, como o lusitanista Georges Le Gentil e o historiador da marinha Charles de La Roncière, a publicação de recensões críticas a *Cartografia e cartógrafos portugueses*<sup>41</sup>. «On doit rendre hommage au désintéressement et à la persévérance d'un savant qui a poursuivi en exil une tâche supérieure aux forces d'un seul homme», escreverá Le Gentil no extenso *compte-rendu* que não tardou a aparecer no *Bulletin Hispanique* (1936)<sup>42</sup>. Na sua correspondência para o irmão, Jaime Cortesão diz pouco mais ou menos o mesmo sobre a valia da «soma formidável de dados» oferecidos no 1.º volume da obra,

<sup>37</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 2.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1550, p. [2].

<sup>38</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, 24.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1545, p. [1]; OLIVEIRA, 1987, pp. 269-270; SANTOS, 1993, pp. 175-180; CLÍMACO, 1995, p. 150; FARINHA, 1998, pp. 257-259; FARINHA, 2010, pp. 58-60; Paulo, 2010, pp. 114-115; BRITO, 2013; BARRETO, 2016, pp. 695.

<sup>39</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 17.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1549, p. [1].

<sup>40</sup> CORTESÃO, 1978, p. 4

<sup>41</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Paris, 11.V.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1553, p. [1]; carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, s/d [V.1935], UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1552, p. [1]; carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Biarritz, 1.VII.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1551, pp. [1-2].

<sup>42</sup> LE GENTIL, 1936, p. 210.

ainda que não se furte a apontar «o excesso de análise, em detrimento da síntese» em que incorreria escrito. Com a franqueza própria de uma relação em que o sentimento fraternal era quase indestrinçável da camaradagem de ofício, identifica-lhe um segundo «defeito principal», como diz: «Pecas, com frequência, por nacionalismo. Estou em completo desacordo com o capítulo sobre Colombo. Partes de bases falsas. Também pouco creio que a chamada carta de Colombo seja portuguesa. Suponho até que tu estarás pouco convencido disso. Divirjo igualmente da data que lhe assinas»<sup>43</sup>.

Se os elogios pontuados por francos reparos que Jaime Cortesão escreveu depois de começar a ler *Cartografia e cartógrafos portugueses* pertencem ao domínio da história privada, o livro depressa faria o seu caminho, amparado em resenhas que amplificaram o reconhecimento que Le Gentil fez por essa altura, escritas por alguns dos mais conceituados especialistas estrangeiros em cartografia antiga e história da geografia: Edward Heawood em *The Geographical Journal*, Cecil King em *The Mariner's Mirror*, Roberto Almagià na revista *Archeion* e Lucien Gallois nos *Annales de Géographie*, entre outros. *Cartografia e cartógrafos portugueses* foi também assinalado em Portugal numa curta notícia do comandante Abel Fontoura da Costa publicada na revista *Ethnos*<sup>44</sup> e num extenso resumo de mais de 30 páginas incluído no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, no qual o visconde de Lagoa – e, com ele, também de forma explícita a comissão de redacção do *Boletim* – se pronuncia sobre o «trabalho monumental da autoria do historiador erudito e grande patriota que é o Dr. Armando Zuzarte Cortesão»<sup>45</sup>.

Enquanto preparava a sua ida a Paris para pesquisas, Armando Cortesão dava notícia para o seu irmão em França das investigações que realizava no Museu Britânico, as quais coincidiram com a identificação que o próprio fizera num leilão londrino do raríssimo impresso quinhentista *Cartas das nouas que vieram a el Rey nosso Senhor do descobrimento do preste Johã*, atribuído à oficina tipográfica de Germão Galharde e documento de referência para a história da propaganda na Europa dos contactos diplomáticos entre Portugal e a Etiópia no final do reinado de D. Manuel<sup>46</sup>. Vendo frustrada a proposta de aquisição da obra pela Biblioteca Nacional de Lisboa, sugeriu a sua aquisição pelo Museu Britânico e preparou a competente edição moderna em parceria com o latinista Henry Thomas, curador do mesmo museu. Armando Cortesão conclui no início de 1937 a redacção do estudo crítico que acompanhou a reedição integral do documento, aparecida nos prelos da Seara Nova em 1938, em simultâneo com uma edição inglesa publicada pelo Museu Britânico, cujo texto principal neste caso coube a Thomas: *The discovery of*

<sup>43</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 6.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1546, pp. [1-2].

<sup>44</sup> ANDRADE, 2014, pp. 81-86.

<sup>45</sup> [LAGOA], 1936, pp. 125.

<sup>46</sup> Ver THOMAZ, 1990, pp. 60-61; AUBIN, 1996, p. 184; MARCOCCI, 2012, p. 167.

*Abyssinia by the Portuguese in 1520*<sup>47</sup>. «Quanto aos teus achados no *British*, bom é: compensação de tantos dissabores», dissera-lhe o irmão Jaime quando soubera das novidades em primeira mão<sup>48</sup>.

Em Setembro de 1937, Armando Cortesão terá enfim oportunidade de consumir em Paris a localização de um dos códices que mais perseguia: o *Livro* de Francisco Rodrigues, sinalizado pelo visconde de Santarém na terceira edição do seu *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI<sup>e</sup> jusqu'au XVII<sup>e</sup> siècle* (Paris, 1849-1855), mas cujo paradeiro exacto se ignorava<sup>49</sup>. O códice em causa integra aquele é o único dos dois manuscritos conhecidos da *Suma oriental* de Tomé Pires que foi composto a partir da versão integral do manuscrito autógrafo desta obra, elaborada em Malaca entre 1512 e 1515. Cortesão deu a conhecer o seu achado no Congresso Internacional de Geografia que se realizou em Amesterdão em 1938 – «The first account of the Far East in the sixteenth century – The name *Japan* in 1513» –, anunciando aí também o propósito de realizar a respectiva edição crítica. A Hakluyt Society de Londres acolheu prontamente a ideia, mas os azares da Guerra protelariam a concretização desta edição inglesa, que apenas apareceria em 1945, em dois volumes: *The Suma Oriental of Tomé Pires (An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca in 1512-1515) and the Book of Francisco Rodrigues (Rutter of the Voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515)*.

Ao publicar a *Suma oriental* de Tomé Pires, Armando Cortesão destacou o auxílio que recebera para essa empreitada vindo de Henry Thomas e de Edgar Prestage, que ocupara por mais de uma década a Camões Chair do King's College da Universidade de Londres<sup>50</sup>. Uma sonora dedicatória a Charles Ralph Boxer abre o livro: «A true friend, to whom the history of the Portuguese in the East owes so much»<sup>51</sup>. Gerard Roe Crone, bibliotecário da Royal Geographical Society, dedicou-lhe uma recensão laudatória no *The Geographical Journal*. Seguir-se-ão outras leituras do mesmo teor em periódicos científicos ingleses, norte-americanos e holandeses como *The English Historical Review* (pelo historiador da Ásia do sueste John Sydenham Furnivall), *Isis* (pelo historiador da ciência George Sarton), *The American Historical Review* (pelo sinólogo da Biblioteca do Congresso Arthur W. Hummel), *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* (pelo orientalista Richard Olaf Windtedt), *Imago Mundi* (pelo estudioso da cartografia Heinrich Winter) e *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* (pelo javanista H. J. de

<sup>47</sup> CORTESÃO, 1974: I, pp. 61-64.

<sup>48</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, s/l, 17.XI.1935, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1549, p. [1].

<sup>49</sup> Ver J. M. GARCIA, 2008, pp. 24-28.

<sup>50</sup> CORTESÃO, 1978, p. 3-9; TORGAL, 1996, p. 357.

<sup>51</sup> CORTESÃO, 1944: I, p. [VI].



Graaf), as quais reiteraram o nome internacional de Armando Cortesão<sup>52</sup>. Se outros motivos não houvesse, bastaria este trabalho para justificar a sua superior valia como historiador.

### A «luz vermelha» e o ditador

Compreende-se que a produção historiográfica dispersa de Armando Cortesão relativa aos anos de Londres reflecta os temas centrais de cada um dos três principais livros que viu serem editados entre 1935 e 1945. Sendo certo que o assunto versado na generalidade destes trabalhos está longe de se poder considerar estanque, encontramos, desde logo, uma cópia considerável de textos dedicados à cartografia antiga. Ainda fechado em Madrid, em Maio de 1935, o artigo «Espionagem dos Descobrimentos» – publicado em Lisboa na *Vida Contemporânea* em Outubro desse ano – é, em boa medida, suprido com informações sobre exercícios de espionagem cartográfica no âmbito ibérico que retomam diversos passos de *Cartografia e cartógrafos portugueses*. Mais explícitos são o artigo no qual Armando Cortesão discute e atribui a Pedro Reinel a autoria do mapa anónimo de c. 1518 do Museu Britânico (*The Geographical Journal*, 1936), o estudo sobre a carta da ilha da Madeira de Bartolomeu João aparecida à venda num livreiro de Londres em 1937 (*The Oldest Chorographical Map of the Island of Madeira*, 1937)<sup>53</sup>, a síntese sobre a cartografia portuguesa do século XVI correspondente a «Illuminated Portuguese Maps» (*The Connoisseur*, 1937, que teve tradução portuguesa publicada no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* em 1938) e a análise das representações da geografia americana do planisfério truncado atribuído a António Pereira, de c. 1545 (*Geographical Review*, 1939).

Os dois capítulos que constituíram o contributo de Armando Cortesão para o 2.º volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1939), dirigido por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, partem de uma geografia e de um tempo histórico com evidentes pontos de contacto com a Ásia do sueste e a Ásia oriental que viriam a revelar-se na publicação preparada para a Hakluyt Society: «O descobrimento da Austrália e a questão das Molucas», seguido de «A expansão portuguesa através do Pacífico (Australásia, Ilhas do Oiro-Austrália, Ilha de Gomes de Sequeira, Macau, Japão)». Conforme a regra na generalidade dos seus textos, também estes se multiplicam em referências a algumas das principais fontes cartográficas trabalhadas nesses anos, sendo caso paradigmático aquelas que remetem para a obra de Francisco Rodrigues.

O *Livro* de Francisco Rodrigues estará no centro de um breve artigo que Armando Cortesão faz publicar na *Seara Nova*, em 1942, dedicado à expedição de António de

<sup>52</sup> Ver ANDRADE, 2014, pp. 89-90.

<sup>53</sup> Ver CORTESÃO; MOTA, 1987 [1962]: V, pp. 92-93.

Abreu às Molucas, em 1512. Outro tanto acontece na segunda parte de um díptico que percorre a história dos contactos e da presença portuguesa no delta do Ganges: «Os Portugueses em Bengala», seguido de «A “Cidade de Bengala” do século XVI», textos surgidos em dois números consecutivos do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* de 1944 e, em versão truncada, no volume XI do *Journal of the Royal Asiatic Society of Bengal* (Calcutá, 1945). E se a sinopse do trabalho encomendado pela Hakluyt Society constituirá a matéria exclusiva do caderno da Seara Nova intitulado *Primeira embaixada europeia à China. O boticário e embaixador Tomé Pires e a sua «Suma Oriental»* (1945), já a temática e o espaço geográfico abordado no estudo que acompanhou a publicação das *Cartas das Novas do Descobrimento do Preste João* revê-se em duas das diversas recensões críticas que Armando Cortesão publicou nessa época em *The Geographical Journal*: uma sobre o 2.º tomo de *La Mer Rouge: l’Abyssinie et l’Arabie depuis l’Antiquité* de Albert Kammerer (1937); outra sobre *Portugal in quest of Prester John* de Elaine Sanceau (1944)<sup>54</sup>.

Dir-se-á que a notoriedade científica que Armando Cortesão soube ganhar em Inglaterra apenas foi proporcional à animosidade com que continuou a ser brindado por parte do Estado Novo de Salazar durante esses anos. Desde Dezembro de 1936 que a embaixada do governo de Lisboa em Londres estava confiada a Armindo Monteiro, entretanto afastado do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e que se afadigava em manter um controlo apertado sobre a programação e os colaboradores do Serviço Português da BBC. Em Março de 1939, Monteiro expressara a Salazar os seus receios de que Armando Cortesão transitasse para a Secção Portuguesa da BBC vindo do correspondente Secção Brasileira, onde «desempenha lugar de relevo – por protecção que conseguiu da Embaixada do Brasil, dada pelo secretário Mello Franco – a coberto das tendências esquerdistas da própria BBC»<sup>55</sup>. O embaixador referia-se ao conselheiro Caio de Melo Franco, irmão de Afonso Arinos de Melo Franco, futuro chanceler de Jânio Quadros e quem haveria de gerir o caso do desvio do navio *Santa Maria* protagonizado por Henrique Galvão, em 1961<sup>56</sup>.

No seguimento dos elementos transmitidos por Armindo Monteiro, Salazar obtivera garantias expressas do governo britânico de que o Serviço Português da BBC não seria chefiado por Cortesão. Porém, a questão reacendeu-se cerca de dois anos depois, quando o mesmo rumor foi posto a circular e Armindo Monteiro reiterou a Salazar a sua inquietação: «“Acendeu-se a luz vermelha” do Sr. Armando Cortesão – que é hoje quem domina as emissões para Portugal, “como representante típico da opinião do povo português”. Nos meios da BBC atribui-se-lhe até, com ou sem razão, a inspiração de um pequeno artigo que há semanas apareceu num vago jornal

<sup>54</sup> Ver ANDRADE, 2014, pp. 196-199.

<sup>55</sup> Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 3.III.1939, in RIBEIRO, 2014, pp. 315-316.

<sup>56</sup> Ver GUIMARÃES, 2013, pp. 961-967.

de esquerdas, chamado *The Tribune*, em que pedia a formação de “um governo português livre”<sup>57</sup>.

No tempo em que isto sucede, Armando Cortesão trabalhava já neste mesmo Serviço Português da BBC, tendo a seu cargo traduzir uma publicação semanal que resumia o conteúdo das emissões da Voz de Londres<sup>58</sup>. Armindo Monteiro apressa-se também a fazê-lo saber a Salazar, junto com a indicação de que Cortesão escrevera directamente para Lisboa depois da embaixada em Londres ter frustrado a aproximação que fizera para reatar relações formais com os representantes do governo: «O Dr. Cortesão saíria assim da sua situação de réprobo. O patriotismo podia dar para isso, nesta hora grave, excelente plataforma – com aparência de nobreza e seus compromissos políticos»<sup>59</sup>.

Num contexto marcado pelo apoio Aliado a Moscovo que se segue à invasão da União Soviética pelo exército alemão, o caso serve de pretexto para um duro braço-de-ferro entre Salazar e o Foreign Office com o propósito de condicionar o tratamento noticioso da BBC destinado a Portugal. A figura de Armindo Monteiro é indissociável da criação de todo este enredo, ajudando a construir a percepção de que o tratamento noticioso da BBC destinado a Portugal mudara de tom nesta nova etapa da guerra, tornando-se menos amistoso para com Lisboa, e que a acção de Cortesão fora decisiva nessa mudança. Os jornais portugueses, com o *Diário da Manhã* à cabeça, encarregam-se de fazer amplo eco do «caso Armando Cortesão», começando por acusá-lo de envenenar as relações entre os dois países e acabando em acusações sobre um alegado desvio de fundos da causa republicana no exílio que visavam directamente o seu carácter. Londres cede e Armando Cortesão é demitido da BBC em Dezembro de 1941<sup>60</sup>.

A censura de Lisboa encarregar-se-ia de cortar as cartas dirigidas ao *Diário da Manhã* em que Armando Cortesão refutava as acusações de que era alvo, mormente a de apropriação de recursos destinados aos emigrados políticos em Espanha<sup>61</sup>. Por outro lado, uma vez dispensado da BBC é-lhe também retirada a autorização para continuar a realizar *auxiliary war service* para o governo inglês, como sucedera quando os seus serviços de tradutor tinham sido requisitados pelo Ministry of Information<sup>62</sup>. Propõe então ao mesmo Ministério – que logo declina – a escrita remunerada de uma série

<sup>57</sup> Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 16.IX.1939, in ROSAS; BARROS; OLIVEIRA, 1996, p. 184.

<sup>58</sup> RIBEIRO, 2014, pp. 193-194.

<sup>59</sup> Carta de Armindo Monteiro a Oliveira Salazar, Londres, 10.X.1941, in ROSAS; BARROS; OLIVEIRA, 1996, p. 194.

<sup>60</sup> ANDRADE, 2014, pp. 46-47; RIBEIRO, 2014, pp. 315-328.

<sup>61</sup> CORTESÃO, 1974, pp. 89-96.

<sup>62</sup> Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 1.I.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO- AC/702, p. [1]; carta de Armando Cortesão a K. G. Grubb, Londres, 3.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/79, p. [1].

de cartas sobre a actualidade da guerra e de interesse acrescido para a propaganda inglesa, as quais poderiam ser publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, contando para tanto com os bons ofícios do seu irmão Jaime Cortesão, exilado no Brasil desde 1940<sup>63</sup>. Como garantia dos seus bons propósitos, evoca o serviço que prestava numa bateria antiaérea londrina: «I have always been the only “Free Portuguese” in this country, and now I am, I think, also the only “Fighting Portuguese”. There is at least one Portuguese making the saying of “The Oldest Ally” true – a saying which unfortunately sounds rather ridiculous nowadays»<sup>64</sup>. Vendo fecharem-se-lhe todas as formas regulares de sustento, desabafa em privado: «Para tôda a parte que me viro, mesmo nas coisas que me parecem mais particulares, as primeiras impressões são as melhores; mas creio que quando depois procuram qualquer informação ou autorização, logo a mala pata se faz sentir»<sup>65</sup>.

Armando Cortesão acabará invertendo o cerco através da escrita de artigos regulares para os jornais ingleses: «(...) mas como isto de escrever é como coçar – não se lhe pode resistir – desatei a escrever para a Imprensa daqui, que não paga nada mal. Por êsse lado era caso para agradecer aos srs. censores... Em vez de falar de Inglaterra aos portugueses[,] falo de Portugal aos ingleses. São danados os srs. censores! Agora é que êles poderão dizer “É que o senhor não sabe o que êsse senhor tem feito”. Nem eles saberão tudo, coitados!»<sup>66</sup>. Em paralelo, entre meados de 1941 e finais de 1946 enviou regularmente para publicação na *Seara Nova* uma série de crónicas sobre o conflito mundial e a realidade política inglesa que acabaram por cumprir o propósito de propaganda Aliada que estivera presente na sua aproximação ao governo inglês, aquando do seu litígio com Armindo Monteiro e Salazar por interposta BBC.

Parcial ou integralmente cortadas pela censura portuguesa da época, estas *Cartas de Londres* de reminiscências queirosianas constituem, ainda assim, um expressivo testemunho de dois tópicos principais: por um lado, a leitura que Armando Cortesão oferece sobre a democracia e o parlamentarismo inglês; por outro, a percepção que vai construindo sobre a forma como a ordem internacional do pós-guerra alteraria os termos do «problema colonial» e o modo como Portugal se passaria a confrontar com o mesmo. Em carta ao escritor Manuel Mendes, dirá: «Para mal ou para bem[,] temos que viver dentro da órbita britânica e isso no futuro terá para nós importância ainda maior talvez que no passado. Há pois toda a vantagem em que os conheçamos melhor e não tenhamos ilusões. Direi o mais que puder e me pareça publicável; e quem me dera poder dizer muito mais do que vejo, sei, sinto e prevejo!»<sup>67</sup>.

<sup>63</sup> Carta de Armando Cortesão a K. G. Grubb, Londres, 3.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/79, pp. [1-2].

<sup>64</sup> Carta de Armando Cortesão a [K. G.] Grubb, [Londres], 28.IX.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/84, p. [1].

<sup>65</sup> Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 1.I.1942, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/702, p. [1].

<sup>66</sup> Carta de Armando Cortesão a Câmara Reis, Londres, 21.VIII.1945, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/679, p. [1].

<sup>67</sup> Carta de Armando Cortesão a Manuel Mendes, São João do Campo (Coimbra), 3.III.1944, FMS: MANUEL MENDES/MNAC - MUSEU DO CHIADO, PASTA 04635.007.011, pp. [1-2].

O fim trágico de Stefan Zweig, em Fevereiro de 1942, tornado sinónimo «da tragédia da época em que vivemos», será o tema único daquela que talvez seja a mais pessoal das cartas de Londres publicadas na *Seara Nova* (Abril de 1942). Armando Cortesão conheceu e privara com o escritor austríaco em Londres, os dois haviam-se correspondido quando Zweig se retirou em Bath, mantendo depois contacto epistolar a partir do momento em que o autor de *O Mundo de Ontem* se refugiara no Brasil. Por interposto Jaime Cortesão, Armando Cortesão recebera apenas alguns meses antes as primeiras notícias da chegada de Stefan Zweig ao Rio de Janeiro, junto com o rumor posto a circular simultaneamente por Zweig e Caio de Melo Franco que fazia crer que ele próprio descobrira e adquirira uma carta de Amerigo Vespucci<sup>68</sup>.

Destes interesses por assuntos relativos ao descobrimento e à primeira cartografia da América do sul que convergiam para a embaixada do Brasil em Inglaterra diz-nos também uma carta endereçada a Armando Cortesão pelo sucessor de Melo Franco em Londres, Samuel de Sousa Leão Garcia: «Talvez lhe interesse saber que, visitando às pressas a biblioteca Huntington, em California, fiz fotografar todos os mapas (do Brasil) do século XVI que lá se encontram. Essas fotos eu as tenho comigo e terei o maior prazer em lh'as mostrar»<sup>69</sup>. Sousa Leão chefiara o Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do Itamaraty – instituição na qual Jaime Cortesão se vinculou a partir de 1942 – e virá a ser ministro interino das Relações Exteriores em 1946 e embaixador do Brasil em Lisboa entre 1947 e 1952<sup>70</sup>. Sustentados nos anos de Londres de Armando Cortesão e naqueles do seu irmão Jaime no Rio, adensavam-se os círculos de afinidade em torno dos mapas antigos.

### Paris e o mundo

Em 1945, sairá publicado em Buenos Aires o livro *La Comunidad Ibérica de Naciones*, assinado conjuntamente por Armando Cortesão, Luis Arasquistain, Manuel de Irujo e Carles Pi i Sunyer, representando estes dois últimos os exílios republicanos basco e catalão. Trata-se de uma das escassas manifestações do efémero projecto de uma confederação ibérica de nações que amparasse a instauração de uma República democrática alternativa às ditaduras de Franco e Salazar. Congeminado em Londres a instância dos nacionalistas bascos, catalães e galegos, este projecto contou com ramificações aos respectivos exílios no México, antes de ter implodido por divergências insanáveis em torno do conceito de «nação»<sup>71</sup>.

<sup>68</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Rio de Janeiro, 11.I.1941, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1524, p. [1].

<sup>69</sup> Carta de S[amuel] de Sousa Leão [Garcie] a Armando Cortesão, Londres, 25.II.1939, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/812, p. [1].

<sup>70</sup> BARRETO, 2001, pp. 170-172.

<sup>71</sup> HOYOS PUENTE, 2010; ANDRADE, 2014, pp. 47-48; HOYOS PUENTE, 2019, pp. 40-41.

Nesse momento que coincide com o final da guerra na Europa, Armando Cortesão mantém voz assídua na imprensa inglesa sobre a situação política portuguesa, caso do longo artigo «Democracy and Fascism in Portugal» impresso no *The Political Quarterly* em Outubro de 1945<sup>72</sup>. Como nos tempos em que tivera a seu cargo *A Verdade*, ele próprio trata de distribuir por correio semi-cifrado este texto, juntamente com a revista *Ibéria*, publicada por José Domingos dos Santos em Paris<sup>73</sup>. Por outro lado, a correspondência que Cortesão manteve com Bento de Jesus Caraça nos primeiros meses de 1946 certifica a sua ligação aos sectores oposicionistas portugueses que tentaram internamente a reimplantação da República em torno do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) de Norton de Matos, José Magalhães Godinho e Fernando Piteira Santos, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), seu herdeiro. As mesmas cartas confirmam-nos ainda os contactos sempre fluídos que Armando Cortesão mantinha nessa altura com os representantes do governo republicano espanhol exilado em Paris por via de Domingos dos Santos<sup>74</sup>.

Num plano só aparentemente oposto, a difusão da *Suma Oriental* de Tomé Pires, que ocorre a partir de finais de 1945, garantiu a visibilidade que faltava para que Armando Cortesão se descobrisse numa nova fase da sua vida. Tal acontece depois de ter recebido e aceite o convite endereçado por Julian Huxley e Joseph Needham para ingressar na Comissão Organizadora da UNESCO. Entre 1946 e 1952, Cortesão será sucessivamente conselheiro para a História da Ciência e da Cultura da UNESCO e chefe de divisão do Departamento de Ciência, do Departamento de Relações Exteriores e do Departamento Cultural, terminando o seu percurso na instituição como secretário-geral da Comissão Internacional para uma História Científica e Cultural da Humanidade – «Esse foi um período importante da minha vida em que, entre outras coisas, passei da quase miséria de longos anos de exílio político em Londres para a relativa opulência de funcionário superior internacional em Paris», contará mais tarde<sup>75</sup>.

Ao que tudo indica, o convite para a UNESCO aconteceu pouco depois do «Fabian Colonial Bureau» ter indicado o seu nome para um cargo na Divisão de Territórios Não-Autónomos da Organização das Nações Unidas, que se encontrava em curso de constituição e onde seria suposto que Armando Cortesão viesse a tutelar assuntos

<sup>72</sup> CORTESÃO, 1945, pp. 329-341. Ver também Armando Cortesão, «Portuguese Politics», rascunho para *The Nation* (New York), 6.I.1946, FMS. FUNDO DBC-DOCUMENTOS BENTO DE JESUS CARAÇA, PASTA 04422.004.

<sup>73</sup> Carta de Armando Cortesão a destinatária anónima, [Londres], 1.XII.1945, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/31, p. [1].

<sup>74</sup> Carta Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 15.I.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1562, p. [1]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 21.II.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/18, pp. [1-4]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, s/l [Lisboa], s/d [1946], UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/1561, p. [1]; carta de Bento de Jesus Caraça a Armando Cortesão, Lisboa, 19.IV.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/19, p. [1]; SOARES, 2011, p. 40-55; PIMENTEL, 2018, pp. 177-184.

<sup>75</sup> CORTESÃO, 1978, p. VII; ANDRADE, 2014, p. 49.

relativos às colónias portuguesas e espanholas. Apesar de ter sentido «que poderia prestar grandes serviços à nossa Pátria em UNO, além de tudo o mais, como observador», acabou por preterir Nova York em favor da UNESCO em razão da afinidade intelectual que sentia com o trabalho que lhe propunham aí, tal como então o disse a Luís da Câmara Reis, director da *Seara Nova*. Com isto, anunciou também uma renúncia tácita: «Claro está que, dada a minha nova qualidade de alto funcionário internacional, tenho de daqui para o futuro me abster de qualquer actividade política partidária. Mas o Câmara Reys e todos os nossos amigos devem saber onde o meu coração está e estará. Nunca deixarei de ser “seareiro”. De resto não me foi feita imposição alguma, muito antes pelo contrário, deixando o meu procedimento apenas ao meu critério e consciência. E nada me poderia obrigar mais»<sup>76</sup>.

Fosse por uma questão de empatia mental e científica, fosse por ter pesado a inevitabilidade da descolonização anunciada pela Carta do Atlântico de 1941 e o impacto que daí adviria para a acção da ONU<sup>77</sup>, o facto é que a opção de Armando Cortesão pela UNESCO lhe permitiu retomar o tratamento das questões coloniais que vinha das *Cartas de Londres* com um à-vontade que provavelmente não teria tido se houvesse que lidar directamente com os «territórios não autónomos» em contexto onusiano. Esta linha de trabalhos sobre o tema colonial suscitada pela alteração do paradigma jurídico internacional no pós-guerra anuncia-se logo no texto «Política colonial internacional», publicado pela *Seara Nova* em Outubro de 1946. Da proximidade que mantinha com o «Fabian Colonial Bureau» da Sociedade Fabiana – e, por extensão, com o Partido Trabalhista britânico, entretanto no governo em Londres – vem também a sua colaboração numa colectânea de ensaios sobre «colonização comparada» que dá origem à publicação de *The Portuguese Colonies* (Londres, 1946).

Decorrem do mesmo *The Colonial Problem and UNESCO* (Paris, 1947) e a comunicação que apresentou «a título pessoal» à 3.<sup>a</sup> sessão do Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas sobre «Culture-change and the “sacred trust” of colonial powers», realizado em Bruxelas em Agosto de 1948. Entre a constatação da mudança geopolítica em curso e a resistência à alteração dos termos essenciais do problema, o dilema do seu argumento fica bem expresso quando resume: «É natural que todos os territórios coloniais venham a estar sujeitos a alguma espécie de superintendência internacional, e Portugal sabe que nenhuma outra potência possui uma melhor tradição do que a sua no que respeita a protecção e promover o bem dos povos coloniais e administrar colónias (...). Mas justamente orgulhoso da sua tradição colonial e obra realizada, Portugal nunca abdicará dos seus sagrados direitos»<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> Carta de Armando Cortesão a Luís da Câmara Reis, [Londres], 29.IX.1946, UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC/672, p. [1].

<sup>77</sup> Ver ALEXANDRE, 2017a, pp. 20-21; ALEXANDRE, 2017b, pp. 32-41.

<sup>78</sup> CORTESÃO, 1946, p. 103.

Em todo o caso, os anos da UNESCO manifestam-se sobretudo em textos que convergem para os temas – uma vez mais por regra enredados – da história da ciência, da história da náutica e dos descobrimentos geográficos e da história da cartografia. Logo em 1947, Armando Cortesão é co-autor, com Joseph Needham, de um texto preambular ao projecto desta instituição da ONU para o primeiro desses domínios: «UNESCO and the History of Science», publicado no volume inaugural de *Archives Internationales d'Histoire des Sciences*. Aqui fará editar as principais comunicações que realiza nos Congressos Internacionais de História da Ciência de 1947, 1953 e 1956, guardando para a *Revista da Faculdade de Ciências* (Coimbra, 1953) uma ampla recensão ao livro *Horus - A Guide to the History of Science* de George Sarton.

Ainda em 1953, enquanto a UNESCO edita o seu trabalho «Nautical Science and the Geographical Revolution», Armando Cortesão anuncia nas páginas da *Imago Mundi* a descoberta da carta do Atlântico norte atribuída ao cartógrafo veneziano Zuane Pizzigano de 1424, fazendo sair pouco depois dos prelos da Universidade de Coimbra o consequente estudo: *The Nautical Chart of 1424 and the Early Discovery and Cartographical Representation of America* (1954). O título expõe o controverso argumento que este volumoso trabalho encerra em favor da tese do descobrimento pré-colombiano da América a partir de presumíveis evidências cartográficas<sup>79</sup>. A despeito da forte polémica que logo suscitou entre os historiadores da cartografia, Armando Cortesão manter-se-ia fiel à sua leitura inicial da questão, a qual era indissociável de um cuidado com a salvaguarda da prioridade das navegações e descobrimentos portugueses, por sua vez herdeiro directo dos exercícios historiográficos nacionalistas de oitocentos.

Serão as funções exercidas na UNESCO que ditam a oportunidade de Armando Cortesão rumar à América do Sul em 1949. «Todos cá em casa receberam com alegre alvoroço a notícia da tua vinda», escreve-lhe do Rio de Janeiro o seu irmão Jaime, enquanto se empenha em preparar a sua chegada junto da imprensa do Rio e de São Paulo<sup>80</sup>. O relatório da Mapoteca do Itamaraty não deixará de registar a passagem do «Prof. Armando Cortesão, historiador português, em missão especial da UNESCO»<sup>81</sup>. Acompanhado por Jaime Cortesão, a viagem estende-se a outros pontos do Brasil, conforme a notícia de *O Estado* de Santa Catarina de 23 de Julho, que chama à primeira página as conferências que um e outro celebrariam na Faculdade de Direito de Florianópolis – Jaime Cortesão sobre Alexandre de Gusmão, enquanto Armando Cortesão dissertaria sobre «A UNESCO e a Humanidade»<sup>82</sup>.

<sup>79</sup> Ver MARQUES, 1987, pp. 89-91; PUJADES I BATALLER, 2007, pp. 267-268; ANDRADE, 2014, pp. 97-106.

<sup>80</sup> Carta de Jaime Cortesão a Armando Cortesão, Rio de Janeiro, 14.VI.1949, FBN-RJ MANUSCRITOS 30.1.001 N.º 022, p. [2].

<sup>81</sup> RJAHI – M.R.E., *Relatório*, 1951, p. 26.

<sup>82</sup> *O Estado*, 1949, p. 1.



A 15 de Julho de 1949, Armando Cortesão proferiu no auditório do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre «A ciência náutica no Renascimento», que a Seara Nova se incumbirá de publicar em opúsculo nesse ano. Começou dizendo: «É este para mim um momento de grande emoção: é a primeira vez que depois de quase dezoito anos falo em público na minha própria língua. Tenho durante este, ai de mim, tão longo tempo feito conferências e proferido discursos em espanhol, em inglês, para públicos que vão desde as pequenas salas de clubes às grandes reuniões internacionais de Lake Success [sede provisória das Nações Unidas entre 1946 e 1952]: mas hoje falo novamente em português»<sup>83</sup>.

### Regresso à «Casa das Rosas»

Armando Cortesão deixa a UNESCO em 1952 e regressa a Portugal, fixando residência em São João do Campo, na velha «Casa das Rosas» da família. Se é um renomado funcionário internacional aposentado, sem demandas judiciais nem risco de prisão<sup>84</sup>, pelo menos nos primeiros tempos o ostracismo não deixaria de ser real: «Bem haja por não se ter esquecido dêste velho amigo que para aqui vive cada vez mais isolado e isolando-se. Nem V. imagina como às vezes me sinto farto do mundo e de nele viver!», escreve na volta do correio que viera com um exemplar do livro de contos *Estrada* oferecido por Manuel Mendes<sup>85</sup>.

Em qualquer caso, Armando Cortesão traz consigo um ambicioso plano editorial, que expõe pela mesma altura a Manuel Sarmiento Rodrigues, ministro das Colónias e do Ultramar entre 1950 e 1955. Este acalenta a ideia da criação de uma comissão de investigações sobre a história colonial portuguesa, que Cortesão se esforça por compatibilizar com um projecto pessoal de trabalho, para o qual reclama desde a primeira hora «plena liberdade de concepção e realização», junto com «uma fórmula que me garanta a indispensável liberdade de preocupações financeiras próprias durante o período de doze anos, necessários para a conclusão da vasta obra que me proponho». Anexa um exemplar da *Suma Oriental* de Tomé Pires e seis separatas de trabalhos seus, confiando que pudessem servir de prova documental que habilitasse a «ajuizar das minhas possibilidades»<sup>86</sup>.

Tal é a génese dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, a monumental colecção de mapas portugueses anteriores ao século XVIII que Armando Cortesão verá

<sup>83</sup> CORTESÃO, 1949, p. 7.

<sup>84</sup> ANDRADE, 2014, p. 123.

<sup>85</sup> Carta de Armando Cortesão a Manuel Mendes, São João do Campo, Coimbra, 5.XII.1952, FMS: MANUEL MENDES/MNAC - MUSEU DO CHIADO, PASTA 04635.007.001.

<sup>86</sup> Carta de Armando Cortesão a Sarmiento Rodrigues, São João do Campo (Coimbra), 24.X.1952, FMS: FUNDO MANUEL MARIA SARMENTO RODRIGUES, PASTA 04290.001.042.

publicada em 5 volumes entre 1960 e 1962, depois do governo de Salazar – apenas em 1955 – ter anuído a integrá-la no plano de edições das comemorações oficiais do centenário do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, talvez aquietado por um objecto de estudo aparentemente desprovido de implicações ideológicas<sup>87</sup>. A coadjuvá-lo, Armando Cortesão terá o então primeiro-tenente Avelino Teixeira da Mota, próximo de Sarmiento Rodrigues desde os tempos em que este fora governador da Guiné (1945-1949). Entre 1953 e 1954, Teixeira da Mota tinha realizado uma extensa recopilação fotográfica de cartografia histórica por incumbência do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fizera-o no quadro da participação portuguesa nas comemorações do IV centenário da fundação de São Paulo, que decorreram em 1955 e cuja componente histórica foi superintendida por Jaime Cortesão<sup>88</sup>. Seria adstrito ao projecto dos *Portugaliae* em 1957, logo que se desembaraçasse das obrigações associadas ao levantamento topográfico e hidrográfico que realizava na Guiné, trazendo consigo esse importante conjunto de imagens que não haviam chegado a ser aproveitadas no Brasil. Estas juntar-se-iam àquelas outras que Armando Cortesão recolheu em cerca de 20 viagens sucessivas a colecções e arquivos europeus e norte-americanos durante o primeiro dos cinco anos que teve para entregar o corpo principal da obra<sup>89</sup>.

Sendo a síntese de mais de trinta anos de estudos sistemáticos sobre a cartografia histórica, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* reflectem, em primeiro lugar, o sentido muito próprio que Armando Cortesão dá ao empreendimento, propondo-se acrescentar à cópia de factos conhecidos a «conjectura inteligente» que suprisse as lacunas da documentação<sup>90</sup>. Também por isso, mais que um catálogo ilustrado de cartas antigas, o produto final deste trabalho que Armando Cortesão delinea recupera o propósito abrangente que o visconde de Santarém emprestara aos seus já clássicos *Atlas*, nos quais o interesse por articular o estudo e análise dos mapas com a história dos descobrimentos portugueses se antepõe a qualquer outro<sup>91</sup>. Como no-lo diz na apresentação dos *Portugaliae*, «não há documentação mais explícita do que a sucessão de cartas antigas que ano após ano registam gráficamente o progresso do descobrimento geográfico; e na história da cartografia portuguesa reflecte-se a história do descobrimento da maior parte do mundo»<sup>92</sup>.

<sup>87</sup> GODINHO, 1990, p. 29; DOMINGUES, 2010, pp. 285-287.

<sup>88</sup> VALENTIM, 2007, pp. 34-35.

<sup>89</sup> CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, pp. XXXV-XXXVII; VALENTIM, 2007, pp. 122-128; ANDRADE, 2014, pp. 123-128.

<sup>90</sup> CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, p. XXXVI.

<sup>91</sup> GODLEWSKA, 1999, pp. 142-146; GARCIA, 2005, p. 181; GARCIA, 2010, pp. 65-77; GODLEWSKA, 2012, pp. 127-128; LOURENÇO, 2012, pp. 139-140; VALENTIM, 2015, pp. 1047-1050.

<sup>92</sup> CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960]: I, pp. XVIII-XIX.

Se o ministro Sarmiento Rodrigues é o agente instrumental do projecto, Teixeira da Mota é a «mocidade» indispensável para que este se concluísse a tempo das comemorações em que o regime enredaria definitivamente a sua sobrevivência com a do «império»<sup>93</sup>. Por outro lado, na vasta galeria de nomes aos quais os dois autores creditam os seus agradecimentos, dois há que se destacam: o primeiro é Raleigh Ashlin Skelton, responsável pelo *Map Room* do Museu Britânico, secretário honorário da Hakluyt Society, editor geral da *Imago Mundi* e, entretanto, fundador do grupo de trabalho sobre cartografia antiga da União Geográfica Internacional; o segundo nome é Jaime Cortesão, regressado a Portugal em 1957. Deste, os *Portugaliae* aproveitam, desde logo, muito do material relativo às representações cartográficas do espaço brasileiro que estava disponível nas cópias mimeografadas das lições sobre história da cartografia, geografia das fronteiras e formação territorial do Brasil que Jaime Cortesão ministrara no Itamaraty entre 1944 e 1950, as quais viriam a ser parcialmente transpostas para o livro semi-póstumo *História do Brasil nos velhos mapas (1957-1971)*<sup>94</sup>. Já Skelton actuou quase como um terceiro autor: coube-lhe a revisão dos originais redigidos em inglês por Armando Cortesão, a tradução dos textos em português de Teixeira da Mota, e ainda suprir as lacunas achadas na bibliografia: – «Para viver só há dois sítios no Mundo: São João do Campo e Londres. Não há melhor sítio para estar do que aqui; não há melhor biblioteca para nos auxiliar no trabalho como a do British Museum», contava Cortesão, pouco depois de ter entregue o penúltimo volume da obra<sup>95</sup>.

### Epílogo coimbrão

Nesse ano de 1960 em que vê publicados os primeiros quatro volumes dos *Portugaliae*, Armando Cortesão serve também as comemorações henriquinas com a síntese correspondente a *Cartografia Portuguesa Antiga*, a selecção de cartas integrada no *Tabularum Geographicarum Lusitanorum* (em co-autoria com Teixeira da Mota) e a proposta de edição bilingue português-inglês do livro *Goa – Rainha do Oriente* do historiador de viagens e colecionador de mapas Boies Penrose. O próprio Cortesão se encarregará de explicar em prefácio a oportunidade dessa edição, dizendo que a ideia lhe ocorrera «neste momento especial, quando os direitos de Portugal aos seus territórios na Índia têm sido contestados»<sup>96</sup>. Ao cair do pano desses meses preenchidos com colóquios e eventos mundanos, Armando Cortesão – «Victorian Medalist of the Royal Geographical Society» de

<sup>93</sup> Carta de Armando Cortesão a Sarmiento Rodrigues, 16.I.1955, in ANDRADE, 2014, p. 125. Ver JOÃO, 2002, pp. 106-107 e 190-195; ALMEIDA, 2015, p. 82.

<sup>94</sup> F. R. OLIVEIRA, 2014.

<sup>95</sup> VALDEMAR, 1960, p. 247.

<sup>96</sup> CORTESÃO, 1960, p. 10.

Londres, como agora se identifica, aludindo à distinção acabada de receber de Londres – participa ainda na IV reunião plenária da Associação para o Estudo Taxionómico da Flora da África Tropical, que decorre em Lisboa na segunda quinzena de Setembro.

Tem aqui o pesado encargo de substituir o seu irmão Jaime, falecido no mês anterior, para quem o tema da alocução teria sido pensado – «The Portuguese Discovery and Exploration of Africa». Percorrendo da cartografia tardo-medieval à busca lendária da Etiópia cristã, da travessia de Serpa Pinto aos trabalhos topográficos de Gago Coutinho em São Tomé, nos quais participara nos idos de 1910, Armando Cortesão parece distanciar-se, por uma vez, da intromissão do tempo político do Portugal contemporâneo que era claro na promoção ao livro de Penrose: «Our forefathers (...) were the first to lift the veil of mystery and awe that still surrounded the world beyond Europe at the end of the Middle Ages. Others came, and Portugal was too small to hold the vast empire she had built and, after a period of greatness and splendour, decline and disintegration followed – an inescapable lesson of history, inseparable from the condition of empire»<sup>97</sup>. Vendo o que estava para vir, o ajuste de perspectiva foi apenas aparente.

A parceria entre Armando Cortesão e Teixeira da Mota forjada com os *Portugaliae Monumenta Cartographica* depressa se cimentou em torno do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga (AECA), organismo integrado na Junta de Investigações do Ultramar e dirigido por Teixeira da Mota desde a sua fundação, em 1958. A partir de 1960, este núcleo de pesquisas históricas passou a contar com uma secção adstrita à Universidade de Coimbra, sendo a direcção entregue a Armando Cortesão – sensivelmente na mesma altura em que este é feito doutor *honoris causa* pela Memorial University of Newfoundland, é eleito sócio honorário da Hispanic Society of America e da National Geographic Society e, sobretudo, quando recebe o doutoramento *honoris causa* pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e vê ser-lhe outorgada a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (1961), distinções portuguesas que anteciparam o convite para integrar a Academia das Ciências de Lisboa (1964)<sup>98</sup>.

A secção de Coimbra do AECA – entretanto rebaptizado Centro de Estudos de Cartografia Antiga – constituirá o respaldo institucional para a generalidade dos trabalhos que Armando Cortesão produziu até à sua morte, ocorrida a 29 de Novembro de 1977. Entre estes, contou-se a realização durante mais de uma década de cursos formais de história da cartografia para estudantes e pós-graduados, nos quais Cortesão manteve a colaboração de Teixeira da Mota e ganhou a de Luís de Albuquerque, que leccionava matemática na Universidade de Coimbra desde

<sup>97</sup> CORTESÃO, 1962, p. 39.

<sup>98</sup> MOTA, 1978, p. 93; ANDRADE, 2014, pp. 57-58 e 67. Ver PÉREZ DE TUDELA Y BUESO, 1977, pp. 402-403.

1941. Estes cursos representaram o primeiro programa formal de ensino na área da história da cartografia realizado em Portugal, devendo ser vistos à luz da experiência pioneira ensaiada por Jaime Cortesão no Itamaraty. Da colaboração entre as secções de Lisboa e Coimbra do AECA resultará ainda a edição das séries *Separatas* e *Memórias* do mesmo organismo, correspondentes às primeiras publicações regulares no país sobre a história dos mapas<sup>99</sup>.

Armando Cortesão consolidará extensa colaboração na área da história da náutica com Luís de Albuquerque. Nesse sentido, cabe-lhe fazer a introdução a *O Livro de Marinharia de André Pires* (1963), o volume com o qual Albuquerque inaugurou a colecção coimbrã dos estudos do AECA. Voltará a fazê-lo quando o mesmo Luís de Albuquerque lançar *Os Guias Náuticos de Munique e Évora* (1965) e o *Livro de Marinharia de Manuel Álvares* (1969). Entretanto, ambos assinam a edição crítica das *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols., 1968-1982), tal como o comentário e as notas a *A Arte de Navegar de Manuel Pimentel* (1969). A derradeira empresa conjunta surgirá aquando da realização daquele que, simultaneamente, foi o último grande projecto acalentado por Armando Cortesão: a edição bilingue da *História da Cartografia Portuguesa / History of Portuguese Cartography* (2 vols., 1969-1970), em cujo segundo volume Luís de Albuquerque se encarregou de dois capítulos sobre história da náutica.

O título *Descobrimientos do Atlântico e evolução da sua antiga representação cartográfica*, que apenas seria publicado em 1980, constitui uma peça que começou por ser pensada para o terceiro volume da *História da Cartografia Portuguesa*. Trata-se de um exercício afim às sínteses sobre a evolução da antiga representação cartográfica da Terra Nova e do Japão que Armando Cortesão tinha executado em 1955, «durante o período de expectativa que precedeu a decisão final sobre a publicação de *Portugaliae Monumenta Cartographica*», e que entretanto intercalara em apêndice ao volume V desta obra<sup>100</sup>. Ainda a propósito da cartografia primitiva da América do Norte vale notar um dos muitos trabalhos mais concisos que Cortesão elabora nestes anos: «Is the Vinland map genuine?» (1971). O texto é redigido na sequência da polémica internacional suscitada pela publicação de *The Vinland Map and the Tartar Relation* (1965), cujo primeiro autor foi R. A. Skelton. Armando Cortesão seria chamado a participar na conferência entretanto convocada pela Smithsonian Institution (Washington) para discutir a autenticidade deste mapa alegadamente quatrocentista, o qual ainda não deixou de ser um objecto muito discutido do mundo dos leitores de mapas antigos, desde logo por interpelar a possibilidade de uma representação cartográfica da América do Norte anterior aos esboços das Caraíbas associados às viagens de Colombo<sup>101</sup>.

<sup>99</sup> OLIVEIRA, 2012, pp. 17-18.

<sup>100</sup> CORTESÃO; MOTA, 1987 [1962]: V, p. XV.

<sup>101</sup> Ver WASHBURN, 1995, pp. XXI-XXVII; WITEEN II, 1995, p. XLIV.

Também *O Mistério de Vasco da Gama* (1973) – de novo, com edição paralela em inglês e com o selo do AECA – deveria ter integrado o último volume da *História da Cartografia Portuguesa*<sup>102</sup>. Parcialmente assente numa leitura de evidências cartográficas, este livro representa um dos mais controversos exercícios de especulação historiográfica ensaiados por Armando Cortesão. Tal como quando polemizara, no início da década de 1950, sobre os primórdios das navegações portuguesas às costas da América a propósito do portulano de Pizzigano de 1424 – cujas principais premissas, de resto, não só reaparecem em separatas publicadas em inglês pelo AECA e pela *Revista da Universidade de Coimbra* em 1968, como também aquando da controvérsia sobre o “mapa de Vinlândia”, em 1966-1971 –, Armando Cortesão reserva aí para a figura de Vasco da Gama um aparato de sugestões travejadas num arrojado especulativo congénere àquele que o seu irmão Jaime emprestou a um conceito muito lato de «política de sigilo»<sup>103</sup>. Como avisou no antelóquio de *O Mistério de Vasco da Gama*, seguindo uma ideia que já lhe vimos dita, a História «não se escreve apenas com documentos indiscutíveis, e já alguém acertadamente disse que “a fronteira da ignorância é a esperançosa fronteira da descoberta”»<sup>104</sup>. Este derradeiro livro de Armando Cortesão surge «fraternalmente dedicado à memória de Jaime Cortesão», estando a revisão das provas da versão portuguesa a cargo de Ivo Cortesão, o primo de ambos que viria a ser o director da revista *Vértice*.

O capítulo final da vida científica e política de Armando Cortesão ficou indelévelmente marcado pela violenta polémica que manteve com Charles Boxer, desencadeada na sequência da publicação de *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (1963), o livro com o qual Boxer se demarcou do regime de Salazar no momento em que o eco internacional do começo da guerra colonial tornara insustentável manter ante o seu círculo anglo-saxónico mais próximo a imagem de lusófilo amável ou até benevolente para com Lisboa<sup>105</sup>. Entre o final de Dezembro desse ano e o início de 1965, Armando Cortesão envia para as páginas do *Diário Popular* uma série de artigos identificada com o título genérico «Um livro insidioso», cujo primeiro exemplar tinha um subtítulo não menos categórico: «De lusófilo honesto a lusóbofo de má fé, ou a reviravolta do Professor Boxer». Por entre a virulência das palavras – mais violentas ainda tratando-se de dois amigos de sempre, como era o caso – dois argumentos estribam o protesto de Cortesão: que escolhia a trincheira do ditador como o faria fosse qual fosse o governo uma vez que a «transcendentemente grave emergência» do momento não deixa margem para outra escolha<sup>106</sup>; que a presença portuguesa

<sup>102</sup> CORTESÃO, 1973, p. 21.

<sup>103</sup> Ver DOMINGUES, 1989, pp. 990-993; ANDRADE, 2014, pp. 144-146.

<sup>104</sup> CORTESÃO, 1973, p. 15.

<sup>105</sup> Ver ALDEN, 2001, pp. 373-375; RAMOS, 2005, pp. 189-218.

<sup>106</sup> CORTESÃO, 1964b, p. 4.

na África tropical não podia ser avaliada de outro modo se não fosse considerando que «ninguém como nós tratou e trata os autóctones tão cristãmente e sem preconceitos de raça»<sup>107</sup>.

Sempre alinhado com a doutrina da vanguarda da velha oposição republicana, reflectida na lição de Norton de Matos, que não concebia o país sem a sua extensão colonial<sup>108</sup>, o facto é que Armando Cortesão refazia o mesmo exercício que fizera na década de 1940, em Londres, quando escrevera a Salazar numa «hora grave» que se diria equivalente a essa – ainda que, nesse caso, a vendeta de Armindo Monteiro tivesse inquinado a resposta que quisera. Haveria agora uma aparente novidade: o alinhamento com as teses «lusu-tropicalistas» de Gilberto Freyre, assentes na ideia da vantagem comparativa do modelo cultural português aplicado à colonização que se podia ler em *O Luso e o Trópico*, obra publicada no âmbito do centenário de 1960, e que os ministérios consecutivos de Sarmento Rodrigues e de Adriano Moreira muito contribuíram para cimentar junto da academia portuguesa e de outros nomes da oposição democrática ao regime<sup>109</sup>. Fosse como fosse, quem tivesse ouvido o que Armando Cortesão dissera na conferência que proferira em 1961 no Rotary Clube da Figueira da Foz, intitulada «Sobre alguns aspectos internacionais do problema colonial», não poderia estranhar a argumentação gilbertiana que secunda a sua amarga refrega pública com Boxer: «Adquirimos (...) uma experiência colonial, de trato com os indígenas e de compreensão dos seus problemas – para o que muito contribuiu a maneira portuguesa, amistosa, afável e despida de preconceitos raciais – único entre os povos colonizadores e em que nunca fomos alcançados e muito menos ultrapassados»<sup>110</sup>.

Para aquilo que era essencial, tal como de pouco valeu a resposta que Boxer ensaiou dar a Armando Cortesão no final de Janeiro de 1964, rejeitando «os insultos e as acusações tão indignas como infundadas» que recebera de Cortesão<sup>111</sup>, também de pouco valia que este inscrevesse nas suas diatribes a Charles Boxer uma cláusula de salvaguarda ideológica: «A minha ideologia política é a social-democracia porque estou convencido de que dentro dela se poderia encontrar a fórmula conveniente para uma melhor e justa distribuição da riqueza e proporcionar o máximo possível de bem-estar para todos, em qualquer sentido, numa sociedade dirigida por um governo forte, auxiliado por um parlamento livremente eleito e eficiente, mas que não o impedisse de governar, e fiscalizado por um poder judicial supremo e absolutamente independente»<sup>112</sup>.

<sup>107</sup> CORTESÃO, 1964a, p. 12.

<sup>108</sup> RAMOS, 2005, pp. 201-202.

<sup>109</sup> CASTELO, 1998, pp. 87-107; JOÃO, 2002, pp. 663-670.

<sup>110</sup> CORTESÃO, 1961, p. 96.

<sup>111</sup> ALDEN, 2001, pp. 376-380; BOXER, 2002 [1964], p. 161.

<sup>112</sup> CORTESÃO, 1964c, p. 12.

Refém no labirinto da sua própria coerência, Armando Cortesão acabara por ser muito útil apesar de si. Sintomaticamente, Joaquim Barradas de Carvalho usou as páginas do *Portugal Democrático* de São Paulo para expressar o seu desapontamento com o «incidente-símbolo» que Armando Cortesão tivera com Charles Boxer, lamentando que o autor de *Cartografia e cartógrafos portugueses* e dos *Portugaliae Monumente Cartographica*, ontem exilado 18 anos e agora pretense social-democrata, como escreveu, «se tenha deixado alienar a tal ponto, por razões que nada têm que ver com o autêntico patriotismo ou com a verdadeira ciência»<sup>113</sup>. Fosse como fosse, consumada a transição para a democracia e resolvida a questão colonial, Mário Soares, o primeiro herdeiro da linhagem republicana e democrática que fora a de Armando Cortesão, haveria de buscar acertar a História de outro modo, outorgando-lhe a título póstumo a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada na mesma ocasião em que condecorava outros «grandes historiadores das Descobertas portuguesas que nos precederam – e que nos legaram obras ímpares, em que se atesta a prioridade dos Descobrimientos Portugueses»<sup>114</sup>. Não por acaso, nessa circunstância o presidente Mário Soares faz alinhar ao lado de Armando Cortesão os também já desaparecidos Jaime Cortesão, Barradas de Carvalho e Teixeira da Mota.

Muito antes deste conserto simultaneamente formal e afectivo – que, de caminho, fechava também o ciclo de uma prática científica que tinha raízes fundas no programa ideológico da historiografia dos descobrimentos que fora omnipresente no segundo quartel do século XIX e atravessara os regimes, como vimos<sup>115</sup> –, a morte de Armando Cortesão logo obrigara a ver no seu complexo legado algo que por certo não seria menos importante que essa reparação política. Como então escreveu Luís de Albuquerque – que dele não só havia discordado a pretexto de certas teses cartográficas mais problemáticas, como também se sentira incomodado com os termos da polémica com Boxer<sup>116</sup> –, em Armando Cortesão prevalecera sempre, para o bem e para o mal, uma «visão romântica da vida»; e agora que Cortesão tinha desaparecido, salientou Albuquerque, «nada mais sairá da sua pena ágil, vibrante e entusiasta; e isso representa uma perda irreparável para a Cultura histórica portuguesa»<sup>117</sup>.

<sup>113</sup> CARVALHO, 1965, p. 2. Ver SILVA, 2006, pp. 75-76.

<sup>114</sup> Mário Soares, «Comemorações. Dia de Portugal», 10.VI.1987, p. 1., FMS: ARQUIVO MÁRIO SOARES, PASTA 00397.016.

<sup>115</sup> MATOS, 2008, pp. 52-53. Ver CURTO, 2000, pp. XVI-XX.

<sup>116</sup> ALBUQUERQUE, 1989, pp. X-XI.

<sup>117</sup> ALBUQUERQUE, 1978, pp. VI.





Armando Cortesão, retrato de família

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/rosapomar/2340455824>



Armando Cortesão recebe o doutoramento honoris causa pela Memorial University of Newfoundland (Canadá), Outubro de 1961

Fonte: Memorial University of Newfoundland, S.J. Carew Photograph Collection (Coll-012)

## FONTES

### ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO

RJAH1 – [Isa Adonias], M.R.E. [Ministério das Relações Exteriores], Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Departamento de Administração, Serviço de Documentação: Mapoteca, *Relatório Anos 1945-1950*, 29.3.1951, dact.

### ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA

PT-AHU-AFZC-0001-00001. Armando Cortesão, *Apontamentos para um relatório duma missão de estudo a Trinidad, Sta. Lucia, Paramaribo e Camarões pelo Engenheiro Agrónomo Armando Cortesão*, Port of Spain (Trinidad), 21 Junho 1914, f. 1-34.

PT-AHU-AFZC-0001-00002. Armando Cortesão, *Missão à Guiné. Diário*, 22 Abril – 2 Agosto 1922, f. 36-83.

### BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UCBG-MS-EPISTOLARIO-AC [Epistolário de Armando Cortesão. Correspondência política: I República e oposição]

### BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – LISBOA

BNP/E25 [Espólio Jaime Cortesão]

### FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO

FBN-RJ Manuscritos

### FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES – LISBOA

FMS: Arquivo Mário Soares.

FMS: Fundo DBC-Documentos Bento de Jesus Caraça.

FMS: Fundo Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.

FMS: Manuel Mendes/MNAC - Museu do Chiado.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de, 1978, «Armando Cortesão (1891-1977)», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 26.

\_\_\_\_\_, 1989, «Palavras de abertura», in Charles Ralph Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, Macau, Fundação Oriente; Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, pp. VII-XII.

ALDEN, Dauril, 2001, *Charles R. Boxer. An Uncommon Life*, Lisboa, Fundação Oriente.

ALEXANDRE, Valentim, 2017a, «Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1975)», in Cláudia Castelo; Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*, Lisboa, Edições 70, pp. 19-33.

\_\_\_\_\_, 2017b, *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates.

ALMEIDA, Justino Mendes de, 2015, «Almirante Manoel Maria Sarmiento Rodrigues», in *Sarmiento Rodrigues*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, pp. 71-92.

- AMARAL, Ana Rita; MARTINS, Maria do Rosário; MIRANDA, Maria Arminda, 2013, «O contexto museográfico da antropologia na Universidade de Coimbra: uma síntese histórica (1972-1933)», in Carlos Fiolhais; Carlota Simões; Dércio Martins (eds.), *História da Ciência na Universidade de Coimbra (1772-1933)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 129-166.
- ANDRADE, Rui Silvestre, 2014, *Armando Cortesão (1891-1977). Ideologia e nacionalismo na historiografia portuguesa dos séculos XV e XVI*, Dissertação de Mestrado em História - Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (polic.).
- AUBIN, Jean, 1996, *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARRETO, 2001, Fernando de Mello, *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964)*, São Paulo, Paz e Terra.
- BARRETO, José, 2016, «Os destinatários dos panfletos pessoais de 1923», *Pessoa Plural*, N.º 10.
- BETHENCOURT, Francisco, 1999, «A memória da expansão», in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 442-480.
- BOXER, Charles, 2002, *Opera Minora III*, ed. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente.
- BRITO, António Paula, 2013, «Israel Abraham Cagi Anahory», *Olhão para o Cidadão*. Disponível em: <[http://www.olhaocubista.pt/personalidades/TextosFFL/Israel\\_Anahory.htm](http://www.olhaocubista.pt/personalidades/TextosFFL/Israel_Anahory.htm)> Consultado a 15.II.2019
- CARDOSO, Carlos Paula, 2012, «Uma estrela trágica», *Visão História*, N.º 16 (Junho).
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, 1965, «O Obscurantismo Salazarista (IV) – Ainda a Investigação Científica», *Portugal Democrático*, N.º 90.
- CASTELO, Cláudia, 1998, «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CHECA GODOY, 1989, Antonio, *Prensa y partidos políticos durante la II República*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- CLÍMACO, Cristina, 1995, «L'emigration politique portugaise en France (1927-1940). Sources et bibliographie», *Exils et migrations ibérique au XXe siècle*, N.º 2.
- \_\_\_\_\_, 2017, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri.
- CORTESÃO, Armando, 1915, «Relatório de uma missão ás Indias Occidentaes», *Revista Agronómica*, Ano XI, 2.ª Série, N.ºs 21 a 24 (Setembro-Dezembro).
- \_\_\_\_\_, 1925, «O Boletim da Agência Geral das Colónias», *Boletim Geral das Colónias*, Ano I, N.º 1 (Julho).
- \_\_\_\_\_, 1927, «S. Tomé e Príncipe», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, N.º 21 (Março).
- \_\_\_\_\_, 1928, «A Guiné como colónia de comércio e de plantação», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, N.º 37 (Julho).
- \_\_\_\_\_, 1930, «Portugal na exposição de Antuérpia», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, N.º 60 (Junho).
- \_\_\_\_\_, 1932, «Caçadas coloniais», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, N.º 3 (Dezembro).

\_\_\_\_\_, 1935, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, 2 vols., Lisboa, Edições Seara Nova.

\_\_\_\_\_, (ed.), 1944, *The Suma Oriental of Tomé Pires (An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca in 1512-1515) and the Book of Francisco Rodrigues (Rutter of the Voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515), translated from the Portuguese MS in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, 2<sup>nd</sup> series, LXXXIX and XC*, London, The Hakluyt Society.

\_\_\_\_\_, 1945, «Democracy and Fascism in Portugal», *The Political Quarterly*, Vol. 16, No. 4 (October).

\_\_\_\_\_, 1946, «Política colonial internacional», *Seara Nova*, N.º 1000-1007 (26 Outubro).

\_\_\_\_\_, 1949, *A Ciência Náutica e o Renascimento*, Lisboa, Seara Nova.

\_\_\_\_\_, 1960, «Introdução/Introduction», in Boies Penrose, *Goa – Rainha do Oriente / Goa – Queen of the East*, Lisboa, Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique; Comissão Ultramarina, pp. 9-21.

\_\_\_\_\_, 1961, «Sobre alguns aspectos internacionais do problema colonial», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, N.º 434-435 (Agosto-Setembro).

\_\_\_\_\_, 1962, «The Portuguese Discovery and Exploration of Africa», in *Comptes Rendus de la IV<sup>e</sup> Réunion Plénière de l'Association pour l'Étude Taxionomique de la Flore d'Afrique Tropicale*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, pp. 21-40.

\_\_\_\_\_, 1964a, «Vivem em sossego, progridem continuamente e amam a pátria comum», *Diário Popular* (4 Janeiro).

\_\_\_\_\_, 1964b, «Um livro insidioso (1). De lusófilo honesto a lusóbofo de má fé, ou a reviravolta do Professor Boxer», *Diário Popular* (8 Janeiro).

\_\_\_\_\_, 1964c, «Um livro insidioso. É impossível tolerar os inimigos da nossa pátria e difícil aturar os zoilos», *Diário Popular* (14 Janeiro).

\_\_\_\_\_, 1973, *O Mistério de Vasco da Gama*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga-Junta de Investigações do Ultramar.

\_\_\_\_\_, 1974, *Cartas de Londres (1941-1949)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

\_\_\_\_\_, 1974-1975, *Esparsos*, 3 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

\_\_\_\_\_, (ed.), 1978, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da, 1987 [1960-1962], *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

COSTA, Nuno Silva, 2011, *Mapas de um "Portugal Imperial": Cultura e Propaganda Coloniais entre Guerras*, Porto, Livraria Figueirinhas.

CURTO, Diogo Ramada, 2000, «Introdução», in Charles Ralph Boxer, *Opera Minora III*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. XI-XXV.

«Documentación: Las revistas literarias españolas», 1984, *Anthropos. Boletín de información y documentación*, N.º 39/40, Numero extraordinario – 5: Rafael Alberti (julio-agosto).

DOMINGUES, Francisco Contente, 1989, «Política de sigilo», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 989-993.

DOMINGUES, Francisco Contente, 2010, «Cartografia portuguesa: dos primórdios à representação do Índico», in Mariano Cuesta Domingo; Alfredo Surroca Carrascosa (ed.), *Cartografía Hispánica. Imagen de un mundo en crecimiento, 1503-1810*, Madrid, Ministerio de Defensa, pp. 277-293.

FARINHA, Luís, 1998, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa.

\_\_\_\_\_, 2010, «Revirvalho: resistência e revolução», in Heloisa Paulo (coord.), *Memória das Oposições (1927-1969)*, Coimbra, Edições Minerva, pp. 51-61.

FIOLHAIS, Carlos, 2013, *História da Ciência em Portugal*, Lisboa, Arranha-céus.

GAGO, Maria do Mar, 2009, *The emergence of genetics in Portugal: J. A. Serra at the crossroads of politics and biological communities (1936-1952)*, Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (polic.).

GARCIA, João Carlos, 2005, «Um castelo de cartas antigas. Construir e comemorar o império», in Teresa Pinto Coelho (coord.), *Os Descobrimientos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880-1972)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 167-187.

\_\_\_\_\_, 2010, «Santarém «le navigateur» à Paris. Cartes, diplomatie et sociétés savantes», in Jean-Marc Besse; Hélène Blais; Isabelle Surun (dir.), *Naissances de la géographie moderne (1760-1860). Lieux, pratiques et formation des savoirs de l'espace*, Lyon, ENS Éditions, pp. 57-82.

GARCIA, José Luis Lima, 2007, «A propaganda colonial no início do Estado Novo: a ação do agente geral das colónias Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)», *Estudos do Século XX*, N.º 7.

\_\_\_\_\_, 2008, «Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura Colonial. O Concurso da Agência Geral das Colónias / Ultramar (1926-1974)», in Luís Reis; Heloisa Paulo (coord.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 131-143.

GARCIA, José Manuel, 2008, *O Livro de Francisco Rodrigues. O primeiro atlas do mundo moderno*, Porto, Editora da Universidade do Porto.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1990, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel.

GODLEWSKA, Anne, 1999, *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*, Chicago; London, The University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_, 2012, «Jomard: the geographic imagination and the first great facsimile atlases», in Joan Winearls (ed.), *Editing early and historical atlases*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 109-135.

GOMES, César, 2015, *Raia molhada (Rio Águeda): contrabandistas-emigrantes, exilados e deportados*, Lisboa, Edições Colibri.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, 2013, «Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo», in José Vicente de Sá Pimentel (org.), *Pensamento diplomático brasileiro. Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*, vol. 2, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 941-982.

HARLEY, John Brian, 1987, «The Map and the Development of the History of Cartography», in John Brian Harley; David Woodward (eds.), *The History of Cartography*, Vol. 1: *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago; London, The University of Chicago Press, pp. 1-42.

HOYOS PUENTE, Jorge de, 2010, «Pensando en Iberia: los debates en torno a la unificación hispano-portuguesa en el exilio republicano en México», *Les Cahiers de Framespa*, N.º 5. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/framespa/90>> Consultado a 15.II.2019

\_\_\_\_\_, 2019, «Los difíciles años cuarenta para el exilio republicano de 1939», *Historia y Memoria de la Educación*, N.º 9.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira, 2009, *Livros Brancos, Almas Negras. A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_, 2015, «Uma sociedade de impérios: a imaginação política imperial e o internacionalismo do entre-guerras», in Miguel Bandeira Jerónimo; José Pedro Monteiro (org.), *Os passados do presente: internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 235-269.

JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

[LAGOA, Visconde de], 1936, «Algumas observações à obra do Sr. Dr. Armando Zuzarte Cortezão», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 54ª. N.ºs 3-4 (Março-Abril).

LE GENTIL, Georges, 1936, «Le mouvement intellectuel en Portugal», *Bulletin Hispanique*, Tome 38, N.º 2.

LOURENÇO, Miguel Rodrigues, 2012, «Armando Cortezão (1891-1976)», in Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 137-149.

MARCOCCI, Giuseppe, 2012, *A consciência de um império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1987, *Ensaios de historiografia portuguesa*, Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, 1987, *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATOS, Sérgio Campos, 2008, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

MIRANDA, Maria Arminda, MARTINS, Maria do Rosário, MADUREIRA, Tânia, GONÇALVES, M. Teresa, CASALEIRO, Pedro, 2013, «Coleções da China e Macau no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (1880-1882)», in José Pedro Paiva; José Augusto Cardoso Bernardes; Paulo Gama Mota (coord.), *Do Sul ao Sol: a Universidade de Coimbra e a China*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 31-37.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1978, «Armando Cortezão (1891-1977)», *Imago Mundi*, Vol. 4, N.º 30.

*O Estado* (Florianópolis), 1949, Ano XXXVII, N.º 10.534 (23 Julho).

OLIVEIRA, César de, 1985, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

\_\_\_\_\_, 1987, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições «O Jornal».

OLIVEIRA, Francisco Roque de, 2012, «Dois séculos de história da cartografia em Portugal», in Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 11-24.

\_\_\_\_\_, 2014, «Jaime Cortesão no Itamaraty: os Cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil de 1944-1950», *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. 18, N.º 463 [Online]. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15048>> Consultado a 15.II.2019

\_\_\_\_\_, 2016, «“Hoy me anuncian que la revolución de Portugal será mañana”: O exílio de Jaime Cortesão na Espanha republicana», *GeocritiQ*, N.º 198 (30 de enero) [Online] Disponível em: <<http://www.geocritiq.com/2016/01/hoy-me-anuncian-que-la-revolucion-de-portugal-sera-manana-o-exilio-de-jaime-cortesao-na-espanha-republicana/>> Consultado a 15.II.2019

OLIVEIRA, Pedro Aires, 2014, «O ciclo africano», in João Paulo Oliveira e Costa; José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 341-549.

PAULO, Heloisa, 2010, «Da revolução ao exílio: trajetórias de vida e de combate», in Heloisa Paulo (coord.), *Memória das Oposições (1927-1969)*, Coimbra, Edições Minerva, pp. 97-130.

PAULO, João Carlos, 1999, «Da “educação colonial portuguesa” ao ensino no ultramar», in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 304-333.

PEIXOTO, José Luís, 2012, «1912. Francisco Lázaro, a meta da maratona infinita», *Visão História*, N.º 16 (Junho).

PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2016, *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva.

PÉREZ DE TUDELA Y BUESO, Juan, 1977, «Armando Cortesão», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo CLXXIV, Cuad. III (septiembre-diciembre).

PIMENTEL, Irene Flunser, 2018, *Inimigos de Salazar*, Lisboa, Clube do Autor.

PINTO, Rui Miguel Costa, 2011, *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo e historiador. Uma biografia científica*, Tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (polic.).

PUJADES I BATALLER, Ramon J., 2007, *Les Cartes portulanes: la representació medieval d'una mar solcada*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya.

RAMOS, Rui, 2005, «A erudição lusitanista perante a guerra (c. 1960-c.1970): algumas observações sobre a polémica entre Charles Boxer e Armando Cortesão», in Teresa Pinto Coelho (coord.), *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880-1972)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 189-218.

RIBEIRO, Nelson Costa, 2014, *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial: informação e propaganda*, Coimbra, Edições Almedina.

ROSAS, Fernando, 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando; BARROS, Júlia Leitão de; OLIVEIRA, Pedro de, 1996, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: correspondência política (1926-1955)*, Lisboa, Editorial Estampa.

SAMUEL, Paulo, 1990, *A Renascença Portuguesa - Um perfil documental*, Porto, Fundação Eugénio de Almeida.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, 1993, *Jaime Cortesão: um dos grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eugénio de Almeida.

SILVA, Douglas Mansur da, 2006, *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*, Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

SOARES, Mário, 2011, *Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

*The London Gazette*, 1959, Supplement N.º 41908 (Tuesday, 27th December).

THOMAZ, Luís Filipe F. R., 1990, «L'idée impériale manuéline», in Jean Aubin (dir.), *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 35-103.

TORGAL, Luís Reis, 1996, «A história de Portugal vista de fora», in Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes; Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 345-361.

\_\_\_\_\_, 2009, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, Vol. 2, 2.ª ed. revista, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VALDEMAR, António, 1960, «Através da nossa cartografia reflecte-se a História do descobrimento da maior parte do mundo» [entrevista a Armando Cortesão], *Ocidente*, Vol. 58, N.º 265 (Maio).

VALENTIM, Carlos Manuel, 2007, *O trabalho de uma vida: biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.

\_\_\_\_\_, 2015, «A edição de *Portugaliae Monumenta Cartographica* e o seu significado político», in Francisco Roque de Oliveira (org.), *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 1043-1063.

VILAÇA, Alberto, 2002, «O jornal republicano clandestino *A Verdade*», *Revista de História das Ideias*, Vol. 23.

\_\_\_\_\_, 2003, *Resistências culturais e políticas nos primórdios do salazarismo. Realidades coimbrãs e outras*, Porto, Campo das Letras.

WASHBURN, William E., 1995, «The Case of the Vinland Map», in R. A. Skelton; Thomas E. Marston; George D. Painter, *The Vinland Map and the Tartar Relation*, New edition, New Haven; London, Yale University Press, pp. XXI-XXVII.

WITEEN II, Laurence C., 1995, «Vinland's Saga Recalled», in R. A. Skelton; Thomas E. Marston; George D. Painter, *The Vinland Map and the Tartar Relation*, New edition, New Haven; London, Yale University Press, pp. XLI-LVIII.





# AVELINO TEIXEIRA DA MOTA (1920-1982)

UM HOMEM DO “RENASCIMENTO” NO PORTUGAL  
DO SÉCULO XX

*Carlos Manuel Baptista Valentim*

Reunido em sessão de trabalho, a 13 de agosto de 1981, o Conselho da Revolução decretava a promoção por distinção ao posto de Vice-almirante do Capitão-de-Mar-e-Guerra Avelino Teixeira da Mota. Com 61 anos, este oficial da Armada<sup>1</sup> ultrapassava o limite de idade estabelecido (59) para a promoção ao posto de oficial general, pelo que a Repartição de Pessoal da Marinha propôs o seu regresso ao quadro na atividade de serviço, a contar de 14 de agosto desse ano, para logo na mesma data transitar para o quadro de oficiais da Reserva da Armada com direito a pensão de vice-almirante, continuando na efetividade de serviço. Teixeira da Mota, encontrando-se já muito doente, era desta forma promovido ao segundo posto mais alto da Marinha de Guerra Portuguesa, cerca de oito meses antes de falecer, a 1 de abril de 1982.

Essa distinção resultava, sem dúvida, do reconhecimento, por parte do Estado português, do notável percurso científico e académico, em Portugal e no estrangeiro, deste oficial da Marinha. O que surpreende é que a carreira militar de Teixeira da Mota não fora, em grande medida, a de um oficial da Armada ao comando de navios, de forças militares ou de unidades navais em terra, mas a de um homem de ciência, professor, investigador, cuja obra se difundira para além das fronteiras portuguesas.

Ao proferir o elogio académico do Almirante Avelino Teixeira da Mota, na Academia Portuguesa de História, o Padre Francisco Leite de Faria (1910-1995) assinalava: “Com o prematuro falecimento do Almirante Teixeira da Mota, tendo apenas 61 anos de idade e estando no vigor da produtividade intelectual, a Cultura portuguesa ficou mais pobre.” O frade capuchinho concluía que “Teixeira da Mota foi em certo modo um Embaixador, ou representante, da Cultura portuguesa nas academias históricas das mais diversas nações e nos congressos que nelas, com finalidade histórica, durante estes últimos decénios se realizaram.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto irei utilizar, indistintamente, com o mesmo significado, a designação Armada/Marinha.

<sup>2</sup> FARIA, 1985, pp.17-18.

De facto, a atividade científica do Almirante Teixeira da Mota integra-se em instituições e círculos académicos – surgindo inclusive como fundador de alguns desses centros - contribuindo a sua ação para os dinamizar<sup>3</sup>.

No dia 12 de abril de 1943, Manuel Gomes dos Santos, José Aboim Ascensão e José Júlio Moreira, propõem Teixeira da Mota para sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta seria a primeira instituição académica que aquele oficial da Marinha integraria. Nos anos seguintes é convidado para membro de várias instituições científicas e académicas, nomeadamente, o Centro de Estudos da Guiné, em 1946, que, com o patrocínio do governador da Guiné Portuguesa, Sarmento Rodrigues, ajudou a fundar; é eleito membro do Conselho Superior Científico do *Institut Fundamental de l'Afrique Noir* em 1948; integra como membro do Conselho Superior Científico da África ao Sul do Saará, entre 1953 e 1955; o Centro de Estudos Ultramarinos de Lisboa, desde a sua fundação em 1954; a Academia de Ciências de Lisboa em 1959; é nomeado representante português e conselheiro da *Commission Internationale d'Histoire Maritime* desde 1960; a Sociedade Brasileira de Cartografia em 1963; eleito membro do Conselho Orientador do Centro de Antropologia Cultural, da Junta de Investigações do Ultramar, desde 1964; da Real Academia de la Historia de Madrid em 1968; membro da Comissão Nacional de História das Ciências, desde 1969; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1969; membro fundador do Instituto Internacional de Cultura Marítima, em 1970; da *Société Française d'Outremer*, de Paris desde 1977; sócio da Society of Discoveries, em 1977; da Académie Royale des Sciences d'Outre Mer, de Bruxelas, desde 1978; do *Goa Institute for Historical and Cultural Research*, da Índia, em 1978; membro da Comissão Consultiva da Associação Internacional de Estudos das Civilizações Mediterrâneas, desde Abril de 1981.

Não teve menos importância para Teixeira da Mota, como investigador, o Clube Militar Naval e a sua revista, os *Anais*, tal como a *Revista Militar*, a Secção de Lisboa do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, que dirigiu até à sua morte, e o Grupo de Estudos de História Marítima, a partir de 1969, que dará origem ao Centro de Estudos de Marinha em 1970 e, mais tarde, à Academia de Marinha, em 1978, de que foi o segundo presidente.

Em todas estas instituições, Teixeira da Mota encontrou apoio, revistas especializadas para escrever e divulgar os seus estudos, formas de estabelecer colaboração, grupos de discussão, obras coletivas para participar, projetos científicos para integrar.

Qual o método mais apropriado para escrever a biografia de Almirante Teixeira da Mota? Oficial da Marinha, autor de uma vasta obra, deputado, dirigente de centros de investigação, professor universitário, conferencista, a vida e a produção científica de Teixeira da Mota impõem-se como um assunto de complexa abordagem. “Decididamente, escrever uma vida é um exercício difícil e delicado [...]. Escrever

<sup>3</sup> VALENTIM, 2007, p. 110.

uma vida é um horizonte inacessível que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender.”<sup>4</sup> Avelino Teixeira da Mota foi, não há dúvida, uma personalidade marcante na Marinha Portuguesa e, na mesma medida, um protagonista com destaque na segunda metade do século XX em projetos culturais e científicos, quer no panorama nacional, quer no contexto internacional.

Importa, desde logo, assinalar que a maior parte da vida de Teixeira da Mota decorre num país que vive centrado no seu Império ultramarino. Na Ásia: Macau, Timor, o Estado da Índia; no Índico: Moçambique; na costa ocidental africana: Angola, as Ilhas de S. Tomé e Príncipe, um forte na Costa da Mina, e mais a norte: as ilhas de Cabo Verde e a pequena Guiné Portuguesa. Este era o Império pelo qual Portugal, em parte, se batera na Grande Guerra de 1914-1918; por esse Império o Estado Novo português procuraria apoios externos junto da aliada secular, a Inglaterra, e iria lutar pela sua manutenção até à revolução de 1974.

Avelino Teixeira da Mota nasceu às dezanove horas do dia 22 de setembro de 1920, em Lisboa, na freguesia de São José<sup>5</sup>. A mãe, Isaura de Jesus Teixeira, viera de Trás-os-Montes para Lisboa, grávida, sozinha, passando a viver numa grande cidade, violenta e turbulenta, como era no início da década de vinte do século XX a capital portuguesa. Trabalhou inicialmente nos armazéns da Lanalgo, como costureira, acabando por montar o seu próprio *atelier* de costura, ao qual recorrem senhoras, como a primeira-dama, Maria do Carmo Carmona, ou Margarida Junqueiro Sarmiento Rodrigues, mulher do oficial da Marinha Sarmiento Rodrigues, ambas transmontanãs, procuravam a indumentária apropriada para os atos solenes da alta sociedade lisboeta<sup>6</sup>.

No dia em que Teixeira da Mota nasceu, uma quarta-feira, o jornal *Diário de Notícias* noticiava a crise do crédito, que afetava gravemente o comércio e a indústria nacional. Era notícia, na política internacional, o conflito na Irlanda, entre os irlandeses republicanos do *Sinn Féin* e o exército britânico; na França a crise política em torno da eleição presidencial; a leste o conflito entre a União Soviética e a Polónia.

No ano seguinte ao nascimento de Teixeira da Mota, de 19 para 20 de outubro de 1921, naquela que ficaria conhecida por «Noite Sangrenta», um grupo de militares do Corpo de Marinheiros, praças e sargentos, associam-se à Guarda Nacional Republicana para levar a cabo um golpe de Estado. São executados o chefe de Governo (António Granjo), dois dos heróis da revolução de 5 de outubro de 1910 (almirante Machado Santos e comandante Carlos da Maia), o comandante Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos e o motorista Jorge Gentil. A indignação provocada por esta revolta militar levaria as chefias da Marinha e os governos, que sucederiam até 1926, a tentar disciplinar os escalões mais baixos da Marinha. No

<sup>4</sup> DOSSE, 2015, pp. 10-11.

<sup>5</sup> 6ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, *Registo de Nascimento*, livro 48, fl. 4.

<sup>6</sup> Entrevista à Sr.ª D.ª Maria de Lurdes Teixeira da Mota, S. João do Estoril, 08 de novembro de 2003, entretanto falecida.

fim da Primeira República o Corpo de Marinheiros encontrava-se desarticulado e as unidades da Marinha, navais e terrestres, dispersas por Lisboa e pela sua área circundante (Vila Franca de Xira, Almada e Barreiro). Tais medidas haviam sido colocadas em prática pelo ministro Pereira da Silva, um oficial da Marinha empenhado na modernização e renovação da Marinha<sup>7</sup>.

Em 1927, o pequeno Avelino iniciava os primeiros estudos na Escola Primária nº44, em Lisboa. Quatro anos mais tarde, a 21 de julho de 1931, era aprovado com distinção. Prosseguiria a sua formação escolar no liceu “Passos Manuel”, distinguindo-se com excelentes notas em cada ano letivo. A ideia de aperfeiçoamento constante na sua vida assaltava-lhe o espírito, confessando para si mesmo: “*Hei-de vencer, apesar de todos os contra-tempos e de todas as dificuldades. ..., mas vida de mediocridade é que não levarei.*”<sup>8</sup>

Por esses anos, Teixeira da Mota integra um grupo de escuteiros, que virá a ter um peso significativo na sua formação. Iniciou a vida de escuteiro, como aspirante, em janeiro de 1935; fez o compromisso a 29 de maio do mesmo ano. Em 1937 surge como guia de uma das três patrulhas do «Grupo 75». Efetua a ponte de ligação com o chefe do grupo, trabalhando depois do período de aulas na programação das atividades. Para desenvolver melhor as suas ações, Teixeira da Mota começou a tirar especialidades. A Geografia é uma fonte de constante interesse, nos desenhos, nos croquis que esboça, na leitura do espaço. O seu interesse pela cartografia é detetável precocemente, como se pode inferir pela seguinte passagem no seu diário: “Por volta do dia 10 de Maio levei para a sede um mapa-múndi, servindo para indicar o local onde se deram as actualidades gráficas que o rodeiam.”<sup>9</sup>

A Astronomia é outra das disciplinas que cultiva com bastante entusiasmo e curiosidade, chega mesmo a desenhar “um mapa celeste e outro mapa com alinhamentos de estrelas e lendas do céu, para a [especialidade] de cosmógrafo.”<sup>10</sup>

Em 1938 Teixeira da Mota começa a efetuar testes para frequentar um curso na Escola Naval. Aponta no seu diário: “No dia 6 do mês passado (junho de 1938) fui ao Instituto de Orientação Profissional. Durante 8 dias prestei provas. Soube há pouco o resultado – «Indivíduo excepcionalmente inteligente – índice: 98,6. Pode seguir para oficial da Armada.» No fim de contas não adianta muito com o exame. Não sei quais são as minhas aptidões, as faculdades mais desenvolvidas, a profissão que devo seguir. Quanto ao “excepcionalmente inteligente” é um resultado falso, pois o que me torna superior não é a inteligência, que é normal, mas sim o trabalho e o modo de trabalhar.”<sup>11</sup>

<sup>7</sup> TELO, 1999, pp. 318-324.

<sup>8</sup> Biblioteca Central da Marinha, Diário Pessoal de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

<sup>9</sup> Biblioteca Central da Marinha, Caderno de Escuteiro de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

<sup>10</sup> Biblioteca Central da Marinha, Diário Pessoal de Avelino Teixeira da Mota (consulta reservada).

<sup>11</sup> Ibidem.

Nesta passagem infere-se a forma modesta como Teixeira da Mota interpretava o seu desempenho escolar e a sua inteligência. Acaba por inscrever-se na Faculdade de Ciências de Lisboa, para frequentar as cadeiras que lhe vão permitir ingressar na Escola Naval. Efetuadas as provas de admissão, apresenta-se a 15 de setembro de 1939 na Escola Naval. Exatamente quinze dias antes tivera início a Segunda Guerra Mundial.

As revoltas no Império português e nos seus arquipélagos atlânticos, em 1930-1931, aceleraram a entrada em vigor de um programa naval. Publicado pelo decreto nº18:633, de 17 de julho de 1930, com um custo total, projetado, de 12 milhões de libras, o programa de renovação da esquadra começa a materializar-se a 1 de abril de 1933. Entram ao serviço da Marinha: 2 avisos de 1ª classe (*Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias*), 4 avisos de 2ª classe (*Gonçalo Velho*, *Gonçaves Zarco*, *Pedro Nunes*, *João de Lisboa*), 5 contratorpedeiros (*Vouga*, *Lima*, *Dão*, *Tejo* e *Douro*), e 3 (*Delfim*, *Espadarte* e *Golfinho*).

Com o início da Guerra Civil de Espanha, a revolta dos marinheiros portugueses, em 1936, e a premente necessidade de modernização do Exército, o programa naval não é executado na sua totalidade. É somente em 1948 que chegam a Lisboa duas fragatas inglesas, a *Diogo Gomes* e a *Nuno Tristão*, navios de 1460 toneladas, e seis navios-patrolha; compram-se, por último, sete pequenas escoltas costeiras (classe PC) aos Estados Unidos da América<sup>12</sup>. A Marinha vai manter, com ligeiras alterações, até ao fim da década de cinquenta, uma esquadra que é constituída pelo grosso das unidades que transitavam dos anos trinta e por uma renovação muito superficial que é consumada após a Segunda Guerra Mundial.

As mutações técnicas e organizacionais motivadas pela vinda dos novos meios, vão repercutir-se no ensino naval. Será a bordo das novas unidades que os cadetes incorporados na Marinha a partir de 1933 efetuarão os seus estágios e tirocínios de embarque. Entre esses cadetes da Escola Naval encontrava-se Teixeira da Mota em 1939.

No estágio de embarque a bordo do contratorpedeiro *Lima*, o comandante do navio, capitão-tenente Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, assinala a 26 de Junho de 1943: “Tem invulgares e notáveis conhecimentos sobre questões de investigação histórica acerca da sciencia náutica dos portugueses; julgo que neste ramo há muito a esperar deste guarda-marinha.”<sup>13</sup>

Os conhecimentos de Teixeira da Mota acerca dos navios e da forma como se organiza a Marinha vão-se ampliando rapidamente. O jovem mancebo é de poucas falas, reservado e algo tímido, mas muito estudioso. Alcinham-no de «Pigafetta»<sup>14</sup>, por estudar minuciosamente o diário redigido por António Pigafetta (Antonio Lombardo) durante a primeira viagem de circum-navegação iniciada por

<sup>12</sup> TELO, 1981, vol. II, pp. 235.

<sup>13</sup> Arquivo da Escola Naval, Processo Individual de Avelino Teixeira da Mota do Curso do Fundador.

<sup>14</sup> MARTINS, pp. 263-270.

Fernão de Magalhães, estudo que apresenta em 1943. A monografia, que aborda um problema técnico: o cálculo da longitude em meados do século XVI (“altura leste - oeste”), tem a mais alta classificação. Professores e oficiais da Escola Naval reconhecem, de forma unânime, a qualidade da investigação apresentada. O Capitão-tenente Alfredo Luís Soares de Melo registou no rosto da Memória: “Na parte que interessa ao 2º grupo[cadeiras], revela esta memória aplicações ao estudo, bastante conhecimento, mostrando seu autor qualidades de trabalho e de investigação. Em minha opinião, merece ser publicada como recompensa e como estímulo.”<sup>15</sup> O trabalho é proposto para publicação, com um prefácio do almirante Gago Coutinho - algo que não era habitual entre os alunos que apresentavam a dissertação final de curso.

Na cuidada investigação de um jovem com apenas 23 anos, ficavam traçados os caminhos para uma boa parte da sua produção historiográfica: a História dos Descobrimentos; a História da Náutica e da Cartografia; a rivalidade lusa – castelhana nos séculos XV e XVI; o estudo do Atlântico, em particular, a sua geografia física.

Ao interesse pela História dos Descobrimentos, que cultivava desde o liceu, associou-se, durante o curso na Escola Naval, a História da Náutica e da Cartografia. Leitor das obras de Jaime Cortesão, Joaquim Bensaúde e António Barbosa, o ainda cadete da Escola Naval folheia com frequência a *Marinharia dos Descobrimentos* do comandante Fontoura da Costa e *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI* de Armando Cortesão. De Joaquim Bensaúde, interessa-se pela investigação sobre D. João II e a sua época, a edição de fontes para o estudo da náutica no período dos Descobrimentos, e as propostas interpretativas sobre o peso da herança da cultura ibérica e dos judeus de origem portuguesa no desenvolvimento das navegações nos séculos XV e XVI.

A dezasseis de setembro 1943 Teixeira da Mota é aumentado ao efetivo do Corpo de Oficiais da Armada com o posto de Segundo-tenente<sup>16</sup>. No mês seguinte frequenta na Escócia um curso de guerra anti-submarina. A 21 de setembro de 1944, embarca como “oficial de guarnição” do contratorpedeiro Lima. Iria seguir-se uma nova etapa na sua vida de oficial da Marinha.

Seria nos Açores, uma das áreas mais delicadas durante a Segunda Guerra Mundial, que surgem na imprensa periódica insular os primeiros artigos de Teixeira da Mota. Publicará com o tenente Soeiro de Brito um estudo sobre a amarração de contratorpedeiros em Ponta Delgada. O comandante do navio, capitão-tenente Sarmento Rodrigues, nota desde logo que Teixeira da Mota revela um forte sentido de disciplina e cumpre rigorosamente as tarefas que tem a seu cargo. Por isso, não foi

<sup>15</sup> Biblioteca Central da Marinha, Espólio do Almirante Teixeira da Mota, “Memória do Guarda-marinha de Avelino Teixeira da Mota”.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha, Processo Individual de Teixeira da Mota, *Livro Mestre O*, fls. 59.

surpresa, quando aquele Comandante é nomeado governador da Guiné Portuguesa, Teixeira da Mota receber o convite para integrar a sua equipa a 3 de abril de 1945. Um mês depois a guerra chegava ao fim na Europa. Os Estados-Nação europeus, a maior parte exangues pelo conflito, iniciam um período de reformas a nível interno e nos impérios que dominam.

Na Guiné Portuguesa, colónia com poucos recursos, entrincheirada entre os territórios da África Ocidental Francesa, necessitava de um amplo corpo de reformas, que a administração, arguta e dinâmica, de Sarmiento Rodrigues se encarregará de colocar em prática na segunda metade da década de quarenta<sup>17</sup>. O novo Governador recrutara para a sua equipa dois dos jovens tenentes mais promissores das fileiras da Marinha – Teixeira da Mota e Peixoto Correia – que aliavam a inteligência à dedicação dos cargos que ocupavam. A forma como Sarmiento Rodrigues governa é inovadora. Transforma a Conferência dos Administradores de posto em órgão informal de decisão; efetua visitas frequentes ao interior do território; contacta com os postos de administração; vai às circunscrições; agita as estruturas burocráticas do governo local. Avelino Teixeira da Mota, Ajudante de Campo do Governador, terá nas suas mãos a maior parte da política cultural, bem como as “ciências auxiliares” da governação da colónia: a Etnografia, a Estatística, a Cartografia, a Geografia. É nestas circunstâncias que Teixeira da Mota explora múltiplos campos científicos, que vão enriquecer o seu percurso académico. Estes são os seus anos de “descoberta”. De descoberta de outros povos, de outras culturas, de novos saberes. Para além de ser o principal obreiro da reforma cultural na Guiné Portuguesa, através da fundação de um Centro de Estudos, de um Museu, de um Boletim Cultural, e da realização em 1946 das comemorações do Centenário do Descobrimento da Guiné, ainda participa na realização da Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que se reúne em Bissau em 1947, e dirige um Inquérito Etnográfico, que tem como objetivo uma nova carta humana e geográfica do território<sup>18</sup>.

Teixeira da Mota estabelece contactos com personalidades da investigação científica ultramarina, na sua maioria cientistas franceses e ingleses, que integravam centros de investigação em África. Nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, a dinamização do Centro de Estudos da Guiné, o incremento de edições de temática ultramarina, o incentivo ao trabalho prático de investigação de campo, junto das populações, inscreve-se num movimento cultural e científico mais vasto, que engloba o intercâmbio e a troca de experiências com os espaços coloniais dominados por outras potências europeias na África Ocidental, no pós-Segunda Guerra Mundial. A CCTA (Comissão de Cooperação Técnica em África) - Teixeira da Mota

<sup>17</sup> VALENTIM, 2005, pp. 32-33.

<sup>18</sup> VALENTIM, 2016.



integra o seu Conselho Superior Científico – ilustra de forma clara a nova dinâmica política, na medida em que se propunha encontrar um novo modelo colonial para os espaços africanos, que eram dominados pelos Estados europeus<sup>19</sup>,

A África, os seus povos, culturas, religiões, a geografia física e humana do continente negro são centrais na escrita e no pensamento de Teixeira da Mota. Os anos de serviço no continente africano vão abrir amplos horizontes no campo da investigação a este oficial da Armada. Do gosto pela História e pela Geografia passara a interessar-se por ciências como a Antropologia, Etnografia ou Topografia.

No fim do ano de 1947, Avelino Teixeira da Mota passa para a Missão Geodrográfica da Guiné<sup>20</sup>. Se antes trabalhara na administração do território, agora passava a navegar nos caudalosos rios da Guiné, para sondar, erguer torres hidrográficas e cartografar as costas e litorais guineenses a bordo do navio-hidrográfico *Mandovi*. Surgirá a oportunidade de comandar este navio, em viagens a Dakar e na sua torna-viagem a Bissau, por ausência do comandante Manuel Pereira Crespo. Serão as duas únicas ocasiões em que Teixeira da Mota comanda uma unidade naval operacional.

O primeiro período africano é extraordinariamente rico do ponto de vista científico e técnico para Teixeira da Mota. É nesta fase da sua vida que trabalha efetivamente como geógrafo de campo e topógrafo, editando as cartas do território da Guiné Portuguesa, as mais exatas e minuciosas desenhadas até então, na escala de 1/1000.000<sup>21</sup>. Sobre a carta com a localização dos grupos étnicos, Orlando Ribeiro, conceituado geógrafo português de projeção internacional, teceu as seguintes considerações: “O mapa lê-se sem esforço, e tanto ressaltam nele os grandes conjuntos como o pormenor da distribuição étnica, com imbricação, sobreposição e descontinuidade dos diferentes grupos. Vale a pena comparar o que o jovem e prestimoso investigador conseguiu fazer durante os lazes do serviço oficial, longe dos centros e dos recursos científicos [...]”<sup>22</sup>

Em 1954, Teixeira da Mota publica a obra *Guiné Portuguesa*, em dois volumes, que eram, em boa medida, o resultado de mais de uma década de estudo, recolha de informação geográfica, antropológica, económica e administrativa. Orlando Ribeiro, de quem Teixeira da Mota se dizia um seguidor no estudo da Geografia, felicitaria o autor pelo minucioso trabalho, referindo em postal: “Muito obrigado pela oferta do seu livro, que li em poucos dias e me mergulhou outra vez numa atmosfera guineense! Que belo trabalho: observação, riqueza da contribuição plural, sentido dos problemas, equilíbrio nas soluções. É uma autêntica monografia e, de longe, a melhor obra ultimamente publicada sobre o Ultramar. [...] Registo

<sup>19</sup> MOREIRA, 2009, p. 156.

<sup>20</sup> VALENTIM, 2012.

<sup>21</sup> VALENTIM, 2016.

<sup>22</sup> RIBEIRO, 2017, p. 65.

também com prazer a sua evolução cada vez mais franca no sentido da geografia. Triste e abandonado campo que bem precisa de trabalhadores!”<sup>23</sup>

Repare-se como o Império Português dava aso a estudos, por parte de um oficial da Marinha, que se encontrava em serviço num dos seus territórios. Aliás, a Marinha de Guerra surgia sempre muito associada ao domínio português dos espaços africanos.

Avelino Teixeira da Mota é promovido a primeiro-tenente a 31 de março de 1953. Nesse ano é incumbido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de efetuar o inventário e a reprodução fotográfica da cartografia portuguesa antiga e da cartografia dos territórios ultramarinos, tendo como objetivo a participação de Portugal nas comemorações do centenário da fundação da cidade de S. Paulo, agendada para 1954. Aproveitando a interrupção dos trabalhos hidrográficos durante a estação das chuvas nos anos de 1953 e 1954, entre maio e novembro, Teixeira da Mota efetua um levantamento exaustivo da cartografia portuguesa antiga em Portugal, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Áustria e Itália. A documentação que recolhe não tem como destino a exposição de S. Paulo, mas estará na base da fundação, em 1958 da Secção de Cartografia Antiga do Centro de Documentação Ultramarina da Junta de Investigações do Ultramar, um espaço que passa a enquadrar a atividade científica de Teixeira da Mota. Aqui foi responsável por algumas iniciativas, de que se registam a série *Memórias*, iniciada em 1963 com *O Livro de Marinharia de André Pires*, edição crítica de Luís de Albuquerque, e da série *Separatas*, as denominadas “separatas verdes”, que lançaram uma nova forma de divulgar trabalhos e estudos de difícil acesso, o que atesta um “empenhado labor científico”<sup>24</sup>. O seu primeiro número, publicado em 1961, é da autoria de Teixeira da Mota: *Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde*.

Promovido a capitão-tenente, em 1958, Avelino Teixeira da Mota frequenta no ano seguinte o Curso Geral Naval de Guerra. Tinha sido, entretanto, eleito deputado à Assembleia Nacional pelo círculo da Guiné, na VII legislatura de 1957-1961. É notório que começa a ter voz nos principais debates sobre a Guiné e nas grandes linhas que se traçam para o futuro do Ultramar. Critica certas medidas tomadas pelo Governo em Bissau, e rapidamente ganha adeptos na ala liberal do regime, nomeadamente entre os comerciantes e homens de negócio, advogados e professores que vivem no pequeno território da Guiné Portuguesa. Num discurso contundente, denuncia: “É de facto lamentável que tão frequentemente se esqueça o que, para a aprender a ler e escrever numa língua que não é a materna, e através de manuais escolares concedidos para um meio tão diferente do seu, têm de fazer as crianças indígenas, para mais frequentemente enfraquecidas fisiológica e psicologicamente

<sup>23</sup> Biblioteca Central de Marinha, Espólio Almirante Avelino Teixeira da Mota, Postal de Orlando Ribeiro.

<sup>24</sup> MATOS, 1993, pp.9-13.

por carências alimentares, paludismo, parasitoses intestinais e tantas outras doenças tropicais.”<sup>25</sup>

O Governo de Lisboa encara com desconfiança a atuação política de Teixeira da Mota. Sem o saber, certamente, é alvo de relatórios da polícia política<sup>26</sup>, que mencionam que a sua eleição parece estar ao serviço da oposição em Bissau; informam ainda os agentes, que se o deputado Teixeira da Mota concorresse para um segundo mandato seria eleito com relativa facilidade, por dispor de apoios nos dois campos políticos: União Nacional e Oposição.

Teixeira da Mota não chegará a ser reeleito para um segundo mandato de deputado, mas virá a integrar o Conselho Ultramarino, pela Guiné, a partir de 1965. Neste órgão de Estado, Teixeira da Mota dará o seu parecer em matéria de política e administração ultramarinas. É aí que desenvolverá a sua atividade política até 1974, convivendo de perto com a elite que dominava a política nacional e os destinos do Império. Um desses homens, com quem tem uma relação próxima desde os tempos do colégio “Passos Manuel”, é Baltazar Rebelo de Sousa, Governador-geral de Moçambique e Ministro de Marcello Caetano.

Com as Comemorações Henriquinas a decorrerem no ano de 1960, um clima de euforia abate-se sobre os líderes do *Estado Novo* e a sociedade. Teixeira da Mota vai encontrar-se no centro da onda desse comemorativismo, apesar de não se entusiasmar por festividades. Em carta datada de janeiro de 1961 ao comandante Max Justo Guedes confessa: “Lamento sinceramente que não nos tenhamos podido encontrar em Agosto (o que, de certo modo, é culpa minha, pois voluntariamente me isolei do bulício das comemorações) [...]”<sup>27</sup>

Enclausurando-se, distanciando-se do “rebuliço” das paradas festivas e das inaugurações pomposas, Teixeira da Mota seria, porém, um dos autores, juntamente com Armando Cortesão, de uma das obras mais emblemáticas das Comemorações Henriquinas: *Portugaliae Monomenta Cartographica*, edição que reunia toda a cartografia portuguesa antiga em seis volumes<sup>28</sup>. Teixeira Mota participaria ainda em congressos, seria responsável por exposições, obras coletivas, daria conferências e entrevistas, viajaria até ao Ultramar. Encontra-se no auge da sua vida académica e científica aos 40 anos, enquanto o Estado Português enfrenta dificuldades acrescidas no panorama internacional face à manutenção de um império ultramarino.

Os anos sessenta serão consagrados por Teixeira da Mota, quase por inteiro, ao ensino e à investigação. De início na Escola Naval, entre 1959 e 1964, como professor

<sup>25</sup> *Diário das Sessões* nº 12 da Assembleia Nacional, de 15 de janeiro de 1958, p. 294.

<sup>26</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo da PIDE-DGS*, Avelino Teixeira da Mota, PR. 2678/61 SR.

<sup>27</sup> Correspondência que me foi gentilmente disponibilizada pelo Almirante Max Justo Guedes (1927-2011) e que se encontra no Serviço de Documentação Geral e da Diretoria do Património Histórico e Cultural da Marinha do Brasil, ainda não disponível para consulta.

<sup>28</sup> VALENTIM, 2015.

do 12º Grupo de Cadeiras. Participa ativamente na reforma curricular durante o comando do Almirante Sarmiento Rodrigues. As aulas que Teixeira da Mota ministra aos cadetes da Escola Naval não primam pelo entusiasmo. São-lhe reconhecidas qualidades de investigador, de inteligência apurada e de saber científico, mas a verdade é que a sua personalidade, introvertida, coarta-lhe os dons de oratória. O mesmo sucederá quando for professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ainda que reúna excelentes apontamentos, muito apreciados pelos alunos.

É promovido a capitão-de-fragata em 1964 e finda a sua comissão de serviço na Escola Naval nesse ano. Durante quatro anos letivos, entre 1965 e 1969, em acumulação com as suas funções na 2ª Divisão do Estado-Maior da Armada – onde se cruza com os comandantes Soeiro de Brito, Silva Horta, Coutinho Lanhoso - e, como capitão-de-bandeira do navio *Uige*, é incumbido da regência da disciplina de História da Expansão Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a convite da professora Virgínia Rau, para substituir o professor Manuel Heleno que se aposentara<sup>29</sup>. A docência na Universidade não deixava de ser um reconhecimento público ao trabalho que vinha efetuando na investigação dos temas de história da náutica e da cartografia, numa altura em que os progressos decisivos da história das navegações se efetuavam, em boa verdade, fora dos muros da Universidade. Teixeira da Mota terá como assistente, para as aulas práticas, o promissor orientalista Luís Filipe Thomaz.

No ano de 1969 é nomeado para chefiar o Estado-Maior do Comando de Defesa Marítima da Guiné. Em carta de 21 de dezembro de 1968, enviada ao Comandante Max Justo Guedes, expõe os seus receios sobre o futuro das investigações que tinha em curso. “Assim foi, e há poucos dias foi-me dito que me cabe ir servir no Ultramar, para onde parto dentro de poucas semanas. É uma comissão de 2 anos, e não sei se quando voltar me colocarão em situação que me permita retomar os estudos de história da náutica.”<sup>30</sup>

As funções exercidas por Teixeira da Mota são de planeamento, comando e controlo na retaguarda das operações militares que as forças da Marinha levavam a cabo para deter e desarticular a guerrilha do PAIGC; operações que se desenrolavam num terreno que Teixeira da Mota conhecia na perfeição. Contudo, esta comissão de serviço não teria o melhor desfecho. Muito do que Teixeira da Mota tinha construído na sua juventude, no campo cultural e científico, parecia desabar diante dos seus olhos, através de uma guerra que se eternizava nos pântanos e na savana guineense. Como se explica então a nomeação deste oficial, investigador e autor reconhecido, para a guerra na Guiné?

<sup>29</sup> Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Processo Individual de Avelino Teixeira da Mota, Contrato entre a Faculdade de Letras e Avelino Teixeira da Mota.

<sup>30</sup> Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, Espólio do Almirante Teixeira da Mota, carta de Avelino Teixeira da Mota a Max Justo Guedes de 21 de dezembro de 1968, Pasta 930.

Em 1968 o brigadeiro António de Spínola chega a Bissau, disposto a alterar o equilíbrio de forças em confronto, mas sabendo que a estratégia militar teria de ser acompanhada por uma forte componente política. Em fevereiro de 1969, segue também para Bissau, no mesmo avião em que viajava Teixeira da Mota, o comandante Alpoim Calvão. Nesse encontro, como que se enfrentam as duas faces do Império Português no seu crepúsculo: a que usara as ciências e o estudo como “armas” na ocupação dos espaços de além-mar; e a outra, que através dos meios militares tentava conter a corrente do nacionalismo e a vontade de independência dos povos locais, defendendo como podia os territórios ultramarinos. As duas partes vão desentender-se de forma irreversível<sup>31</sup>. Acumulando as responsabilidades na Repartição de Operações Especiais do Comandante-Chefe, com as de Comandante da Força Naval do Cacheu, Alpoim Calvão reportava as operações ao almirante Luciano Bastos, que se encontrava à frente do Comando de Defesa Marítima da Guiné, e não ao chefe de Estado-Maior, o comandante Teixeira da Mota. Apesar do almirante Luciano Bastos dar instruções em sentido contrário, Calvão resignava-se a atuar desse modo, o que teve como resultado o desentendimento com Teixeira da Mota até ao fim da vida de ambos. A separar Teixeira da Mota e Alpoim Calvão, além das operações que eram efetuadas sem o conhecimento do primeiro, deve acrescentar-se que devido às dificuldades que as forças portuguesas experimentavam nas frentes Norte, Leste e Sul, planeava-se em meados de 1969 golpes-de-mão e operações aos santuários dos guerrilheiros do PAIGC no Senegal e na Guiné-Conacri, em paralelo com ataques a lanchas dos guerrilheiros em águas internacionais. Nesse ano começa a tomar corpo e forma a *Operação Mar Verde*, que tem lugar no ano seguinte (1970). Teixeira da Mota não concordava com estas operações<sup>32</sup>, que não respeitavam o Direito Internacional. Aliás, refira-se, também não haverá consenso em Lisboa em relação a estas incursões em águas internacionais e territórios estrangeiros, em particular por parte do Ministro do Ultramar, Silva Cunha.

Triste, desanimado e amargurado, Teixeira da Mota abandona a Guiné, com poucos meses de comissão, em finais de 1969. Volta a África, no ano seguinte, para completar a comissão serviço. É nomeado para desempenhar o cargo de chefe do Estado-Maior do Comando Naval de Angola a 16 de março de 1970. Aí terminará “pacificamente” a sua última passagem pelo Ultramar. De resto, o Ministro da Marinha, almirante Pereira Crespo, com quem prestara serviço na Missão Geodrográfica da Guiné, facilitara a resolução da sua difícil situação no teatro da Guiné Portuguesa<sup>33</sup>, propiciando uma comissão de serviço que lhe permitisse continuar a pensar nos seus projetos científicos e nas suas investigações.

<sup>31</sup> HORTELÃO, et al, 2012, pp. 148 e 166-167.

<sup>32</sup> Entrevista à Sr<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Teixeira da Mota, S. João do Estoril de 21 de fevereiro de 2004.

<sup>33</sup> Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, Espólio Almirante Teixeira da Mota, correspondência trocada entre Teixeira da Mota e Pereira Crespo, Pasta 437.

Fará sentido estudar a carreira militar-naval e o papel social de Teixeira da Mota, através da ligação a um grupo de oficiais que detém influência junto regime político que então vigorava em Portugal. Entre esses militares contam-se os almirantes Sarmiento Rodrigues, Pereira Crespo, Peixoto Correia. Repare-se que todos estes oficiais da Marinha acabam por alcançar lugares políticos de relevo como governadores coloniais e ministros.

Quando em 1971 regressa definitivamente a Lisboa, Teixeira da Mota é destacado em comissão especial no Ministério do Ultramar. Tem como objetivo prioritário dirigir, a tempo inteiro, a Secção de Lisboa do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. Nesse centro de investigação pensa editar a muito curto prazo, com estudos críticos e publicação em várias línguas, fontes portuguesas para a História da África Ocidental: crónicas, relatos, descrições geográficas e antropológicas de autores dos séculos XVI e XVII. Começa por dirigir uma equipa de arquivo, de quatro pessoas, coordenando a partir do seu gabinete a investigação. Desloca-se com mais frequência a outros países, estreita os contactos internacionais com outros organismos congéneres, e profere conferências em universidades e academias.

Teixeira da Mota edita em 1972 um volume de esparsos e inéditos, com uma introdução em forma de memória, recordando os anos quarenta e cinquenta em que estivera em África, por oposição ao tempo que vivia, na sua opinião, repleto de “mesquinhez, calculismo e rancor.”<sup>34</sup> É desta forma triste e desalentada que a revolução de 25 de abril de 1974, dois anos mais tarde, o encontra.

A realidade política e social, nos meses imediatamente posteriores ao 25 de abril de 1974 torna-se agitada e volátil. Teixeira da Mota, profundo conhecedor dos organismos de investigação científica ultramarina, é nomeado, com outros quatro elementos, por despacho de 3 de julho de 1974 do Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, de preparar um “documento de trabalho”, para uma reforma da Junta de Investigações Científicas do Ultramar<sup>35</sup>. Com o intuito de recolher informação que permitisse redigir um relatório capaz de responder às prementes questões imediatas, especialmente a salvaguarda dos postos de trabalho de muitos milhares de cientistas e técnicos que haviam trabalhado nas ex-colónias, e a cooperação científica com os novos territórios independentes, Teixeira da Mota desloca-se a Paris e Londres para estabelecer contactos com dirigentes políticos e investigadores de renome que dirigiam centros e laboratórios de investigação científica similares à Junta de Investigações Científicas do Ultramar. O documento é apresentado, oficialmente, a 30 de Novembro de 1974, mas a reforma da instituição só se completará em 1983, um ano após a morte de Teixeira da Mota.

<sup>34</sup> MOTA, 1972, p. p. XXIV.

<sup>35</sup> Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, espólio Almirante Teixeira da Mota, “Reestruturação da Junta de Investigações do Ultramar”, Pasta 825.

Em setembro de 1976, com 56 anos, Avelino Teixeira da Mota passa à situação de reserva no posto de capitão-de-mar-e-guerra (promoção de 1973), ficando no entanto na efetividade de serviço. Não terá o descanso a que aspirava para se dedicar por inteiro à investigação. À medida que Portugal e as Forças Armadas se modernizam, Teixeira da Mota é nomeado, recorrentemente, para desempenhar diversas funções, pois o seu saber técnico é requerido em diferentes organismos e comissões. Não passam, igualmente, incólumes a suas valências científicas e académicas. Eis uma dualidade perene na vida de Teixeira da Mota: os conhecimentos técnicos e militares/navais a um lado; os saberes científicos e académicos a outro. Todavia, nunca dirá um *não*, nem voltará as costas à instituição que o formou. Desempenhará, sempre, os cargos para os quais é nomeado, com o orgulho de ser um oficial da Marinha. Em 1976 é nomeado Presidente do Tribunal da Marinha e Assessor do Instituto da Defesa Nacional (1976-1979), exercendo mais tarde as funções de membro da comissão de redação da revista *Nação e Defesa*, em novembro de 1977. Em despacho de 9 de maio de 1978, do Chefe de Estado-Maior da Armada, é eleito membro da Comissão de Estudos de História Militar do Estado- Maior General das Forças Armadas.

São muito significativos os convites que lhe são endereçados, nessa época, vindos de universidades e instituições internacionais, para proferir palestras e fazer parte de comissões científicas, nas Américas, na África, na Ásia, na Oceânia, na Europa, enquanto estuda uma solução que permita manter de pé a estrutura administrativa e científica da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. É inegável que lhe tolda uma certa tristeza por ver desmantelar-se instituições que transitavam do passado imperial do país. Em 1976 transparece essa revolta interior numa carta enviada ao Padre Henrique Pinto Rema:

“Consegui recentemente libertar-me da Comissão de Gestão da Junta de Investigações do Ultramar, organismo que em breve vai ser extinto (tanto tempo lá gastei nos últimos dois anos, para o tentar salvar, em vão!). O meu Centro deverá passar para outro Ministério, ainda não sei qual. É preciso ter paciência, para poder continuar a fazer alguma coisa pela salvaguarda da dignidade do passado deste esfrangalhado país, hoje vazadouro de tanto lixo alheio.”<sup>36</sup>

A nova época que irrompe em 1976, com a nova Constituição da República, parece já não ser o tempo de Teixeira da Mota. Ainda assim, no Portugal da democracia representativa e da aproximação à Comunidade Económica Europeia, é convidado para vogal do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas; na Marinha vai ajudar a fundar as estruturas culturais que hoje em dia subsistem. Faz parte da Comissão Técnica Consultiva do Museu de Marinha; e após a criação em 1969 do Grupo de Estudos de História Marítima, mudando de nome para Centro de

<sup>36</sup> Carta de 24 de junho de 1976, gentilmente cedida pelo Senhor Padre Frei Henrique Pinto Rema, a quem muito agradeço.

Estudos de Marinha, no ano seguinte, funda a Academia de Marinha, com Sarmiento Rodrigues, em 1978; e ainda se encontra presente no Grupo de Trabalho de Ação Cultural, que mais tarde dará origem à Comissão Cultural da Marinha. É aí que nasce a ideia da publicação de uma História da Marinha.

No princípio da década de oitenta começa a trabalhar para a sua última obra. É encarregado de estruturar o guião para um dos núcleos principais (o do Mosteiro dos Jerónimos) da *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, do Conselho da Europa, que iria ter lugar em 1983, mas adoece gravemente deixando praticante concluída a Exposição. O professor Luís de Albuquerque, que o substitui à frente do núcleo da Exposição afirmará mais tarde: a “filosofia” (da concepção do núcleo é da responsabilidade de Teixeira da Mota, repitō-o) radica-se no grande acontecimento que foram os Descobrimentos portugueses dos séculos XV e XVI. [...]”<sup>37</sup>

Este acontecimento cultural simbolizava o reapertar dos laços de Portugal com a Europa, reforçando as suas pretensões de vir a integrar a Comunidade Económica Europeia.

Teixeira da Mota é um dos últimos herdeiros de uma época em que a exploração geográfica e a ciência são instrumentos de poder ao serviço de um Estado-nação imperial. O impacto dessa configuração espacial na obra de Avelino Teixeira da Mota é uma realidade: nas redes de saber, na discussão teórica sobre o saber-fazer geográfico, na publicação de estudos, na renovação da historiografia portuguesa. Após a sua experiência africana, passa a cruzar diferentes ciências e saberes, socorrendo-se nos trabalhos de História, da Cartografia, Geografia, Topografia, Etnografia,

Entre 1922 e 1937, publicaram-se duas grandes histórias de Portugal . Uma com um cunho marcadamente individual, da autoria de Fortunato de Almeida; outra, coletiva, sob a direção de Damião Peres. Jaime Cortesão, David Lopes, João Lúcio de Azevedo, Joaquim de Carvalho, Queiroz Veloso, foram alguns dos autores que participaram nesta *História de Portugal. Edição Monumental*, que se tornou uma referência na historiografia portuguesa. Para além disso, registre-se a publicação, ainda nas décadas de trinta e quarenta, de três obras: a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1936-1940), com direção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias; as *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva* (1943-1946); e os *Descobrimentos Portugueses* (1944-1971) de João da Silva Marques - publicação de várias centenas de documentos, que só mais tarde ficaria concluída.

Estes eram alguns dos instrumentos disponíveis para quem se iniciava na investigação da História dos Descobrimentos, da Náutica e da Cartografia em meados dos anos quarenta do século XX. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, leitores e estudiosos não estavam interessados numa História exclusivamente nacionalista, sustentada em métodos de simples erudição. Surgiram sínteses mais explicativas,

<sup>37</sup> ALBUQUERQUE, s/d (1983?), n.º 1, p. 57.



com maior grau de rigor metodológico e auxílio de outras ciências. Teixeira da Mota participa nesse movimento renovador, estabelecendo contactos estreitos com muitos dos que haviam encetado esse trabalho. A troca de ideias e a discussão de temas com Vitorino Magalhães Godinho, Jaime Cortesão, ou a sua colaboração científica com Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, testemunham o protagonismo que lhe coube no esboçar dos novos caminhos que historiografia portuguesa percorreu na segunda metade do século XX. Acima de tudo, esclarecia, não tinha a ideia de que o passado se devia estudar para apresentar factos gloriosos, mas para ser compreendido<sup>38</sup>.

Poderão destacar-se quatro estudos e uma obra em coautoria, de Teixeira da Mota, que contribuíram para a renovação da historiografia portuguesa no século XX - a) *A Descoberta da Guiné* (1946), b) *A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Indico* (1957); c) *A Viagem de Bartolomeu Dias e as Ideias geopolíticas de D. João II* (1958); d) *A Escola de Sagres* (1960); e) *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960-62).

A África, os seus povos, culturas, religiões, a geografia física e humana do continente negro são centrais na escrita e no pensamento de Teixeira da Mota. De facto os seus doze anos sucessivos em África (1945-1957), permitem uma abertura de novos horizontes no campo da investigação e dos contactos com um corpo de cientistas europeus que aí exercia cargos nas administrações ultramarinas. A renovação das ciências, e muitos dos progressos científicos, também passam por essas campanhas científicas europeias em África no pós Segunda Guerra.

Os doze anos em que viveu na costa ocidental de África contam-se entre os mais fecundos da vida intelectual de Teixeira da Mota. Do estudo da História e da Geografia passara a interessar-se por ciências como a Antropologia, Etnografia ou Topografia. “A Descoberta da Guiné”, o seu primeiro grande trabalho de investigação que veio a público em 1946, no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*<sup>39</sup>, agitou as águas da historiografia portuguesa, que nesses anos se debatia entre a tradição e a renovação. O conhecimento das populações e do meio geográfico, complementado com a utilização de antigos textos, muitos desaproveitados pela historiografia, deram oportunidade ao então Ajudante de Campo do Governador da Guiné Portuguesa de resolver o problema da cronologia e dos factos que se tinham relacionado com o “descobrimento” da Guiné. O estudo de Teixeira da Mota aparecia num momento de animada controvérsia historiográfica. De um lado os historiadores afetos ao regime, do outro os que combatiam uma história transformada em propaganda, serva das ideologias políticas. O “duelo” que se vai assistir entre o Padre Dias Dinis, que se apressa a publicar *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à Luz da*

<sup>38</sup> MOTA, 1949, p.283.

<sup>39</sup> MOTA, 1972, pp. 97-249. O estudo, reformulado e ampliado, seria inserido nesta colectânea de estudos.

*Crítica Histórica* e Duarte Leite, Magalhães Godinho e Damião Peres, testemunha esse confronto intelectual. Teixeira da Mota, um jovem oficial de Marinha com 26 anos, opta conscientemente por um dos lados – pela história científica que ajuda a compreender o passado e a sociedade, posicionando ao lado destes últimos historiadores. O estudo sobre a descoberta da Guiné (1946), não teve outro intuito senão contribuir para o esclarecimento do debate então em curso.

Uma das maiores transformações proporcionadas pelos Descobrimentos deu-se na técnica de navegar. Fazendo-o em mar aberto, longe das costas, sem pontos conspícuos à vista e tendo de contornar ventos e correntes adversas que os levava a engolfar-se no oceano profundo, os marinheiros tiveram de se socorrer dos astros para navegar no mar alto. Herdeiros das técnicas de navegar mediterrânicas, que se apoiavam no rumo e estima, na carta rumada e na agulha de marear, na sonda, e muito em especial na experiência (estima) do piloto, os portugueses vão desenvolver, em meados do século XV, uma nova forma de navegar baseada no recurso à altura dos astros e no cálculo de uma coordenada geográfica – a latitude. António Barbosa vai provar, a partir de 1938, que no Mediterrâneo nunca se navegou por alturas até ao século XVII. Cerca de vinte anos depois, Teixeira da Mota reforçava esta posição, com o estudo *A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Índico* (1957)<sup>40</sup>, ao comparar formas de navegar nos oceanos, integrando agora na discussão a navegação árabe no Índico. Pensava-se que a navegação astronómica se iniciara no Atlântico com a determinação das latitudes e o emprego imediato de cartas náuticas graduadas. Teixeira da Mota coloca a questão de outra forma. Estudando as propostas de António Barbosa e da historiadora britânica E.G.R. Taylor infere uma fase anterior ao emprego das latitudes, muito semelhante à forma de navegar dos pilotos no Índico. Isto é, inicialmente os marinheiros portugueses utilizavam a diferença de alturas de astros no sentido norte-sul, e sul-norte, empregando as latitudes como meras conhecenças costeiras .

*A Viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II* (1958)<sup>41</sup> foi publicado no ano em que se comemorava os 470 anos da passagem do cabo da Boa-Esperança por Bartolomeu Dias. O estudo debruçava-se sobre um dos reinados mais evocados na História de Portugal: o de D. João II (1481-1495). Trabalhos anteriores, alicerçados em leituras das crónicas de Rui de Pina, Garcia de Resende e de Damião de Góis, tinham enaltecido a política de D. João II, associando-a a um período áureo da História de Portugal. Esses estudos patrióticos sublinhavam as pretensões do monarca quanto ao espaço Atlântico; o seu “projeto das Índias” para atingir a Ásia, contornando a África; uma eficaz administração ultramarina desde 1474; o

<sup>40</sup> MOTA, 1957, pp. 453-474.

<sup>41</sup> MOTA, 1995, pp. 615-624.

aumento dos contactos diplomáticos; a sua atuação arguta - autêntica de um príncipe do Renascimento. Faltava, todavia, uma explicação coerente, uma análise suficientemente esclarecedora sobre as reais pretensões do *Príncipe Perfeito*, capaz de problematizar as “leituras” geográficas existentes na Corte joanina e na Europa, e a política africana - central nas ambições de D. João II. Teixeira da Mota pretendeu estudar a ação e obra deste monarca, mas adverte para a elevação ao pedestal, erroneamente, de outras figuras, atribuindo-lhes feitos despropositados, não sendo seu intuito, pois tinha presente o estudo da história e não dos heroísmos e feitos. Seria, justamente, a experiência africana de Teixeira da Mota e de oficial de brigada da Missão Geodrográfica da Guiné, que lhe possibilitaram uma análise inovadora sobre a atuação de D. João II. E os seguros conhecimentos cartográficos, não trariam nada de novo? A chave interpretativa estaria, precisamente, na experiência e nos conhecimentos que adquirira no continente africano e num conhecimento profundo da cartografia antiga.

A *Escola de Sagres*, instituição académica provida dos melhores cosmógrafos, geógrafos, cartógrafos, pilotos e outros “cientistas” do tempo, apetrechada de um observatório astronómico e vocacionada para o ensino da navegação aos rudes marinheiros que partiam do Algarve em busca de novas terras, foi um tema que se alojou de forma profunda na mentalidade popular e em alguma historiografia. Intelectuais e personalidades ligadas à Cultura e às Artes, um pouco por todo o Mundo, ainda hoje consideram como válida a existência no século XV de uma academia naval erudita em Sagres. Teixeira da Mota abordou o assunto (*Escola de Sagres* 1960) em pleno ciclo comemorativo henriquino, perante uma assistência composta na sua grande maioria por cadetes da Escola Naval, no promontório de Sagres. E não se eximiu, logo na abertura da palestra, de dizer que a primeira parte da comunicação era a dedicada a provar que não houve “Escola de Sagres”. Uma tal posição recuava aos debates que vinham da década de vinte do século XX e que se iriam aprofundar e renovar nesse início de década(sessenta). Teixeira da Mota afastava a intromissão do mito na evocação da História, mas ao recentrar a questão da “Escola de Sagres” no seu simbolismo, deixava a porta entreaberta para as posições mais conservadoras e adeptas de uma História tradicionalista salvarem a face. Na verdade, uma constante dos discursos oficiais, de dirigentes do Estado Novo, centrava-se na imagem idealizada do Infante cientista, sábio, um romântico em Sagres, arquiteto do plano para atingir a Índia.

*Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960-62), obra editada em 5 volumes, mais um pequeno volume de índices é, em parte, um ponto de chegada. É um projeto de uma vida de labor e esforço, de trabalho e investigação nas matérias relacionadas com a cartografia (geodesia e topografia) e, particularmente, no estudo da cartografia antiga. Para os seus dois autores, Armando Cortesão e Teixeira da Mota, fora um sonho tornado realidade: reproduzir e estudar toda a cartografia portuguesa antiga conhecida, até ao século XVII. Esta foi a obra de referência das comemorações henriquinas em 1960. O trabalho de Teixeira da Mota sobressaiu nos últimos volumes, ao escrever sobre a maior parte dos cartógrafos de fins do século XVI e do século XVII.

O conjunto da obra de Avelino Teixeira da Mota pode ser dividido em duas grandes áreas. Por um lado, os textos relativos ao estudo da cartografia antiga, da história da náutica e da Expansão portuguesa; por outro, os estudos pioneiros, sobre as relações afro-portuguesas, as sociedades africanas e a História de África. Duas vertentes que atestam as funções profissionais que Teixeira da Mota desempenhou. Se é uma realidade que o seu interesse pelas matérias de âmbito náutico e cartográfico despontam ainda na Escola Naval, não é menos verdade que as suas primeiras publicações relativas a África e às relações luso-africanas só aparecem anos mais tarde, entre meados da década de quarenta e o início dos anos cinquenta, quando era o principal dinamizador do Centro de Estudos da Guiné - de que foi fundador e presidente na década de cinquenta - e prestava serviço como Ajudante de Campo do Governador, passando em seguida à Missão Geodrográfica da Guiné. Quando regressa em 1971 das comissões de serviço na Guiné e em Angola Teixeira da Mota pensa publicar, com estudos críticos e edições em várias línguas, fontes portuguesas para a História da África. A tarefa revelar-se-ia irrealista para o panorama científico e cultural da altura, atendendo ao facto de o país passar nos anos seguintes por um período de transição social e política.

No dia 5 de março de 1969, o Ministro da Marinha, Manuel Pereira Crespo, sob proposta do Almirante Sarmiento Rodrigues promulgava a portaria que criava o Grupo de Estudos de História Marítima (GEHM). Exatamente dois meses mais tarde, a 5 de maio, nova portaria nomeava os dez membros que haveriam de ter um lugar importante na historiografia portuguesa ao longo do século XX. Tal como ficou registado em várias atas<sup>42</sup>, a proposta para a criação do GEHM partira de dois dos seus membros: Virgínia Rau e Teixeira da Mota. A pertinência da proposta assentava no desenvolvimento dos estudos de História Marítima, com realce para os domínios da náutica da cartografia, que no plano historiográfico testemunhava um trabalho científico de excelência efetuado no país<sup>43</sup>, que acolhera a organização de dois importantes encontros de especialistas internacionais na década de sessenta do século XX: o Colóquio Internacional de História e Economia do Navio, com uma ação significativa da Escola Naval e da Marinha Portuguesa; e em 1968 a primeira reunião internacional da História da Náutica e da Hidrografia, que teve lugar em Coimbra, em que a organização ficou a cargo do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, através de Armando Cortesão, Luís de Albuquerque e Teixeira da Mota. A fundação do GEHM, em 1969, acentuava, justamente, a posição relevante de Portugal e da sua Marinha no estudo das questões técnicas que se relacionavam com a história da navegação. Por seu turno, a fundação de um GEHM pelo Ministro da Marinha confirmava a relevância crescente da Marinha Portuguesa nos debates de erudição, produção e edição de estudos de História Marítima. Essa importância

<sup>42</sup> *Memórias*, 1974, 171-172. 36ª Sessão Plenária do Centro de Estudos de Marinha, no dia 21 de novembro de 1973.

<sup>43</sup> DOMINGUES, 2009, p. 27.

viria a ser fortalecida com o surgimento do Centro de Estudos de Marinha em 1970 e a Academia de Marinha em 1978.

Eleito segundo Presidente da Academia de Marinha em 1980, Avelino Teixeira da Mota viria a ter uma ação decisiva em todo o processo de consolidação da nova Academia, que reforçava o papel da Marinha Portuguesa na historiografia marítima e nas ciências, artes e letras ligadas ao mar, aproximando desta forma este Ramo das Forças Armadas do tecido universitário, dos centros de investigação e de outras academias.

Homenageado na toponímia das cidades de Lisboa, Oeiras e Lagos, o almirante Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) foi um autor marcante na historiografia e na cultura portuguesa do século XX. Oficial da Marinha, investigador, professor, historiador, deputado, quadro administrativo colonial, cientista e académico, estimulou um diálogo constante e profícuo entre saberes. A extensa obra que produziu é assinalada por um cunho, muito próprio, de quem dividiu a vida entre os afazeres militares e uma intensa atividade intelectual, muito influenciada por comissões de serviço em África. Um devotado serviço à Marinha Portuguesa e um apurado sentido de cidadania, são outras facetas, bem vincadas, de um percurso biográfico, que abrangeu o mar, o além-mar e as ciências.



Guarda-marinha Avelino Teixeira da Mota  
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha



Almirante Avelino Teixeira da Mota  
Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Luís de s/dt<sup>a</sup> (1983?) “Como Nasceu um Núcleo”, in *Espaço Magazine*, n.º 1-*Especial XVII*<sup>a</sup>, 57, p. 57.
- CORTESÃO, Armando; Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- DOMINGUES, Francisco Contente, “Lixa Filgueiras um arqueólogo naval na Academia de Marinha” in Álvaro Garrido, Francisco Alves, Coordenação, *Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas*, Lisboa, Âncora Editora, 2009,.
- DOSSE, François, 2015, *O Desafio Biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- FARIA, Francisco Leite de, 1985, *Elogio do Almirante Avelino Teixeira da Mota*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- HORTELÃO, Rui, et al. 2012, *Alpoim Calvão: Honra e Dever: uma quase biografia*. Porto, Caminhos Romanos.
- MARTINS, Mário Dias, 1982, “Homenagem ao Almirante Teixeira da Mota – Primeiros Passos – No Liceu e na Escola”, In *Anais do Clube Militar Naval* Volume CXII, julho-dezembro.
- MATOS, Sérgio Campos, 1996, “O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império”, In António José Telo, Coordenação - *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos,.
- MEMÓRIAS (Centro de Estudos de Marinha), 1974, vol. IV, 36<sup>a</sup> Sessão Plenária do Centro de Estudos de Marinha no dia 21 de novembro de 1973, “Discurso do Presidente de CEM M.M. Sarmento Rodrigues, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha.
- MOREIRA, Adriano, 2009, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina.
- MATOS, Artur Teodoro de, Luís Filipe Thomaz, Direção, 1993, *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina 1972-1992*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1949, “Notas Sobre a Historiografia da Expansão Portuguesa e as Modernas Correntes de Investigação Africana”, *Anais do Clube Militar Naval*, 79<sup>o</sup> ano, n.º 7, 8, 9, Tomo LXXIX, 1949,
- \_\_\_\_\_, 1957, “A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos Séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico e Indico” in *Anais do Clube Militar Naval*, tomo LXXXVII, n.º 7-8 (julho-setembro),
- \_\_\_\_\_, 1995, “A Viagem de Bartolomeu Dias e as Concepções Geopolíticas de D. João II”, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXV, outubro-dezembro.
- \_\_\_\_\_, 1972, *Mar, Além Mar. Estudos e ensaios de História e Geografia*, vol. I (1945-1947), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.
- RIBEIRO, Orlando, 2017, “O Atlas de Portugal Ultramarino” In [...] Organização e apresentação de Suzanne Daveau, *Mestres, Colegas, Discípulos*, Volume II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TELO, António José, 1991, *Portugal na II Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, Vega.

\_\_\_\_\_, 1999, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização, (1824-1974* (Tomo I), Lisboa, Academia de Marinha.

VALENTIM, Carlos Manuel, 2005, *Avelino Teixeira da Mota, Ajudante de Campo do Governador da Guiné Portuguesa (1945-1947)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005.

\_\_\_\_\_, 2007, *O trabalho de uma vida. Biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1929-1982)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

\_\_\_\_\_, 2012, “A Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (1947-1957)”, *IV Jornadas de Memória Militar- Ecos na Logística, na Medicina, na Arte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

\_\_\_\_\_, 2012, “Avelino Teixeira da Mota”, *Leitores de Mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*, Coordenação de Francisco Roque de Oliveira, Lisboa, Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_, 2015, “A edição de Portugaliae Monumenta Cartographica e o seu significado político”, *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e Circulação do Saber Cartográfico Ibero-Americano: Agentes e Contextos*, Francisco Roque de Oliveira (Organização), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, Volume 2. Edição eletrónica.

\_\_\_\_\_, 2016, “A Cartografia da Guiné Portuguesa 1945-1949”, *In Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.





# HUMBERTO DOS SANTOS LEITÃO (1885-1973)

HISTORIADOR DE TIMOR E DA NÁUTICA

*Manuel Lobato*

colaboração de

*José Manuel Malhão Pereira*

## Introdução

Humberto José dos Santos Leitão nasceu a 29 de Março de 1885, em Lamego, e faleceu em 1973. Casou a 28 de Outubro de 1914 com Maria das Necessidades Felner Garcês Palha, de quem enviuvou em 26 de Novembro de 1951. Do casamento nasceu um único filho, José, em 23 de Outubro de 1915. Oficial de marinha, assentou praça em 1905 como aspirante, ascendendo a guarda-marinha em 1909 e a 2º tenente em 1911. Alcançou o posto de capitão-de-mar-e-guerra em 1940. Dedicou a sua vida à Marinha Portuguesa, que serviu com abnegação e brio. Depois de se retirar do ativo, consagrou-se ao estudo da náutica e da marinharia e à história da presença portuguesa no Oriente, especialmente nas ilhas de Solor e Timor, onde estivera destacado em comissão de serviço alguns anos. Nestas áreas destacou-se pelo seu saber e por uma vasta obra historiográfica composta por seis livros e oito artigos<sup>1</sup>, em que revelou os grandes dotes literários e de investigador probo e incansável que lhe granjearam o reconhecimento por parte da comunidade científica, tanto dentro como fora do país.

Visitou Timor pela primeira vez durante uma breve escala de apenas três dias do cruzador *Vasco da Gama*, em 1911, quando regressava à metrópole vindo de Macau, onde servira como efetivo da Estação Naval, com o posto de guarda-marinha a que fora promovido em Maio de 1909. Nessa viagem pôde desfrutar de curtas estadias também em Moçambique, Angola e Cabo Verde (respetivamente 25, 11 e 14 dias)<sup>2</sup>. A breve visita a Timor deu possivelmente ensejo a adquirir o rico *tais* timorense datado de c. 1910 que hoje se encontra no espólio que legou ao museu da sua terra

<sup>1</sup> MOTA, 1974, p. 257.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 52.

natal<sup>3</sup>. Em 1911 participou ainda, como 2º tenente, ao serviço da Companhia de Marinha em Monção, nas campanhas de erradicação da chamada Monarquia do Norte, sob o comando de Afonso Cerqueira, por cuja prestação recebeu um louvor<sup>4</sup>. Em 1912 e a seu pedido passaria à marinha colonial, conseguindo o seu primeiro comando - a canhoneira *Macau* - em 1914<sup>5</sup>, tendo comandado o vapor *Dili* entre 1916 e 1919<sup>6</sup>. Ao todo, entre 1912 e 1925, não esteve afeto à marinha colonial apenas durante uns escassos 5 meses, de Junho a Dezembro de 1920.

Em 1919 voltaria a servir em Macau, donde, em 1921, passaria a Timor numa comissão de serviço que duraria de 4 de Abril de 1921 a 2 de Novembro de 1924. Aqui desempenhou, sendo 1º tenente, cargos de algum relevo, como o de chefe dos Serviços de Marinha e Capitão dos Portos, que acumulou com o de Encarregado do Governo, funções governativas que exerceu de Abril a Novembro de 1921<sup>7</sup>. Além de chefe dos Serviços de Marinha e Capitão dos Portos de Timor, que ainda exercia em Fevereiro de 1923, Humberto Leitão seria também nomeado vice-presidente do Conselho Legislativo em 19 de Janeiro desse ano<sup>8</sup> e novamente indigitado para assumir interinamente o governo de Timor<sup>9</sup>, cargos de que se pode presumir não terá chegado a tomar posse por não constarem dos seus registos biográficos. Embora a sua ação em Timor não seja conhecida, consta, no entanto, que “as primeiras estradas rodoviárias rasgadas, neste remoto torrão português, foram efetuadas quando chefiava os destinos” de Timor<sup>10</sup>.

Regressado a Portugal, obteve vários comandos de navio e foi o 4º Diretor de Faróis, de Junho de 1936 a Junho de 1945<sup>11</sup>. Capitão-de-mar-e-guerra desde 1940, como se disse, foi ainda Presidente do Tribunal de Marinha e passou à Reserva em 1945. Ao longo da sua vida ativa foi agraciado com diversos louvores e condecorações.

### **Timor como objeto de estudo**

Aos quarenta e três anos de idade publicaria o seu primeiro artigo de índole científica sobre Timor, a colónia que melhor conhecia e a cujos destinos havia presi-

<sup>3</sup> SEBASTIAN, 2015, p. 45.

<sup>4</sup> *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 52. Cf. SILVA, 2016, p. 127.

<sup>5</sup> Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha I*, fl. 135.

<sup>6</sup> SILVA, 2016, p. 127.

<sup>7</sup> FONSECA, 2017, p. 23.

<sup>8</sup> *Boletim Oficial do Governo da Província de Timor*, Ano XXIV, nº. 8, 20 de Janeiro de 1923, Portaria nº 15, p. 26.

<sup>9</sup> *Boletim Oficial do Governo da Província de Timor*, Ano XXIV, nº. 17, 28 de Abril de 1923, cópia do telegrama n.º 384 do Ministro das Colónias para o Encarregado de Governo em Dili, Lisboa, 20-4-1923, p. 171, pelo qual o ministro mandava “entregar o Governo vice-presidente Conselho Legislativo primeiro tenente Leitão”.

<sup>10</sup> VAQUERO, 2015, p. 29.

<sup>11</sup> Cf. Autoridade Marítima Nacional, Direção de Faróis, Lista de Diretores de Faróis em [www.amn.pt/DF/Paginas/Diretor.aspx](http://www.amn.pt/DF/Paginas/Diretor.aspx)

dido, ainda que interinamente e por curto espaço de tempo, como se disse. Nesse seu primeiro texto - “Algumas indicações sobre a nossa Colônia de Timor”<sup>12</sup> – a história não é ainda o tema que virá a dominar toda a sua produção literária posterior. Enquadra-se melhor no âmbito da chamada “ciência colonial” e o Almirante Teixeira da Mota rotula-o de “pequeno esboço de monografia”<sup>13</sup>, em que os habituais aspetos da geografia física e humana e da administração colonial são tratados a par de apreciações ditadas pelas ideias racialistas da época e por uma etnografia utilitarista. Não deixa o autor, no entanto, de revelar já um pensamento científico plenamente amadurecido, prenúncio do muito que viria a oferecer no campo historiográfico tanto ao leitor comum, a quem o artigo era dirigido, como a um público mais especializado e exigente. Apresentando-se como “Oficial da Armada - Antigo Encarregado do Governo de Timor - Antigo Capitão dos Portos de Timor”, principia por uma descrição geográfica da ilha, como era usual nos manuais da época, expondo o sistema montanhoso, as ribeiras que sulcam as serranias e se precipitam no mar, não faltando mesmo apontamentos sobre a geologia, os fundos marinhos ou o recorte da costa, abrupta ou abrigada, em articulação com a navegação e as atividades piscatórias a que dá guarida. As paisagens contrastadas são descritas num estilo vivo e pitoresco, a que não falta um certo pendor literário, sóbrio e conciso. É fácil notar que o escritor e o cientista procuram ainda uma linguagem que sirva a ambos:

“na encosta do Baucau, tudo é diferente desde a beira mar: por tôda a parte o sussurrar da água criadora; um solo de aspecto miserável a alimentar uma vegetação intensa; pelos socalcos, tapetes de arrozais ou o milho a crescer viçoso; por tôda a parte a fruta-pão, a jaca, a papaia, a bananeira, prodigalidade benfazeja, e a água sempre a correr, e, na época sêca, a correr mais abundante” (p. 9).

O colorido da descrição é acompanhado por fotografias ilustrativas e contrasta com as tabelas da distribuição ao longo do ano da pluviosidade, humidade e das temperaturas extremas e médias na missão de Soibada, na Granja República, em Raimera, em Díli ou em Hatu Bulico (pp. 12-18). Assim o colonizador se vai apropriando da paisagem pelo sentimento – o Ramelau é “a mais alta terra portuguesa” (pp. 10-11) – ao mesmo tempo que se mostra moderno, preciso, progressivo. Mais adiante é o cientista quem fala: “As regiões da parte central participam dum regime de chuvas intermédio...” (p. 13). Os dados são relativos a 1923, durante a estadia do autor em Timor. O problema da insalubridade de Díli e a preocupação com o “paludismo” endêmico nas zonas baixas ganham maior destaque (pp. 13-17). Seguem-se apontamentos muito breves sobre a estrutura administrativa, o processo de urbanismo em curso, os edifícios mais notáveis da capital, uma breve caracterização racial e estatística da população e a distribuição dos principais grupos

<sup>12</sup> LEITÃO, 1929.

<sup>13</sup> MOTA, 1974, p. 258.

étnicos, enquanto os recursos agrícolas e florestais merecem um maior desenvolvimento (pp. 22-28). E conclui justificando o escopo que imprimiu ao artigo:

“É isto, muito resumidamente, a nossa colónia de Timor, de todas as nossas possessões ultramarinas, por certo, ainda hoje a menos conhecida, mas, como se vê, possuidora de recursos e qualidades mais que suficientes para poder atrair sobre si as atenções de todos aqueles a quem, debaixo de qualquer ponto de vista, as questões coloniais interessam” (p. 31).

Um resumo de partes deste texto, expurgadas das digressões ao gosto da literatura de viagens oitocentista, seria incluído pelo autor duas décadas mais tarde no seu *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*<sup>14</sup>.

### O historiador

O Comandante Humberto Leitão tornar-se-ia num historiador de primeiro plano. Formado na escola do positivismo histórico do século XIX, a sua obra desdobra-se em duas vertentes bem definidas: enquanto marinheiro, colocaria o seu talento ao serviço da história marítima; enquanto governante e funcionário colonial, dedicaria uma grande parte do seu intenso labor ao estudo da história ultramarina, “pelo interesse que os assuntos de Timor podem merecer a quem por lá passou alguns anos da sua vida”, como ele mesmo refere logo ao abrir a sua primeira obra de maior fôlego<sup>15</sup>.

O seu amor à verdade era inquebrantável. Esse terá sido mesmo o principal motivo por que se empenhou a estudar a fundo a história da presença portuguesa em Timor. É ele quem o diz:

“os poucos documentos oficiais que a ela [conquista espiritual e temporal das ilhas de Solor e Timor] aludem não se dispensam, no geral, de estabelecer a confusão, ora dando todos os acontecimentos como ocorridos na ilha de Solor, ora pondo-os indiscriminadamente em Larentuca, ora situando-os, sem mais preocupações, na ilha de Timor. Com a maior facilidade, também transformavam em ilhas quer pequenas povoações encravadas na costa das Flores, quer reinos de extensão apreciável existentes em terras de Timor. Alguns destes erros conseguiram manter-se através dos tempos para darem ainda hoje sinal de si. Também em cartas do século XIX não é difícil encontrar provas da falta de conhecimentos que a respeito daquelas terras então havia.”<sup>16</sup>

Entendia, no entanto, que a imprecisão dos documentos oficiais poderia ser suprida com recurso a outro tipo de fontes, neste caso os escritos dos missionários dominicanos, pois considerava, segundo nos diz logo a abrir a obra, que “A conquista espiritual e temporal das ilhas de Solor e Timor foi, inicialmente, obra dos

<sup>14</sup> LEITÃO, 1948, pp. 145-149.

<sup>15</sup> “Introdução” a LEITÃO, 1948, p. 11.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 10.

padres de S. Domingos”<sup>17</sup>. Na leitura atenta de tais escritos ter-se-á dado conta de como a história da presença portuguesa nas pequenas ilhas de Sunda estava eivada de erros e de mal-entendidos. Embora a historiografia sobre a presença portuguesa na Ásia marítima tenha abandonado há muito as velhas fórmulas da “conquista espiritual” e da “conquista temporal”, caras a H. Leitão e à geração de historiadores da expansão portuguesa a que ele pertenceu, tal não implica que nos dias de hoje se desvalorize a importância dos escritos dos missionários. Pelo contrário, a respeito das franjas ou periferias do que se convencionou chamar o império português do Oriente, emergiu na década de 80 a imagem de um império informal em articulação com o império oficial e por vezes mesmo em oposição a este, que, como as ilhas de Timor e Solor ou a costa oriental africana, muito deve a tais escritos dos dominicanos, dos jesuítas ou dos agostinhos. Certamente o papel dos homens da Igreja ganhou maior relevo em zonas onde a ação dos agentes da coroa era mais ténue. A capacidade por parte dos missionários dominicanos em organizar militarmente a defesa das comunidades de mestiços e de convertidos ao catolicismo, a par do prestígio pessoal, da influência política e do ascendente espiritual de que gozavam, podem mesmo ter sido determinantes na integração dessas zonas nas possessões que formavam o Estado da Índia, e era essa a convicção de Humberto Leitão. As autoridades portuguesas sempre se conformaram com aquele estado de coisas, mas era uma “verdade” histórica que tinham alguma relutância em reconhecer e que, na época em que H. Leitão escrevia, não se coadunava inteiramente com os estereótipos do discurso colonial do Estado Novo.

Daí que a procura da “verdade” inspirada pelos princípios do positivismo histórico do século XIX evidencie também uma certa dose de coragem por parte de quem, como Humberto Leitão, que estivera à frente dos destinos de Timor, não enveredasse pela exaltação fácil e conveniente dos feitos dos portugueses naquelas paragens, já que oportunidade não lhe faltou, uma vez que a obra foi publicada no rescaldo da ocupação japonesa que se pautara pela tentativa de obliterar o legado material e espiritual do colonizador português. O seu rigor intelectual e o enorme esforço para levar a cabo uma tarefa tão exigente mereceria a Charles Boxer o mais rasgado elogio: “By far the best book on Timor’s history to date”<sup>18</sup>. Mais tarde, Boxer voltaria a demonstrar o seu enorme apreço pelo conjunto do trabalho desenvolvido por H. Leitão:

“This author is a retired Portuguese naval officer, who after serving for a long time on Timor, has spent the last decade in research on the relevant documents preserved in the Arquivo Histórico Ultramarino at Lisbon. His works are conscientiously written and full of new material”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>18</sup> BOXER, 1949, p. 63.

<sup>19</sup> BOXER, 1965, pp. 227-228.

## A história dos portugueses em Solor e Timor

Livro ambicioso, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702* retoma de uma forma mais sistemática e exaustiva muitas das questões que anteriormente haviam sido tratadas de forma avulsa por diversos autores, como muito bem realçou o almirante Teixeira da Mota:

“no ano de 1944, haviam saído dois livros de índole histórica, *Sólor e Timor*, do tenente-coronel A. Faria de Moraes, e *Timor. Subsídios para a sua história*, do coronel Gonçalo Pimenta de Castro. Mas o primeiro não constitui uma obra em que os acontecimentos estejam encadeados em relação a longo período, antes é formado de alguns capítulos desgarrados no espaço e no tempo; e o segundo é uma história dos séculos XVIII, XIX e XX, resumindo-se a meia dúzia de páginas o que diz respeito aos séculos anteriores.”<sup>20</sup>

A abordagem aprofundada de H. Leitão relativa ao período inicial da presença portuguesa na região não viria mesmo a ser superada por nenhum historiador português até à fase final da época colonial, como sugere ainda T. da Mota: “Analogamente, a obra pouco posterior de Luna de Oliveira, *Timor na história de Portugal* (3 volumes, 1949, 1950 e 1952), apenas consagra uma meia centena de páginas aos acontecimentos até 1702”<sup>21</sup>. Não faltam, aliás, em H. Leitão, elementos de modernidade, nomeadamente quando discute a intrincada história das primeiras viagens de exploração do arquipélago malaio, que designa muito apropriadamente por Indonésia, termo então na ordem do dia, pois decorria o processo de independência daquele país, concedida pelos colonialistas holandeses contrafeitos em resultado das pressões norte-americanas a que foram sujeitos. No entanto, a historiografia portuguesa continuaria a preferir o uso de designações já antes consagradas nas línguas latinas, como Insulíndia ou Oceânia.

Seria hoje demasiado fácil rebater algumas das afirmações produzidas em *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, pois dispomos de documentos que, entretanto, nos últimos setenta anos, foram localizados e mesmo publicados e a que o seu autor não pôde ter acesso. Tais observações seriam, no entanto, bastante injustas. No que diz respeito ao longo período coberto pelo livro – os séculos XVI e XVII – a sua investigação nunca veio a ser verdadeiramente superada, permanecendo como uma das mais importantes obras de referência sobre o assunto. Poder-se-ia apontar-lhe não ter conseguido determinar com maior exatidão a data da primeira viagem portuguesa a Timor – que, ao contrário do que nos indica, teve lugar em 1516 e não em 1515 (p. 60) – nem o nome do capitão que a realizou, Jorge Fogaça, mas ainda não havia sido publicada a carta do capitão de Malaca Pero de Faria que contém tal informe<sup>22</sup>.

Solidamente documentado, H. Leitão não se coibiu de transcrever no corpo do

<sup>20</sup> MOTA, 1974, p. 258.

<sup>21</sup> Idem, *ibid.*

<sup>22</sup> Pero de Faria ao rei D. Manuel, Malaca, 5 de Janeiro de 1517, in REGO, 1967, doc. 3852, p. 355.

livro vários documentos que lhe pareceram mais significativos, uns inéditos, como as cartas de nomeação dos dois primeiros capitães da fortaleza de Solor, ambos mestiços “casados” em Malaca (pp. 82-3 e 101), outros porém, como ele mesmo indica, já publicados anteriormente, caso do regimento dos capitães que lhes sucederam (pp. 94-5). Por outro lado, o seu sentido de rigor histórico, que hoje talvez nos possa parecer um pouco ingênuo, leva-o, na ausência de fontes mais fidedignas, a retomar a narrativa das inúmeras peripécias em que se demoram os autores seiscenistas da *História de S. Domingos*. No que toca à descrição das primeiras expedições holandesas ao arquipélago malaio, ou à questão da conquista de Solor pelos agentes da VOC e ao conflito luso-holandês que se seguiu na região, Leitão recorreu ao primeiro e único volume até então publicado dos *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia. 1585-1669*, do vice-almirante Alfredo Teixeira Botelho<sup>23</sup>, bem como a trabalhos de Boxer e de Frazão de Vasconcelos e ainda a crônicas e documentos publicados e manuscritos.

A efêmera restauração da fortaleza de Solor, a cargo de frei Miguel Rangel, é pelo autor adequadamente articulada com o papel que já então era desempenhado por Macau (p. 138) na exportação do sândalo de Timor para a China, numa época em que Malaca se mostrava cada vez menos capaz de assegurar a proteção das comunidades de origem portuguesa que sobreviviam dispersas pelo arquipélago malaio. Seguir-se-ia a inevitável decadência de Solor, finalmente reocupada pelos holandeses, em 1645, e a transferência da comunidade portuguesa para Larantuca, na “ilha grande” de Flores, mais abrigada dos ataques dos vizinhos muçulmanos de Lamaqueira e Cremá (p. 143).

É evidente a dificuldade da historiografia colonial em abordar a história da presença portuguesa na ilha de Timor no período que antecedeu o estabelecimento em Lifau, em 1702, do primeiro governador, António Coelho Guerreiro. Período demasiado ambíguo do ponto de vista da soberania imperial, a segunda metade do século XVII escapa, na verdade, às categorias de análise dessa historiografia, que nela apenas vê rebeldia perante a autoridade dos representantes da coroa e tem dificuldade em reconhecer as formas de organização política e religiosa próprias das comunidades locais de mestiços, que funcionavam simultaneamente nos dois registos culturais europeu e asiático, nos quais os seus membros se moviam com idêntico à vontade e ao sabor de conveniências momentâneas. No entanto, H. Leitão, desembaraçando-se desses preconceitos, não apenas intui o papel que os nativos e os mestiços luso-asiáticos desempenharam na construção de um Timor português, como vai ainda mais longe ao propor uma leitura da diversidade étnica da província do Servião, a metade da ilha que viria a tornar-se holandesa e, depois, indonésia, como uma consequência da “conquista temporal” de Timor empreendida por tais nativos e mestiços luso-asiáticos oriundos de

<sup>23</sup> BOTELHO, 1930.



Larantuca e enquadrados pelos frades de S. Domingos. As afinidades étnicas de ambos os lados do mar de Savu são por ele afirmadas da forma mais peremptória, um posicionamento em boa parte ditado pela sua experiência pessoal na colónia:

“Esta diferença de caracteres raciais entre a maioria dos indígenas que povoam os Belos e os daqueles que pertencem ao Servião parece-nos ser uma consequência de acontecimentos que se encontram na história da nossa ocupação da ilha de Timor: Foi com larantuqueiros — indígenas, precisamente, da metade oriental da ilha das Flores, ao tempo designada pelo nome de Larantuca — que os religiosos de S. Domingos entraram decididamente na conquista temporal de Timor, começando pelo Servião, no ano de 1641; com eles conseguiram impedir durante muito tempo que os holandeses avançassem para além dos limites do reino de Cupão e puderam castigar alguns reis desleais que com aqueles nossos inimigos tiveram entendimentos.(...) É no período compreendido entre 1641 e 1702 que a influência dos larantuqueiros mais acentuadamente se fez sentir no Servião, mas do contacto e ligações estabelecidas entre os indígenas dos citados territórios das duas ilhas resultaram relações que ainda há poucos anos se mantinham.” (p. 154)

As vicissitudes deste processo e a governação dos chefes dos principais clãs mestiços de Larantuca ocupam, pois, a segunda metade do livro. É nesta parte também que se pode encontrar alguns documentos inéditos transcritos na íntegra, em que entra um parecer do Conselho Ultramarino sobre o célebre Francisco Vieira de Figueiredo e uma carta deste ao rei, assim como outra de André Salema, vedor da Fazenda, e de um visitador dominicano, bem como uma carta do rei e outras de vice-reis, todas existentes em arquivos de Lisboa (Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda e Arquivo Histórico Colonial).

### **O nascimento de Timor português**

*Vinte e oito anos de história de Timor. 1698 a 1725*<sup>24</sup> constitui o segundo trabalho histórico de Humberto Leitão. Prolongamento lógico e cronológico do anterior, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702* é um trabalho elaborado nos mesmos moldes a que já habituara os seus leitores mais atentos: a procura da verdade histórica fundada nos documentos coevos. Assim, considera que o bispo de Malaca, D. Frei Manuel de Santo António, principal figura política do período que se propõe estudar, é injustamente maltratado pela historiografia, que lhe teria atribuído atos e teria feito a seu respeito juízos de intenção que, no entendimento de H. Leitão, uma leitura atenta e imparcial das fontes disponíveis não autorizaria. De certo modo, sem surgir no título da obra, o bispo não deixa de ser o principal protagonista desta narrativa, ao longo da qual se assiste ao nascimento do estado colonial na ilha de Timor e à criação do sistema de alianças que o suportou. Como acontece com os

<sup>24</sup> LEITÃO, 1952.

períodos fundadores, é uma época riquíssima de consequências, que se projetam no futuro da colônia bem aquém do século XVIII, na verdade, até ao esgotamento do modelo de vassalidades indígenas a que as campanhas de ocupação de Celestino da Silva em finais do século XIX virão pôr termo.

O seu método é, como sempre, irrepreensível. É assim que no “Prefácio” adverte o leitor para que “Obra com pretensões a completa, só poderá escrevê-la quem tiver a fortuna de consultar os arquivos da Índia, de Macau, e a documentação da Companhia Holandesa” (p. xii). No entanto, como ficamos a saber pelos agradecimentos que constam do mesmo “Prefácio”, não se poupou a esforços para obter cópia de vários documentos existentes no então Arquivo Histórico do Estado da Índia (p. xiii). Desse labor resultaria, como sublinhou T. da Mota, um livro que “com as suas três centenas e meia de páginas é naturalmente mais pormenorizado” do que o anterior<sup>25</sup>.

### **Timor contemporâneo: a resistência à ocupação japonesa**

Humberto Leitão voltaria a publicar sobre temas da história de Timor depois de um longo interregno de dezoito anos em que se dedicou quase exclusivamente a questões de náutica e de marinharia. Trata-se de um opúsculo intitulado *O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real*, editado pelo Grupo de Estudos de História Marítima, trabalho de índole inteiramente diversa daqueles que o precederam e recentemente objeto de uma reedição pela Academia de Marinha<sup>26</sup>.

As biografias de chefes indígenas, mesmo daqueles que, como D. Aleixo, se mostraram favoráveis aos interesses colonialistas dos portugueses, não abundam. No entanto, a figura deste *liurai*, que, não obstante se ter convertido ao catolicismo numa idade relativamente avançada, em 1931 (p. 13), sacrificara a própria vida no combate ao ocupante japonês e em defesa de Timor português, havia atraído já a atenção de vários memorialistas que sobre ele haviam escrito, circulando diversas versões sobre o papel que efetivamente teria desempenhado nos derradeiros e trágicos momentos que precederam o seu assassinio. A sua fidelidade ao colonizador pode não ter sido alheia ao facto de que, como o autor sugere:

“No ano de 1934, D. Aleixo, acompanhado por sua mulher e pelo filho Adriano, veio a Portugal como representante do povo timorense na Exposição Colonial realizada no Porto. Desta visita e das atenções durante ela recebidas nunca mais se esqueceu” (p. 15).

Como em anteriores trabalhos, H. Leitão mostra-se uma vez mais um historiador consciencioso e totalmente devotado à procura da verdade, muito além mesmo do que se lhe poderia exigir. Indeciso perante as duas principais variantes que circu-

<sup>25</sup> MOTA, 1974, p. 259.

<sup>26</sup> LEITÃO, 1970a.

lavam a respeito da atuação de D. Aleixo, não descansou até que novos dados viessem permitir um conhecimento mais profundo a respeito dos factos sobre os quais pretendia escrever. Para tal, elaborou um inquérito que enviou a diversas pessoas com as quais ainda mantinha contacto na colónia, esperançado em que esse formulário viesse a ser distribuído junto de possíveis informantes. Os seus esforços foram recompensados quando obteve uma narrativa inédita da autoria de um dos netos do rei timorense: João César Corte-Real, autor de “Os últimos dias de D. Aleixo Corte-Real” (p. 25) e ele próprio testemunha de parte dos acontecimentos. Dessa epifania histórica nasceu um texto cujo carácter singular reside no facto de ter dado voz aos protagonistas nativos habitualmente silenciados pela historiografia colonial.

Neste opúsculo, H. Leitão começa por passar em revista os factos ligados às revoltas indígenas ocorridas em 1911 e 1912, sob o governo de Filomeno da Câmara. A rebelião eclodira em Manufai, então o mais poderoso reino de Timor português, na região central, junto à fronteira holandesa. A enérgica reacção do governador Filomeno da Câmara e dos militares portugueses no terreno assegurou a integridade do enclave de Ambeno (Oé-Cussi) e permitiu-lhes compreender as eventuais intenções dos holandeses, que favoreciam a infiltração em território português de membros de grupos étnicos exógenos. Humberto Leitão descreve a revolta com profusão de detalhes, situação com que certamente travara conhecimento aquando da sua primeira passagem pela ilha, em 1911, acima referida, escapando-lhe, no entanto, os seus antecedentes que radicam, em parte, na subida de impostos operada pelo anterior governador Soveral Martins<sup>27</sup>. Em contrapartida mostra-se perfeitamente familiarizado com as realidades indígenas: “Nai-Seço – o nome nativo do régulo D. Aleixo – baslaqueou-se, ou seja, casou segundo os costumes timorenses... Tornou a baslaquear-se...” (pp. 11-12), diz-nos ele, empregando o jargão luso-timorense. Descreve os factos mais salientes da ocupação japonesa (p. 16 e ss.), servindo-se de relatos conhecidos, como os de Carlos Cal Brandão, António Oliveira Liberato, padre Martinho da Costa Lopes e José Simão Martinho e, por fim, o inédito de João César Corte-Real, motivo da publicação do estudo (p. 25).

### **Humberto Leitão e a história da Náutica**

A produção literária de carácter histórico do Comandante Humberto Leitão foi inicialmente dedicada à história de Timor. Contudo, a partir de fins da década de 50, a sua fase mais produtiva foi a da história da náutica<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> LOBATO, 2011, p. 9.

<sup>28</sup> MOTA, 1974, p. 259.

O primeiro estudo desta fase, considerado por Teixeira da Mota como “verdadeiro modelo no género”<sup>29</sup>, foi *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612) - Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*<sup>30</sup>. Seguiu-se-lhe o artigo *Da Identificação dos baixos de Pero Banhos e das Chagas*, publicado no primeiro número da *Stvdia*<sup>31</sup>, revista do Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, criado pelo padre Silva Rego. No mesmo ano publicaria ainda *Dois Roteiros do Século XVI, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha*, edição crítica de um códice que lhe fora oferecido pelo seu camarada, Comandante Ernesto Jardim de Vilhena<sup>32</sup>.

O *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, em colaboração com o Comandante José Vicente Lopes, representa um excelente acréscimo ao conhecimento da linguagem de bordo e de terra praticado em várias épocas históricas<sup>33</sup>.

Publicado em 1966, o estudo “Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho”<sup>34</sup>, viria a anteceder um importantíssimo e volumoso estudo, *Os dois descobrimentos da Ilha de S. Lourenço mandados fazer por D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, o seu último trabalho de cariz náutico, publicado em 1970<sup>35</sup>. Estes textos serão apreciados por ordem de data da sua publicação.

### **Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612) - Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII**

Esta obra de Humberto Leitão consiste na publicação de seis diários de navegação que abrangem a primeira década do século XVII e início da seguinte. Terá constituído na época uma publicação oportuna, por estarem em preparação as memoráveis Comemorações Henriquinas.

Os diários constam de um códice pertencente à livraria da casa Castelo Melhor, leiloadada em 1879, que, entretanto, desaparecera, sendo recuperado em 1932 depois de diversas vicissitudes que envolveram personalidades e organismos públicos, como sejam, entre outros, o Comandante Quirino da Fonseca, o Museu de Marinha, o Arquivo Histórico Militar e a Biblioteca da Marinha. Finalmente, o então Comodoro Sarmiento Rodrigues, Ministro do Ultramar, providenciou a sua publicação, tendo Humberto Leitão sido encarregado da transcrição e edição anotada.

<sup>29</sup> Cf. *op. cit.*, p. 259.

<sup>30</sup> LEITÃO, 1957.

<sup>31</sup> LEITÃO, 1958c.

<sup>32</sup> LEITÃO, 1958d.

<sup>33</sup> LEITÃO e LOPES, 1963 [1990]<sup>31</sup>.

<sup>34</sup> LEITÃO, Humberto, 1967.

<sup>35</sup> LEITÃO, 1970b.

Os autores dos seis diários - D. António de Ataíde (VI), Sebastião Prestes (I e II) e Simão Castanho Paes (III, IV e V) - são biografados por H. Leitão, que concede mais desenvolvida atenção à personalidade do primeiro. Na *Introdução* resume as seis viagens e apresenta um valioso e muito útil sumário dos métodos e instrumentos de navegação usados na época, devidamente ilustrados, que abarca cerca de 50 páginas do primeiro volume.

Resumamos o conteúdo desta parte da publicação:

- a agulha de marear, sua variação e determinação da variação, já com o método de João Batista Lavanha, utilizando as suas tábuas de amplitude ou as de Manuel de Figueiredo;
- medição do tempo pelas estrelas, relógios de areia e relógios de sol;
- cartas de marear e condução da navegação, em que se nota a aceitação da interpretação de Fontoura da Costa sobre a construção das cartas de marear, as quais obedeceriam a uma projeção geométrica, o que António Barbosa já havia eruditamente refutado, como mostraremos abaixo; descreve o modo de efetuar a navegação, interpretam-se os diversos regimentos, apresentam-se os instrumentos de observação do sol e estrelas e a sua utilização e diversos tipos de pontos;
- avaliação da distância, emendas do ponto, determinação da variação da agulha e ainda previsão do tempo, marés e correntes, ventos e derrotas da Carreira da Índia.

Note-se que este elenco corresponde a uma época em que a técnica náutica se encontrava já mais desenvolvida do que a praticada no início do século XVI, tendo o autor o cuidado de esclarecer o leitor sobre todos os princípios então utilizados para conduzir a navegação. É um magnífico estudo, que raramente se vê em publicações de manuscritos com conteúdo semelhante.

Contudo Humberto Leitão aceitava as ideias de Fontoura da Costa relativamente à construção da carta de marear, diferentes da opinião expressa por António Barbosa em 1937, em que contesta a adoção da projeção de Marino de Tiro ou ‘carta plana rectangular’, que posteriormente teria tomado a forma de ‘carta quadrada’<sup>36</sup>. Barbosa, resumindo o que já havia exposto anteriormente<sup>37</sup>, conclui que as cartas de marear dos séculos XIV a XVI “têm fisionomia e características próprias”<sup>38</sup>.

Veja-se a opinião de Humberto Leitão sobre o valor do conteúdo dos diários de navegação, como fonte para a construção da história da náutica e das navegações de alto-mar, iniciadas pelos portugueses no século XV:

“Oferecem os antigos diários de navegação dos nossos pilotos, principalmente os dos séculos XVI e XVII, vasto campo de estudo a todos quantos pelos assuntos da Marinha daquelas épocas se interessarem. Ali poderão a cada passo encontrar posta em prática a

<sup>36</sup> BAIÃO, CIDADE, MÚRIAS, 1937, 1º vol., pp. 262 e 265.

<sup>37</sup> Ver BARBOSA, 1939.

<sup>38</sup> BARBOSA, 1937, p. 266. Joaquim A. Gaspar desenvolveu recentemente os princípios expostos por António Barbosa, atualizando a questão da geometria da carta de marear (GASPAR, 2010).

matéria contida nos roteiros de então; grande cópia de termos náuticos e de maneiras de dizer ao tempo usados; particularidades de manobras<sup>39</sup>.

E já no final da *Introdução* o autor comenta ainda as vicissitudes da vida dos pilotos, que tinham à sua responsabilidade a segurança do navio e dos bens e vidas nele embarcados:

“Tinham os pilotos a atormentá-los nestas longas viagens, cujas derrotas muito resumidamente acabámos de indicar, além dos descómodos e privações, não apenas os perigos reais semeados pelos mares senão ainda, as ilhas e baixos que julgavam existir. Destes últimos perigos, são bons exemplos, no Índico do sul, as ilhas de João de Lisboa, Roque Pires de 6°, Roque Pires de 10°, Brandoa, Sete Irmãs de Leste; os baixos do Patrão e Estrela, etc., que não foram encontrados quando, séculos depois, houve maneira de fazer cuidadosas pesquisas, usando meios e processos que permitiam a determinação do ponto no mar com a necessária precisão<sup>40</sup>.”

Os dois primeiros volumes desta obra contêm a transcrição dos diários náuticos, cuja informação, descrita por Humberto Leitão na *Introdução* e objeto de *Notas e Comentários* no volume III, é completada por valiosos instrumentos de consulta, como um *Vocabulário*, *Glossário Toponímico*, *Índices Geográfico e Onomástico* e três *Mapas*. É um importante estudo, em que Humberto Leitão demonstra, de maneira notável, a sua erudição náutica, a que não será alheia a experiência de mar e de navios.

De facto, da sua nota de assentos constam as já referidas viagens a Macau, no início do século XX, a passagem por cruzadores, fragatas, canhoneiras, o comando da lancha canhoneira *Macau* por mais de 4 anos e do vapor *Dili* por mais de três anos, bem como de muitos outros navios, como os torpedeiros *Ave*, *Guadiana* e *Sado*, tudo isto durante duas décadas, até cerca de 1935<sup>41</sup>.

A partir desta data, passou a exercer cargos predominantemente em terra, sendo a sua passagem prolongada pela *Direção de Faróis* (que englobava os faróis do continente e insulares), um outro motivo para alargamento da sua experiência de mar e de todo o ambiente marítimo. Terá sido este primeiro trabalho de Humberto Leitão, associado ao *Dicionário*, um dos que, na área da História da Náutica, mais útil foi à Marinha e ao País, dado o seu ineditismo e oportunidade.

### **Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual**

O *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, publicado em 1963 com a colaboração de José Vicente Lopes (camarada da Armada, falecido antes da sua conclusão), pode ser considerado ainda fruto do rigoroso estudo dos termos e expressões usados pelos marinheiros portugueses do início da expansão. Muitos

<sup>39</sup> LEITÃO, 1958, p. I.

<sup>40</sup> LEITÃO, 1958, p. LXXVI.

<sup>41</sup> Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais da Classe de Marinha M*, fls. 56 e 135.

deles haviam já sido referidos por Humberto Leitão no volume III das *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino*, de 1958.

Logo aquando da publicação do *Dicionário*, fez-se sentir a necessidade da sua reformulação, pois o falecimento do comandante José Vicente Lopes dificultara a sistematização das inúmeras referências bibliográficas e obrigara a remeter para um “Aditamento” informação que deveria ter sido integrada no corpo da obra, completando algumas entradas ou dando origem a outras novas, como Silva Rego registou no Prefácio à primeira edição. Daí a necessidade de uma segunda edição, surgida em 1974, já depois da morte do autor, substancialmente revista e também aumentada, incorporando os resultados da investigação que Humberto Leitão entretanto continuara a desenvolver.

De facto, o próprio Humberto Leitão, logo no início da Introdução, reconhece que “As dificuldades que encontrámos para lhes descobrirmos os significados [de termos e expressões] deram origem à ideia de fazermos este dicionário ...”. Também afirma, que foi “relativamente fraca a ajuda que [lhe] deram os dois dicionários de marinha consultados – um de João Pedro de Amorim, de 1841, ... e outro de Gregório de Freitas ... 1855”.<sup>42</sup> De facto, o cotejo destes com o de Humberto Leitão confirma esta afirmação. Outra fonte importante referida pelo autor são os textos sobre construção naval dos séculos XV e XVI, que incluíam um enorme volume de terminologia técnica. O resultado do seu profundo e erudito trabalho “obra de longos anos de consulta e de experiência” é, no dizer de Silva Rego, “o grande entusiasmo dos seus últimos anos de vida. Para ele foi carreando fichas e fichas e não procurava esconder o seu contentamento quando podia acrescentar mais alguma achega”<sup>43</sup>.

A receptividade que esta obra alcançou entre os estudiosos da história da náutica está bem patente no reconhecimento granjeado entre os seus pares, expresso no facto de ter conhecido já uma terceira edição por iniciativa da Marinha Portuguesa<sup>44</sup>.

### **Dois roteiros do século XVI, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha**

Em 1940, Fontoura da Costa publicara uma valiosa coleção de cinco roteiros, profusamente anotados e comentados, a que deu o título de *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI*. Atribui dois deles ao punho de Lavanha, o último dos quais intitulou “Roteiro de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira [Reimão] com assistência de João Baptista Lavanha”<sup>45</sup>. Contudo, mais tarde, Humberto Leitão corrigiu esta opinião e provou, beneficiando da generosi-

<sup>42</sup> LEITÃO, 1963, p. IX.

<sup>43</sup> LEITÃO, 1963, p. VII.

<sup>44</sup> LEITÃO, 1990.

<sup>45</sup> COSTA, 1940, p. 5.

dade do seu camarada Comandante Ernesto Jardim de Vilhena, a verdadeira autoria dos referidos roteiros, através de uma longa e rigorosa argumentação. Seria mais uma oportunidade para Humberto Leitão fornecer desenvolvidas notas biográficas de Manuel Monteiro, Gaspar Ferreira e Vicente Rodrigues.

### **Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho**

Tendo o nosso biografado sido convidado, em 1965, para colaborar numa homenagem a Luciano Pereira da Silva, decidi elaborar um breve estudo sobre a evolução em Portugal da determinação da longitude no mar, utilizando, para o efeito, a variação da agulha.

Chamando a atenção para o desconhecimento a que durante muito tempo a evolução da náutica nacional havia sido votada, compara-a com a de outros países, que, “aproveitando-se do silêncio” em Portugal, se arvoraram em “pioneiros de certos descobrimentos”, acrescentando que:

“tal silêncio quebrou-se quando o Visconde de Santarém, chamando a si a tarefa de contestar a prioridade de descobrimentos de qualquer parte da costa do Nordeste africano, quer pelos Normandos, quer por marinheiros de Diepa, demonstrou que tal prioridade não passava de fantasia.”<sup>46</sup>

Depois de mencionar o papel de Joaquim Bensaúde na história da evolução da ciência náutica em Portugal, Humberto Leitão refere, finalmente, o conhecimento científico de Luciano Pereira da Silva, referenciando o grande número de trabalhos deste autor, mas confessa o seu “fraco mérito” para tomar o “encargo de fazer condigna apreciação” da sua obra, pelo que opta por “publicar [...] uma carta inédita de João Baptista Lavanha, também notável homem de ciência, que foi cosmógrafo-mor do Reino”<sup>47</sup>. Decide, pois, homenagear Luciano Pereira da Silva com um estudo sobre a questão do uso da variação da agulha para determinar a longitude, técnica que viria a revelar-se fantasiosa.

Começando por definir variação e os métodos para a sua determinação no mar e em terra, o extraordinário incremento dado pelo método das amplitudes e pelas respetivas tábuas de Lavanha (inícios de 1600) e de Manuel de Figueiredo (c. 1608), descreve as soluções para a longitude pela variação, sugeridas por Rui Faleiro e João de Lisboa.

São também devidamente comentadas a ação do padre Cristóvão Bruno, a sua carta de isógonas, a existência na Biblioteca do Museu de Marinha de uma carta idêntica, ou pelo menos elaborada segundo o mesmo princípio (de c. 1585 e atri-

<sup>46</sup> Ver LEITÃO, 1966, pp. 5-6.

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, pp. 6-7.



buída a Luís Teixeira), as suas teorias para determinar o ponto do navio por isógona e latitude e, finalmente, o seu fixúmbrio, instrumento para determinar a variação.

A discussão de todos estes assuntos, a par de mais alguns, foi feita noutra lugar<sup>48</sup>, tendo sido bastante apoiada no profundo estudo e eruditas anotações de Humberto Leitão acerca dos diários náuticos da Carreira da Índia e na posterior publicação do *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Atual*.

A questão da eventual construção de uma agulha magnética que apontasse permanentemente o norte geográfico (a *agulha fixa*), foi por ele abordada, referindo, entre outros, Luís da Fonseca Coutinho, que terá “inventado” essa *agulha fixa*, “em cuja eficiência João Baptista Lavanha tantas esperanças acalentou”<sup>49</sup>.

Desenvolve o assunto com muito detalhe ao longo de mais de 25 páginas, recorrendo a numerosas fontes existentes na Biblioteca Nacional de Espanha, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca da Ajuda, entre outras. Constatou que o problema residia essencialmente na incompreensão na época das leis físicas que regulavam o funcionamento da agulha, a sua variação consoante o tempo, o lugar e a influência de materiais magnéticos nas proximidades do instrumento, que provocaria desvio, incluindo neste caso a própria construção do navio, cujo tabuado era pregado por longas e volumosas cavilhas de ferro<sup>50</sup>.

Sobre este assunto escreve:

“Baptista Lavanha, nas instruções destinadas a quem fosse ao mar proceder à verificação das agulhas de Luís da Fonseca, recomenda que não as tivessem juntas ou em lugar onde houvesse coisas de ferro para se não estragarem, mas nenhuma recomendação faz quanto à inconveniência de as observações com as agulhas serem feitas perto de objectos daquele metal.”<sup>51</sup>

Humberto Leitão constata que a inutilidade das agulhas de Luís de Fonseca em breve se revelara<sup>52</sup>, não deixando de se referir a muitas das experiências no mar e em terra, efetuadas por vários indivíduos, como Gaspar Ferreira e Gaspar Manuel, entre muitos outros famosos pilotos. A estas poderia acrescentar a viagem no Pacífico, de Acapulco a Manila, em que foram efetuadas experiências que ficaram registadas no Diário Náutico do navio que executou tal missão<sup>53</sup>. Analisando muitos dos problemas colocados pela prática da condução da navegação na época, afirma finalmente:

“Enquanto homens de ciência e alguns engenhosos se esforçavam por os resolver, continuaram os nossos pilotos a servir-se das variações da agulha para ajuizarem da

<sup>48</sup> Ver PEREIRA, 2019, vol. 3, pp. 250-253.

<sup>49</sup> LEITÃO, 1966, p. 13.

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, p. 22.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, p. 16.

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, p. 21.

<sup>53</sup> Ver *Derroteros*.

sua posição em longitude, e é inegável que, apesar de o processo não merecer inteira confiança, razoáveis serviços lhes prestava em determinados casos.”<sup>54</sup>

Foi este, afinal, o método usado durante toda a expansão marítima pelos marinhos portugueses, mesmo depois da descoberta de métodos mais fiáveis de determinação da longitude.

Na parte final, o autor transcreve a longa carta que Lavanha enviou, em 1608, a uma entidade vagamente identificada. A análise do seu conteúdo e alguns dos comentários que faz em nota de rodapé permitem, ao leitor, ficar com uma ideia muito precisa dos vários fatores físicos, mentais, científicos e inclusivamente sociais que influenciavam os práticos e os teóricos, responsáveis pelo cumprimento das suas importantes missões, não só no mar, como também em terra.

### **Os dois descobrimentos da ilha de S. Lourenço mandados fazer por D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616**

Este importante estudo surgido em 1970 debruça-se sobre o “levantamento hidrográfico” ordenado pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo e levado a cabo na segunda década do século XVII. Humberto Leitão transcreve seis documentos sobre o assunto intitulados: *Diário da Viagem da Caravela Nossa Senhora da Esperança* (1613, 1614) de Paulo Rodrigues da Costa; *Relação da Jornada e Descobrimento da Ilha de São Lourenço que o Vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo Mandou Fazer por Paulo Rodrigues da Costa Capitão e Descobridor*; pelo Padre Luís Mariano; Carta de Paulo Rodrigues da Costa a Filipe II, de Portugal; Carta de Filipe II de Portugal ao Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo; *Relação do Segundo Descobrimento no ano de 1616*, de autor desconhecido; e *Roteiro da Ilha de S. Lourenço* pelo Padre Luís Mariano<sup>55</sup>.

Descrevendo inicialmente o contributo português para o conhecimento da grande ilha, analisa as fontes e descreve longamente as expedições que terão originado a evolução da sua cartografia, considerando ainda que o primeiro português a visitá-la foi Diogo Dias. Baseia-se não só nas fontes nacionais, mas também nos importantes estudos de Alfred Grandidier e Albert Kammerer, obtendo deste último a informação de que um roteiro da costa ocidental da ilha de S. Lourenço, do padre Luís Mariano, estava contido num dos estudos de Grandidier<sup>56</sup>. A tradução para português deste roteiro constitui o último dos seis documentos acima referidos.

Os documentos são amplamente estudados, comentados e anotados, e as expressões menos claras para o leitor são explicadas na parte final do volumoso trabalho. Note-se que este útil sistema, já aplicado em anteriores estudos, constituía um exce-

<sup>54</sup> LEITÃO, 1966, p. 21.

<sup>55</sup> Ver LEITÃO, 1970b, p. 12.

<sup>56</sup> Ver GRANDIDIER, 1902; GRANDIDIER, 1885; KAMMERER, 1949.

lente meio de recolher informação para o *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* cuja segunda edição Humberto Leitão afincadamente preparava.

Toda esta obra é extremamente útil para o estudo da evolução dos roteiros portugueses. Permite obter elementos para melhor interpretar as condições em que os pilotos e outros agentes colhiam a informação geográfica e hidrográfica, em época em que os instrumentos eram rudimentares, os navios de difícil manobra e as condições de trabalho bastante difíceis. Estas não só o eram no aspeto meteorológico, como também no da segurança física do pessoal, atendendo à frequente animosidade das populações locais. Dado o carácter dos seus anteriores trabalhos de cariz náutico, Humberto Leitão estava muito bem preparado para publicar e comentar tão importantes documentos<sup>57</sup>.

### **Conclusão**

Homem do mar e homem de ciência, Humberto Leitão foi o exemplo acabado de marinheiro que aliou a experiência ao estudo, dedicando as suas energias e zelo ao cumprimento das diversas missões que lhe foram confiadas e daquelas que ele próprio se atribuiu, como historiador do império colonial e da marinharia portuguesa. As obras que nos legou continuam a ser um marco incontornável para aqueles que retomam as temáticas nelas abordadas. Com persistência e minucioso espírito analítico, construiu sólido e duradouro fundamento do conhecimento dos primeiros dois séculos de presença portuguesa nas ilhas de Timor e Solor, e o mesmo se pode dizer a respeito do seu *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, instrumento de trabalho inexcedível, como comprovado por sucessivas edições e numerosas citações por parte dos estudiosos desta área. Na sua época, foi também o autor que mais se esforçou por dar visibilidade às explorações portuguesas do litoral malgaxe, um capítulo da história dos descobrimentos portugueses no oceano Índico até então bastante menosprezado pela historiografia nacional, mas já antes valorizado pela historiografia francesa.

---

<sup>57</sup> Ver PEREIRA, 2017, pp. 172-182.



Humberto Leitão.

Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha



Capitão-de-mar-e-guerra Humberto Leitão.

Fonte: Cortesia do Arquivo Histórico da Marinha

**BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, António, 1937, “Arte de navegar dos portugueses na época dos descobrimentos”. In A. BAIÃO, H. CIDADE e M. MÚRIAS (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Ática, pp. 231-267.

\_\_\_\_\_, 1939, “Novos Subsídios para a História da Ciência Náutica Portuguesa da Época dos Descobrimientos”, sep. de *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1ª secção, “Descobrimientos”, Lisboa, Ministério das Colónias.

BOTELHO, Vice-Almirante Alfredo Teixeira, 1930, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia. 1585-1669*, Lisboa, Imprensa da Armada.

BOXER, C. R., 1949, “Some Sources for the History of Timor”, *The Far Eastern Quarterly*, 9, n. 1, pp. 63-65.

\_\_\_\_\_, 1965, “Some Portuguese Sources for Indonesian Historiography”, in M. A. SOEDJATMOKO, G. J. RESINK e G. McT. KAHIN (eds.), *An Introduction to Indonesian Historiography*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, pp. 217-233.

COSTA, A. Fontoura da, 1940, *Roteiros Portugueses Inéditos da Carreira da Índia do Século XVI*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

*Derroteros de navegación de la India, Islas Primeras, Nueva España, Islas Filipinas, Cabo de Buena Esperanza, Malaca, Borneo y otros*, Biblioteca Nacional de Madrid, Mss. 3176, fls. 215-220.

FONSECA, João Abel da, 2017. “Revisitar dois estudos sobre Timor no tempo do Grupo de Estudos de História Marítima e do Centro de Estudos de Marinha. 1970-1971”, in José dos Santos MAIA e Luís Couto SOARES (coord.). *Timor. Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515*. Lisboa: Academia de Marinha, pp. 23-28.

GASPAR, Joaquim Alves, 2010, *From the portolan chart of the Mediterranean to the Latitude Chart of the Atlantic. Cartometric Analysis and Modeling*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

GRANDIDIER, Alfred, 1885, *Histoire Physique, Naturelle et Politique de Madagascar*, Paris, Hachette.

\_\_\_\_\_, 1902, *Histoire de la Découverte de l'Île de Madagascar par les Portugais pendant le XVIIe Siècle*, Separata da *Revue de Madagascar*, Paris, C. Lamy.

KAMMERER, Albert, 1949. “La Découverte de Madagascar par les Portugais”, Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia* n° 9-10 (Set.-Out.), pp. 521-627.

LOBATO, Manuel, 2011, “O caminho do rei de Portugal não é este: as fronteiras de Timor-Leste, dos processos identitários à demarcação territorial”. *Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. Atas do Colóquio Internacional, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, pp. 1-13.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1974, “O Comandante Humberto Leitão, historiador da Náutica e do Ultramar” in *Anais do Clube Militar Naval*, 104 (4-6, Abr.-Jun.), pp. 257-263.

PEREIRA, José Manuel Malhão, 1996, *A Transição da Navegação Mediterrânica para o Atlântico e o Início da Navegação de Alto-mar*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (polic.)

\_\_\_\_\_, 2008, *Norte dos Pilotos, Guia dos Curiosos. Um Livro de Marinharia do Século XVIII*, Ericeira, Mar de Letras.

\_\_\_\_\_, 2017, “Roteiros Portugueses, Séculos XVI a XVIII. Sua Génese e Influência no Estudo da Hidrografia, da Meteorologia e do Magnetismo Terrestre”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

\_\_\_\_\_, 2019, *Estudos de História da Náutica e das Navegações de Alto-Mar*, vol. 3, Lisboa, Academia de Marinha.

REGO, António da Silva (ed.), 1967, *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

SEBASTIAN, Luís (dir), 2015, *Memórias de Timor em Lamego*. Catálogo da exposição. Museu de Lamego, disponível em [www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego\\_catalogo.pdf](http://www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego_catalogo.pdf)

SILVA, Capitão-de-fragata Jorge Manuel Moreira, 2016, *A Marinha e a História. Dois Séculos de Historiografia Naval*. Edição de autor. Disponível em linha em Academia.edu

VAQUERO, Manuela, 2015, “Biografia de Humberto Leitão”, in Luís SEBASTIAN (dir),. *Memórias de Timor em Lamego*. Catálogo da exposição. Museu de Lamego, p. 29, disponível em [www.museu-delamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego\\_catalogo.pdf](http://www.museu-delamego.gov.pt/wp-content/uploads/2015/09/MemoriasTimorLamego_catalogo.pdf)

## BIBLIOGRAFIA DE HUMBERTO LEITÃO

1929, “Algumas indicações sobre a nossa Colónia de Timor”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, V, 54, Dez., pp. 3-31.

1948, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

1952, *Vinte e oito anos de história de Timor. 1698 a 1725*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1955, “A Fundação da Cristandade de Solor”, *Portugal em África*, XII, 71, Set. -Out., pp. 394-396.

1957, 1958a, 1958b, *Viagens do Reino para a Índia e da Índia para o Reino (1608-1612)- Diários de Navegação Coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1958c, “Da Identificação dos baixos de Pero Banhos e das Chagas”, *Stvdia*, 1, pp. 118-122.

1958d, *Dois roteiros do século XVI de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, atribuídos a João Baptista Lavanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

1963, com José Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (2ª ed. do CEHU em 1974 e 3ª ed. de 1990 das Edições Culturais da Marinha).

1966, *Uma carta de João Baptista Lavanha a respeito das agulhas de Luís da Fonseca Coutinho*, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar [reimpressão fac-similada como Separata XI da série conhecida por *Separatas Verdes* do artigo originalmente publicado na *Revista da Faculdade de Ciências*, 39 (1966), pp. 163-194].

1970a, *O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real*, Lisboa, Grupo de Estudos de História Marítima [2.ª ed. fac-similada in José dos Santos MAIA e Luís Couto SOARES (coord.), 2017, *Timor. Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515*. Lisboa, Academia de Marinha, pp. 45-71].

1970b, *Os dois descobrimentos da Ilha de São Lourenço mandados fazer pelo Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

1971, “Um notável episódio do primeiro cerco de Moçambique em 1607”, *Ultramar*. 12 (45), pp. 5-13.

